

Jane Célia Fernandes de Lima

**Desafios e perspectivas da educação prisional: uma
análise dos cursos do Pronatec do IFTM na
Penitenciária de Uberaba**

— MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dezembro 20**17**

MM

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dezembro 20**17**

Jane Célia Fernandes de Lima

**Desafios e perspectivas da educação prisional:
uma análise dos cursos do Pronatec do IFTM na
Penitenciária de Uberaba**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Orientação

Prof.Doutor João Paulo Ferreira Delgado

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dezembro 20**17**

DEDICATÓRIA

Mãezinha querida,
À você, que renunciou dos seus sonhos
para que eu pudesse realizar os meus,
dedico a alegria deste momento.
Saudade, gratidão e amor eterno.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil... não é fácil voltar aos bancos escolares depois de tanto tempo. Não é fácil conciliar trabalho, casa e estudos. Não é fácil abrir mão de tempo livre e lazer para mergulhar em horas e horas de leitura. Mas sabe de uma coisa? Valeu a pena!

E tudo isso só foi possível graças ao apoio daqueles que estiveram ao meu lado nessa jornada. Por isso agradeço:

Ao Instituto Federal do Triângulo Mineiro, por me possibilitar dar continuidade aos meus estudos;

À Direção do Campus Uberaba, aos Coordenadores do PRONATEC, aos docentes e apoio pedagógico pela inestimável colaboração;

À Penitenciária de Uberaba, especialmente ao Diretor de Segurança e à Diretora de Administração, pela presteza no atendimento;

Aos internos da PPAIO, por me mostrarem que nunca é tarde para recomeçar;

Ao Professor Doutor João Paulo Ferreira Delgado, meu orientador e exemplo de profissional, pela paciência e confiança em mim depositada; e

A todos os professores, funcionários e colegas de curso pelos conhecimentos e pelos momentos compartilhados.

Agradeço também, e principalmente, àqueles que estão sempre junto à mim:

Ao meu pai, pela vida;

Às minhas irmãs Myrian e Marcella, companheiras de sempre e pra sempre;

Aos meus filhos de coração, Maria Eduarda, Guilherme e Laís por me fazerem querer ser uma pessoa melhor a cada dia;

À minha tia Fátima e ao Washington, com quem posso contar em todos os momentos;

Aos meus cunhados Ronaldo e Raíne, pela alegria que trouxeram à família;

Às minhas companheiras de vida, Ana e Isabella, por estarem sempre dispostas a me ouvir e me aconselhar;

Às minhas amigas Cláudia, Karoline e Raquel, pelo incentivo e pela cumplicidade;

E à minha amada mãe Lilia (in memoriam), que mesmo distante se faz tão presente. Meu mais sincero agradecimento pela dedicação, pelo amor, pelo exemplo. Você estará sempre comigo.

A todos, meu muito obrigada!

RESUMO

Mergulhado em uma crise carcerária sem precedentes, o Brasil sofre com problemas de superlotação, altos índices de reincidência criminal e grande violência dentro dos presídios. Em busca de alternativas para o setor, a discussão sobre educação prisional vem ganhando destaque no cenário sociopolítico nacional. Mostrando-se como um importante instrumento para a profissionalização e ressocialização do detento, a finalidade desta pesquisa é contribuir com o debate sobre a efetividade das políticas públicas educacionais nesse âmbito e verificar porque essas ações ainda são tão pontuais. Através de levantamento bibliográfico, foi traçado o panorama dos estabelecimentos penais brasileiros e analisada a legislação pertinente à educação das pessoas em privação de liberdade. Em um estudo de caso específico, investiga-se os desafios enfrentados no desenvolvimento e na implantação de cursos profissionalizantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec dentro da Penitenciária de Uberaba e se há perspectivas de manutenção e ampliação dessas práticas educativas. Como objetivos específicos, propõe-se a olhar a questão sob as óticas dos principais atores envolvidos, administração carcerária, administração escolar, professores, profissionais da área e detentos, tendo sido para isso aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas. Os resultados trazem um alerta sobre a necessidade de uma profunda reestruturação do sistema, com maior amparo governamental, melhor aplicação dos recursos, mais investimento na formação dos profissionais e ainda a urgência de se conscientizar a população sobre a importância da formação educacional e profissional de presos para a construção de um país mais justo e mais seguro.

Palavras chaves: Políticas Públicas Educacionais. Educação Prisional. Pronatec Prisional.

ABSTRACT

Plunged on a prison crisis without any precedents, Brazil has been suffering with issues related to, overcrowding, high criminal recidivism rates and huge violence inside the prisons. Searching for alternatives to the sector, the discussion about prisoner education is on the spotlight of National Political Scenario. Showing up as an important instrument for the professionalization and resocialization of the inmate, the purpose of this research is to contribute with the debate about effectiveness of public educational policies on this area and verify why these actions are still so punctual. Through a bibliographical survey the panorama of the Brazilian penal establishments was outlined and the current legislation relevant to the education of the people in deprivation

of their freedom was analyzed. In a specific case study, investigates the challenges faced in the development and implementation of professionalization courses of the *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec* within the Penitentiary of Uberaba and if there are perspective of maintenance and expansion of this educational practices. As specific objectives, it is proposed to analyze the matter from the perspectives of the main actors involved, prison administration, educational administration, professors, the professionals and the inmates, for which questionnaires and semi- structured interviews were applied. The results bring an alert about the need of a deep restructuring on the system, with a greater government support, better utilization of resources, more investment in the training of professionals and an urgency on population awareness about the importance of the educational and professional training of the inmates to build a fairer and safer country.

Key words: Public Educational Policies. Prison Education. Prison Pronatec.

Índice

Dedicatória.....	I
Agradecimentos.....	III
Resumo	V
1. Introdução	1
2. Problemática.....	3
3. Objetivos.....	5
3.1. Objetivo Geral	5
3.2. Objetivos Específicos.....	5
4. Justificativa	7
5. Enquadramento Teórico	13
5.1. Estado, Sociedade e Educação.....	13
5.1.1. Contextualização Sociopolítica e Econômica do Brasil	13
5.1.2. Evolução da Educação Brasileira	18
5.1.3. A Educação como um Direito Fundamental.....	29
5.1.4. Educação de Jovens e Adultos: Concepções e Perspectivas.....	41
5.2. A Prisão	46
5.2.1. Breve Histórico	46
5.2.2. O Preso como Sujeito de Direito	54
5.2.3. O Sistema Penitenciário Brasileiro	58
5.2.4. A Penitenciária de Uberaba	64
5.3. Educação Prisional como Política Pública	67
5.3.1. O papel da Educação dentro da Prisão.....	73
5.3.2. Panorama da Educação Prisional no Contexto Brasileiro	77
5.3.3. Pronatec Prisional	84
5.3.4. A formação de Professores para a Educação de Presos	88
6. - Metodologia.....	91
7. - Análise dos Resultados	97
7.1. Quanto à Administração Escolar	97

7.2. Quanto aos Professores e Profissionais da Área	103
7.3. Quanto à Administração Prisional	110
7.4. Quanto aos Detentos.....	115
8. Considerações Finais	127
Bibliografia	133
Apêndices	143
Apêndice 1 - Entrevista - Direção IFTM/Coordenação Pronatec.....	145
Apêndice 2 - Entrevista - Docentes/Apoio Pedagógico	147
Apêndice 3 - Entrevista - Administração Penitenciária	149
Apêndice 4- Questionário - Detentos	151
Apêndice 5 - TCLE (Escola, Docentes e Penitenciária)	155
Apêndice 6 - Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos	159

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Presos em atividades educacionais no Brasil.....	8
Gráfico 2 - População de 4 a 17 anos que não frequenta escola - Brasil - 2014	34
Gráfico 3 - Analfabetismo entre homens, por grupo de idade e raça	36
Gráfico 4 - Analfabetismo entre mulheres, por grupo de idade e raça.....	36
Gráfico 5 - Estudantes que estavam na escola em 2014,	37
Gráfico 6 - Alunos do 5º Ano com Aprendizado Adequado - Português	38
Gráfico 7 - Alunos do 5º Ano com Aprendizado Adequado - Matemática	38
Gráfico 8 - Alunos do 9º Ano com Aprendizado Adequado - Português	38
Gráfico 9 - Alunos do 9º Ano com Aprendizado Adequado - Matemática	38
Gráfico 10 - Resultados por País: Ciências.....	39
Gráfico 11 - Resultados por País: Matemática	39
Gráfico 12 - Resultados por País: Leitura.....	40
Gráfico 13 - Analfabetismo no Brasil (pessoas com 15 ou mais) – 1940/2010	44
Gráfico 14 - Déficit de Vagas do Sistema Penitenciário Brasileiro	60
Gráfico 15 - Taxa mortalidade intencional para cada 10 mil presos - 1º sem/2014 ...	61
Gráfico 16 - Grau de Instrução da População Prisional	77
Gráfico 17 - Unidades Prisionais Brasileiras com Sala de Aula	79
Gráfico 18 - Número de Matrículas PRONATEC Prisional – 2013 E 2014	86
Gráfico 19 - Presos Inquiridos por Sexo.....	116
Gráfico 20 - Presos Inquiridos por Faixa Etária.....	116
Gráfico 21 - Presos Inquiridos por Raça.....	116
Gráfico 22 - Presos Inquiridos por Estado Civil.....	116
Gráfico 23 - Presos Inquiridos por Grau de Escolaridade	117
Gráfico 24 - Presos Inquiridos por Tempo que estão Cumprindo Pena	118
Gráfico 25 - Presos Inquiridos por Tempo que Resta a Cumprir de Pena	118
Gráfico 26 - Presos Inquiridos que Trabalhavam antes de serem Presos	119
Gráfico 27 - Presos Inquiridos que estão Trabalhando na Prisão.....	119
Gráfico 28 - Presos que Sabem que Estudo é uma forma de Remição de Pena	120
Gráfico 29 - Presos Inquiridos por Número de Cursos feitos na PPAIO	121
Gráfico 30 - Percepção dos Presos sobre a Quantidade de Cursos da PPAIO	122
Gráfico 31 - Percepção dos Presos sobre a Qualidade dos Cursos da PPAIO.....	122
Gráfico 32 - Principais Dificuldades para fazer um Curso na PPAIO	122
Gráfico 33 - Presos Inquiridos por Quantidade de Penas Cumpridas	126

Lista de Figuras

Figura 1 - Pirâmide da Sociedade Colonial	14
Figura 2 - História da Educação	19
Figura 3 - Código de Hamurabi	47
Figura 4 - Câmara de Tortura da Masmorra de Lochgefängnisse - Nuremberg	48
Figura 5 - Cadeia Velha no Rio de Janeiro (construída por volta de 1635).....	49
Figura 6 - Panóptico	51
Figura 7 - Penitenciária Halden na Noruega.....	57

Figura 8 - Presídio Brasileiro.....	59
Figura 9 - Primeiro Presídio Privado do Brasil.....	62
Figura 10 - Penitenciária de Uberaba.....	64
Figura 11 - Cella da Penitenciária de Uberaba.....	65
Figura 12 - Horta Comunitária da Penitenciária de Uberaba.....	66

Lista de Quadros

Quadro 1 - População Prisional no Brasil.....	7
Quadro 2 - Gerações de Direitos (Dimensões).....	30
Quadro 3 - Quantidade de Presos Envolvidos em Atividades Educacionais.....	78
Quadro 4 - Capacidade das Salas X Nº de Pessoas em Atividades Educacionais.....	80
Quadro 5 - Unidades com outras salas que compõem o módulo de educação.....	82
Quadro 6 - Modalidades do Ensino Formal Ofertados nas Unidades Prisionais.....	83
Quadro 7 - Quantidade de Entrevistas/Questionários Realizados.....	95
Quadro 8 – Avaliação do Processo Ensino/Aprendizagem.....	104

1. INTRODUÇÃO

Longe de haver um desfecho, os escândalos de corrupção envolvendo governantes brasileiros, que estão sendo alvos de investigação da Polícia Federal, já tiveram vários reflexos no país, como a grande agitação política, que culminou em impeachment e posse de um novo presidente, uma grave crise econômica e social com cortes expressivos de gastos em áreas fundamentais e a insegurança da população diante da incerteza do futuro.

Com a troca de governo, deixamos de ser “Brasil, Pátria Educadora” e passamos a ter como slogan “Governo Federal: Ordem e Progresso”. No entanto, é notório que não há progresso de uma nação sem haver investimentos em educação. Diante de tantas e tão rápidas mudanças, todos, especialmente nós, profissionais da área, somos levados constantemente a analisar, investigar e debater as diversas faces da realidade educacional do país, e uma delas é a educação prisional.

Sendo a quarta maior população carcerária do mundo, e tendo mais de meio milhão de detentos que não tem acesso a nenhuma atividade pedagógica, entende-se porque a educação prisional vem ganhando destaque nas discussões sobre a efetividade das políticas públicas educacionais.

Considerando-se as peculiaridades e as possibilidades da educação em estabelecimentos penais, bem como da educação de jovens e adultos, o presente trabalho tem por finalidade analisar, qualitativamente, sob as óticas da instituição de ensino, da administração prisional e dos encarcerados, os desafios enfrentados no desenvolvimento e na implantação de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec - de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de qualificação profissional ofertados pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro dentro da Penitenciária de Uberaba/MG e as perspectivas para manutenção e ampliação da educação de jovens e adultos privados de liberdade.

2. PROBLEMÁTICA

Desde meados de 2011, o Governo Federal vem criando e intensificando mecanismos e incentivando financeiramente as instituições de ensino público a promoverem a formação profissional do maior número possível de pessoas em todo o país através de programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.

Apesar dos esforços despendidos e da enorme expansão nos últimos anos da rede federal de ensino básico, técnico e tecnológico, nota-se que as ações educacionais dentro de presídios, onde atualmente mais de seiscentas mil pessoas cumprem penas, ainda são pontuais.

Sabe-se que o ensino voltado para a formação para o trabalho é um importante instrumento para a profissionalização e ressocialização do detento, como ressalta o Prof. Zacarias:

O trabalho é importante na conquista de valores morais e materiais, a instalação de cursos profissionalizantes possibilita a resolução de dois problemas, um cultural e outro profissional. Muda o cenário de que a grande maioria dos presos não possui formação e acabam por enveredar, por falta de opção, na criminalidade e facilitam a sua inserção no mercado de trabalho, uma vez cumprida a pena. (2006, p. 61)

O Instituto Federal do Triângulo Mineiro Campus Uberaba é um exemplo de instituição federal que se alinhou às políticas públicas ao proporcionar qualificação profissional dentro da Penitenciária de Uberaba/MG. Quais foram os principais desafios encontrados no desenvolvimento e na implantação destes cursos e as perspectivas para manutenção e ampliação da educação na Penitenciária de Uberaba serão os objetos de investigação desta pesquisa.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Analisar, sob as óticas da instituição de ensino, da administração prisional e dos apenados, os desafios enfrentados no desenvolvimento e na implantação dos cursos de qualificação profissional ofertado pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro dentro da Penitenciária de Uberaba/MG e as perspectivas para manutenção e ampliação da educação de jovens e adultos privados de liberdade nesta instituição.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Examinar, junto ao IFTM, como se deu o processo de desenvolvimento do projeto pedagógico dos cursos que foram ofertados na Penitenciária de Uberaba e as possíveis adaptações que foram necessárias;
- Levantar, junto aos educadores, os principais desafios enfrentados para ministrar aulas dentro de uma unidade prisional;
- Verificar, junto à administração da Penitenciária de Uberaba, o processo de adequação realizado na instituição para possibilitar a implantação dos cursos;
- Investigar, junto aos detentos, as demandas e expectativas com relação às atividades educativas; e
- Analisar as perspectivas de manutenção e ampliação da oferta de cursos dentro desta instituição prisional.

4. JUSTIFICATIVA

Ainda não há no Brasil dados estatísticos oficiais e condensados que possibilitem determinar a incidência de crimes em todo território nacional, no entanto, através de estudos como o do Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal, organização não governamental mexicana, que publica anualmente o ranking internacional das cidades mais violentas do mundo, é possível ter uma noção da gravidade do problema. Em 2016 o Brasil foi o recordista, sendo que das 50 cidades com maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes 19 são brasileiras (Bretas, 2017).

Quadro 1 - População Prisional no Brasil

Brasil em dezembro de 2014 ⁴	
População prisional	622.202
Sistema Penitenciário estadual	584.758
Secretarias de Segurança / Carceragens de delegacias	37.444
Sistema Penitenciário Federal	397
Vagas	371.884
Déficit de vagas	250.318
Taxa de ocupação	167%
Taxa de aprisionamento	306,22

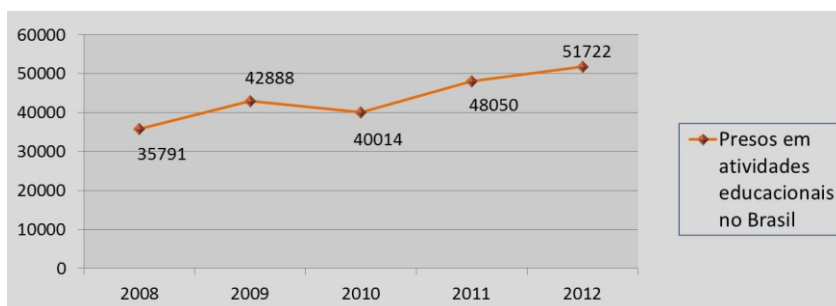
Fonte: InfoPen, 2014

Não é por acaso que o país é a quarta maior população carcerária do mundo, tendo encerrado o ano de 2014 com 622.202 detentos, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Moura & Ribeiro, 2016). Essa é uma das questões sociais mais complexas e desafiadoras, que

mobiliza os poderes públicos na busca de alternativas e estratégias para mudar esta realidade.

O Instituto Avante Brasil, instituto que atua na prevenção do crime e da violência, traçou o perfil preponderante da população carcerária brasileira: jovens, não brancos e com baixa escolaridade (Gomes & Botelho, 2015, pp. 33-35). Esse estudo aponta ainda que três em cada quatro presos não chegaram nem a iniciar o ensino médio, sendo que do total dos apenados 8% são analfabetos e 66% tem apenas o ensino fundamental incompleto. Diante de dados tão alarmantes, a educação prisional vem ganhando destaque nas discussões sobre a efetividade das políticas públicas educacionais e passou a ser um dos eixos de ações para o enfrentamento dos problemas penitenciários. Apesar de estar longe do ideal, esta havendo uma melhora neste quadro se comparado aos anos anteriores.

Gráfico 1 – Presos em atividades educacionais no Brasil



Fonte: Instituto Avante - IAB

Ainda assim, esse número está muito abaixo da real necessidade, pois atinge apenas 10% do total de encarcerados do país. A ampliação desta oferta se faz ainda mais relevante visto que, junto ao preso, a escola desempenha uma função social de grande valia, pois “é praticamente o único espaço em que ele pode se sentir como homem, em que a marca de “criminoso” pode ser amenizada” (Bueno, 2007, p. 9).

O acesso ao ensino é um direito constitucional e “a prisão é a perda do direito de mobilidade, não dos de dignidade, respeito e educação” (Mayer,

2006, p. 21), portanto deve ser garantido a todos, inclusive àqueles que estão temporariamente privados de liberdade.

Contemplado também na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o ensino voltado para a formação para o trabalho é um importante instrumento para a profissionalização do detento, de forma a prepará-lo para o seu retorno à sociedade. Assim, o tempo de pena deve ser ocupado por métodos pedagógicos voltados para capacitar o indivíduo por meio do estudo e da qualificação profissional.

São diversos os problemas apresentados pelos presídios e cadeias do Brasil que sofrem com superlotação, violência, ação de facções criminosas, rebeliões, fugas em massa e corrupção. Mas, apesar das particularidades inerentes a estes ambientes, a educação prisional precisa ser mais que um direito, precisa ser uma realidade. “É necessário transformar a prisão em um espaço educativo e não transformar o aprisionado em receptor de sequências educativas.” (Mayer, 2006, p. 14)).

A crise da economia mundial que se arrasta desde 2008, aliada à atual crise financeira e política em que a nação está mergulhada, as altas taxas de desemprego, o preconceito com ex-detentos, que ainda está enraizado na sociedade, e a melhoria na escolaridade e qualificação profissional da população em geral, que acirra a competitividade no mercado de trabalho, são algumas das adversidades que aqueles que já conquistaram a liberdade enfrentam para conseguir a tão almejada carteira assinada e evitar assim a reincidência. Para aqueles que não tiveram oportunidades de capacitação durante o cumprimento da pena, a situação tende a ser ainda mais desanimadora.

Sem entrar no mérito da relação escolaridade/criminalidade, o que se constata é a existência dentro das penitenciárias brasileiras de uma demanda potencial de jovens e adultos por educação básica, profissional e tecnológica. Atento a esta realidade, o Governo Federal instituiu em 2011 o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional – PEESP para ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais, visando

promover a reintegração social dos detentos por meio da educação e também a integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução das penas (Decreto nº 7.626, 2011). O decreto prevê ainda que cabe ao Ministério da Educação equipar os espaços destinados à educação nos estabelecimentos penais e promover a capacitação de professores e profissionais da educação, a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos nas bibliotecas dos estabelecimentos penais, tendo como diretrizes:

- Promoção da reintegração social dos privados de liberdade por meio da educação;
- Integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público com os órgãos responsáveis pela execução penal; e
- Fomento à formulação de políticas de atendimento educacional à criança que esteja em estabelecimento penal, em razão da privação de liberdade de sua mãe.

Também em 2011, a Lei 7.210/84 foi alterada, incluindo, juntamente com o trabalho, o estudo como forma de remição de parte do tempo de execução da pena, buscando assim incentivar a educação no cárcere (Lei nº 12.433, 2011).

Através da Resolução nº 48/2012, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE aprovou os procedimentos para a transferência de recursos financeiros à rede pública de ensino para contribuir para a expansão da oferta de Educação de Jovens e Adultos, especialmente aos egressos do Programa Brasil Alfabetizado, às populações do campo, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e às pessoas em unidades prisionais.

O PRONATEC, criado pela Lei Federal 11.513/2011, tem por objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. Desde sua criação, foram realizadas mais de oito milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Em 2013, os Ministérios da Justiça e da Educação assinaram um acordo de cooperação técnica para a inclusão de pessoas privadas de

liberdade no programa, criando assim o PRONATEC Sistema Prisional, que tem o intuito de capacitá-los para a reinserção no mercado de trabalho. Nota-se, portanto que há uma preocupação crescente por parte dos governantes em se criar as bases e incrementar os investimentos para mudar o quadro que está posto.

De um lado há uma grande demanda, de outro, incentivos e medidas para aumentar a oferta. Mas, apesar dos recentes esforços, segundo dados de 2012 do Conselho Nacional de Educação - CNE, menos de 10% dos reclusos participam de atividades educacionais oferecidas nas prisões.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Campus Uberaba, através de termo de cooperação firmado com a Penitenciária Professor Aluísio Ignácio de Oliveira, em Uberaba-MG, ofertou nesta instituição, entre os anos de 2012 e 2013, três cursos do PRONATEC de formação inicial e continuada e de qualificação profissional destacando-se, portanto, como valioso campo para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre os desafios enfrentados antes e durante a implantação dos cursos, bem como as perspectivas para os próximos anos, com a finalidade de despertar uma reflexão a respeito do tema e divulgar a necessidade de ampliação destas ações que visam garantir a esse público o direito constitucional de acesso à educação.

5. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

5.1. ESTADO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Para melhor compreender os desafios que até hoje o país enfrenta em relação ao seu sistema educacional, muitas vezes deficitário e excludente, é importante analisar como ocorreu a formação sociopolítica e econômica brasileira e sua influência na evolução da educação. Além disso, trataremos ainda sobre o sistema penitenciário e a educação prisional.

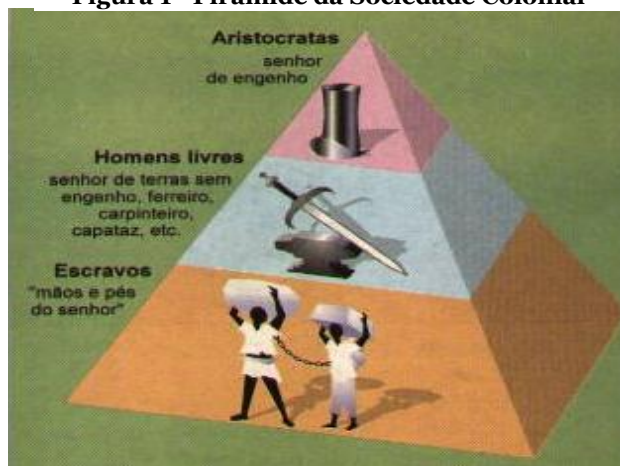
5.1.1. Contextualização sociopolítica e econômica do Brasil

Utilizando como marco a colonização em 1500 pelos portugueses, percebe-se que, enquanto na Europa ideais e movimentos sociais ganhavam força até culminar na Revolução Científica e no Iluminismo, que, dentre outras coisas, questionavam a forma de governo e o papel do Estado, o Brasil, colônia por 322 anos, se restringiu apenas em satisfazer os interesses da Coroa por terras e riquezas, não havendo assim uma sociedade civil propriamente dita.

O quadro social do Brasil colônia era estruturado funcionalmente às suas determinações econômicas e políticas [Portugal]. Não havia uma efetiva sociedade civil, já que grande parte da população vivia na condição de escravidão, e nem um Estado nacional, já que se colocava a situação de colônia. Assim, não havia cidadãos, mas massa de homens organizados apenas a partir da dinâmica da atividade produtiva que ora os absorvia, ora os tornava desocupados, conforme a demanda externa dos produtos que a colônia exportava. (Souza & Costa, 2005, p. 183)

Com as capitâneas hereditárias e a divisão de terras com base na renda, ou seja, somente quem tinha condições de torná-las produtivas obteve o direito de explorá-las, começa um dos grandes problemas que perduram até a atualidade, a grande concentração de terras e conseqüentemente de renda. Durante grande parte do período colonial, o Brasil se caracterizou por sua imobilidade social, sendo uma sociedade agrária, patriarcal, teocrática e elitista, fato que se agravava ainda mais em decorrência de o acesso à educação ser um privilégio de poucos. Baseada em uma agricultura de exportação e na força do trabalho escravo, o poder era concentrado nas mãos dos grandes senhores de engenho que possuíam autoridade absoluta sobre a propriedade, seus parentes, escravos e até mesmo das vilas que se formavam no entorno da casa grande. Eram esses senhores que ditavam o ritmo econômico, social e político da época.

Figura 1 - Pirâmide da Sociedade Colonial



Fonte: www.historitura.wordpress.com/implantacao-da-colonia-portuguesa-2

Quando da independência em 1822, diferente de outros países latino americanos que a conquistaram através de movimentos separatistas, rompendo com as antigas metrópoles e mudando a forma de governo, o Brasil manteve o regime monárquico e coroou Dom Pedro I, filho do Rei de Portugal, como Imperador. A manutenção da forma de governo, de um

português no comando e dos laços estreitos com o colonizador dificultou o desenvolvimento de uma sociedade capaz de mudar a organização social existente, principalmente porque eram poucos aqueles que tinham direito à instrução e ao conhecimento e “as classes trabalhadoras não tinham acesso ao poder político, o que resultou na privatização do Estado, colocado a serviço das elites nacionais” (Souza & Costa, 2005, p. 185)

Outro fato que deixou traços profundos na forma de estruturação da sociedade brasileira foi a Abolição da Escravatura, ocorrida tardiamente e sem políticas públicas que pudessem garantir direitos aos negros recém libertos. Como destaca Maringoni (2011), passado o 13 de maio de 1888, os negros foram abandonados à própria sorte, sem a realização de reformas que os integrassem socialmente. Sem nenhum amparo por parte do império, analfabetos, pois sempre lhes foi negada a educação formal e sem moradias, ao invés de haver a absorção dessa mão-de-obra através do trabalho assalariado, o que se sucedeu foram grandes ondas migratórias de povos europeus em busca de oportunidades no novo mundo, “com a abundância de mão de obra imigrante, os ex-cativos acabaram por se constituir em um imenso exército industrial de reserva, descartável e sem força política alguma na jovem República” (Maringoni, 2011, p. 40)

Nessa nova República, proclamada pouco mais de um ano após a abolição, começa a emergir uma burguesia conforme se fortalece o comércio interno no país. Longe da realidade europeia, onde essa classe travou lutas com a monarquia e com a nobreza para conquistar o poder, novamente o que ocorreu por aqui foi mais uma combinação de ajustes do que realmente um movimento revolucionário. De acordo com Fernandes (1976):

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. (p. 204)

Começa a nascer assim estreitos laços entre o Estado e as elites nacionais, que buscavam a todo custo obter vantagens pessoais. Mesmo na atualidade, essa relação íntima e promíscua ainda é constatada na sociedade brasileira e comprovada nos inúmeros e escandalosos casos de corrupção envolvendo agentes governamentais e grandes corporações nacionais que estampam todos os dias os jornais pelo mundo todo.

Com a Revolução de 1930, movimento armado que levou Getúlio Vargas ao poder e inaugurou o Estado Novo, houve uma aproximação maior entre Estado e trabalhadores. Como ressalta Souza e Costa (2005), “as condições de vida da população trabalhadora passaram a ter visibilidade no cenário social”. Benefícios e leis que protegem os operários foram criados, o governo brasileiro passou a intervir em algumas questões de cunho popular e a incentivar a educação voltada para a profissionalização. Por outro lado, Vargas manteve a tradicional aliança com as classes dominantes, criando no país as bases para o desenvolvimento do capitalismo competitivo. Tal equilíbrio, onde se buscava atender as necessidades dos dois lados, elite e proletariado, fez com que ele se mantivesse no poder até 1945.

Após o primeiro governo de Getúlio, inicia-se um período de redemocratização do país. Entre 1946 e 1964 houve grande crescimento das cidades, investimento no desenvolvimento do parque industrial nacional, criação de grandes empresas estatais, abertura econômica, a vinda de multinacionais e criação da nova capital, Brasília. Todo esse investimento foi financiado com capital estrangeiro, o que resultou em uma enorme dívida externa, uma concorrência desigual entre os produtos locais e os importados que acabou por ocasionar a falência de várias empresas nacionais e a uma inflação que assolou o Brasil.

A partir de 64, com o Golpe de Estado, o país passa a ser controlado pelos militares. Mesmo marcado pela repressão dos movimentos sociais, censura dos meios de comunicação e atos violentos contra os opositores, é neste período que ocorre o chamado “Milagre Econômico”. Houve grande investimento na infraestrutura e aumento significativo na geração de

empregos. Apesar de a economia ter crescido vertiginosamente, o problema da concentração de renda não foi resolvido, agravando ainda mais as disparidades sociais, visto que esse governo sempre privilegiou a elite burguesa, sua base de apoio para tomada e manutenção do poder.

Isso explica a facilidade com que, no Brasil, as classes possuidoras e privilegiadas passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política; como o Estado nacional foi posto a serviço de fins particularistas da iniciativa privada; e por que as várias elites das classes dominantes (econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, culturais, religiosas, etc.) encontraram tão depressa um foco de unificação institucional de suas atividades. (Fernandes, 1976, p. 267)

Em 1985, após o movimento das Diretas Já, Tancredo Neves foi eleito pelo voto indireto, mas não chegou a assumir a presidência em virtude de seu falecimento. José Sarney consagra-se então o primeiro presidente civil após a ditadura militar e inicia-se assim a Nova República, marcada pela volta da democracia, eleições diretas, promulgação da Constituição de 1988, retomada da liberdade de imprensa e de expressão, maiores investimentos na educação, implantação do Plano Real para conter a inflação, desenvolvimento de programas sociais, fortalecimento das relações comerciais com os países vizinhos e criação do Mercosul.

Principalmente após a segunda metade da década de 90, o Brasil começa a entrar em um período de relativa estabilidade política e econômica. Importantes reformas sociais trouxeram melhorias para as camadas mais carentes da população. Índices como o de mortalidade infantil, saneamento básico e analfabetismo tiveram melhoras significativas.

Todas essas mudanças ocorridas no cenário político e econômico nacional, nos seus pouco mais de 500 anos, influenciaram na forma de seu desenvolvimento e organização e, como reflexo de seu histórico, o país enfrenta problemas como a extrema concentração de terras e de renda, favorecimento de pequenos grupos da sociedade, disparidades regionais muito acentuadas e marginalização de minorias sociais. E é através da mesma

política e economia, que criou tantas desigualdades no nosso país, que se busca agora soluções para essas questões. E o caminho para que isso seja possível passa necessariamente pela educação.

Os problemas sociais refletem diretamente no nosso sistema educacional, visto que, como ressaltava Romanelli (1991), a forma como evoluem a economia e a política reflete na evolução da organização do ensino, pois a primeira é a responsável por criar ou não demanda de recursos humanos que devem ser preparados pela escola e, a segunda porque muitas vezes quem está no poder legisla em favor daqueles que lá os mantém.

É inegável que houve avanços, mas é importante fazer uma incursão pela história da educação para percebermos que, mesmo com significativas melhoras, principalmente quantitativas, ainda há muito a ser feito para melhorar o ensino no Brasil.

5.1.2. Evolução da Educação Brasileira

Quando os portugueses aportaram em terras brasileiras, trouxeram seus modos e costumes, a religiosidade e também seus métodos pedagógicos. De lá pra cá foram muitas as alterações no planejamento educacional, mas, como destaca Romanelli, “em princípio, descobrimos que, substancialmente, pouca coisa se mudou na forma de encarar a educação que nos foi legada pelos jesuítas” (1991, p. 13).

É nítido, por exemplo, que o ensino no país sempre teve, e continua tendo, fortes tendências elitistas e dualistas, numa clara intenção de manter o *status quo* que está posto. Tal fato pode ser percebido ao analisarmos como se deu a evolução da educação brasileira que, segundo alguns estudiosos, pode ser subdividida em períodos delimitados por rupturas bem marcantes e de fácil observação.

Figura 2 - História da Educação



Fonte: <https://welingtoneduca.wordpress.com/aulas-do-2%C2%BA-ano-2/>

- Período Jesuítico (1549 - 1759)

Quase meio século após o descobrimento, os missionários jesuítas chegaram à colônia trazendo o modelo português de educação. Comandados pelo Padre Manoel da Nóbrega fundaram a primeira escola elementar em Salvador e, apesar do trabalho educativo, focado na leitura e na escrita, dedicavam-se fundamentalmente à pregação da fé católica, com o objetivo de catequizar os nativos.

Ratio Studiorum era o nome do decreto que regulamentava essas escolas que, além do ensino básico, ofertavam alguns cursos profissionalizantes e mantinha cursos superiores em letras, filosofia, teologia e ciências sagradas, esses últimos voltados para a formação de sacerdotes, “o ponto básico da pedagogia da *Ratio* era a identidade entre professor, método e matéria. Tal princípio de unidade determinava que um único mestre acompanhasse o mesmo grupo de alunos do início ao fim do curso” (Rocha, 2010, p. 36). Já aqueles que buscavam o estudo especializado de alguma profissão, como medicina ou direito, por exemplo, tinham que ir para a Europa para realizar sua formação.

Os jesuítas expandiram suas atividades, contando ao final de seu ciclo com 36 missões, 17 colégios, além de alguns seminários e escolas elementares nas cidades que tinham Casas da Companhia de Jesus. Este foi o único modelo de

ensino por mais de dois séculos e já estava bem estruturado quando, em 1759, houve a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal.

- Período Pombalino (1760 - 1808)

Os jesuítas foram expulsos, pois a corte portuguesa estava mais interessada em desenvolver uma escola que pudesse servir aos interesses da Metrópole e, conforme aponta Rocha (2010), eles eram acusados de educar os índios apenas a serviço da ordem religiosa. Com isso, Marquês de Pombal, primeiro ministro de Portugal, extinguiu as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias e instituiu o ensino laico e público através de Aulas Régias de Latim, Grego e Retórica.

O ensino passou a ser desarticulado, visto que cada aula régia era ministrada por um professor autônomo e independente. Outro grande problema era o fato de a escola ser destinada apenas para os filhos daqueles que tinham poder econômico, ficando os filhos de operários, agricultores e dos escravos à margem do sistema de ensino, resultando assim em um intenso analfabetismo.

Não havendo avanços significativos, Portugal passou a oferecer um pagamento, denominado Subsídio Literário, incentivo financeiro para que os professores mantivessem os ensinamentos primário e médio. Tal subsídio deveria ser pago através de impostos sobre alguns produtos nacionais, mas a falta de regularidade na cobrança dessas taxas ocasionava constantemente atrasos nos pagamentos. Com isso, além de mal preparados, os professores eram mal remunerados. Este período se caracteriza por ser um grande retrocesso no sistema educacional brasileiro.

- Período Joanino (1808 – 1821)

Com a iminência de uma invasão pelas tropas francesas, lideradas por Napoleão Bonaparte, a Família Real deixa Portugal e se transfere para o Brasil em 1808 e começa assim a implementar várias mudanças importantes como a abertura dos portos às nações amigas, a criação da Imprensa Régia, da

Biblioteca Real e do Museu Nacional e a construção do Jardim Botânico no Rio de Janeiro.

Na área educacional, os ensinamentos primários e secundários continuaram sem muitos investimentos e ministrados através de aulas régias, mas houve inegável avanço no ensino superior com a fundação das Academias Militares e das Escolas de Direito, Engenharia e Medicina, além da oferta de cursos profissionalizantes de nível superior em regiões distintas como o de agricultura, na Bahia e o de química, no Rio de Janeiro.

- Período Imperial (1822 - 1888)

Em 1824, após a Independência do Brasil, é outorgada a primeira Constituição brasileira que, em seu artigo 179, diz que:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte: XXXII. A instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos. (Constituição politica do Imperio do Brazil, 1824)

Apesar desse relevante passo, onde o direito ao ensino público gratuito passou a ser garantido a todos por lei, em 1834, através de um ato adicional à Constituição, a responsabilidade pela instrução primária e secundária é delegada às províncias, ocasionando uma enorme desorganização e desarticulação no ensino, tendo em vista as dimensões continentais do império. Surge a primeira Escola Normal, em Niterói, e o Seminário de São Joaquim é transformado no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Apesar dessas medidas, durante o período imperial não se conseguiu criar no Brasil um sistema educacional eficiente e abrangente.

- Período da República Velha (1889 - 1929)

Com a Proclamação da República, o presidencialismo passou a ser a forma de governo e o poder, antes concentrado nas mãos do Imperador, foi dividido

entre o presidente, os governadores estaduais e os prefeitos de cada município. A educação seguiu a mesma tendência: somente a educação do Distrito Federal, na época o Rio de Janeiro, ficou a cargo da União, sendo a das demais regiões uma incumbência dos Estados e Municípios. Não havia na primeira Constituição da era republicana nenhuma menção sobre a obrigatoriedade da oferta de ensino e da sua gratuidade, apenas dizia que cabia ao Congresso “animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891).

Com a responsabilidade do ensino sendo mantida a cargo de cada unidade federativa, visto que isso já havia sido uma determinação no período imperial, e a ausência de uma orientação nacional que pudesse traçar diretrizes educacionais, foram surgindo diversas propostas de reformas pelo Brasil afora. As principais eram pautadas no positivismo e no escolanovismo.

A partir de 1920 a educação passou a ganhar maior destaque e, influenciados pelos ideais inovadores de estudiosos como Lourenço Filho e Anísio Teixeira, alguns governos estaduais começaram a realizar reformas com intuito de mudar os rumos do ensino do país.

- Período da Segunda República (1930 - 1936)

O aumento da industrialização exige uma maior especialização da mão de obra. Cria-se então o Ministério da Educação e Saúde Pública e sanciona-se um pacote de decretos conhecidos como Reforma Francisco Campos, que tinham por finalidade organizar o ensino secundário e regulamentar a fundação de universidades no país.

Na segunda Constituição da república, de 1934, a educação volta a ser colocada como um direito de todos e as diretrizes da educação nacional passam a ser competência exclusiva da União. Pela primeira vez é estipulado um orçamento mínimo para a área:

Art. 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Parágrafo único - Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934)

Neste mesmo ano, surge a Universidade de São Paulo e logo depois é criada a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Intensificam-se as discussões sobre as políticas educacionais e surge o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, que propunha uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.

As reformas foram lideradas por um grupo de pessoas que, a partir dos anos 1930, tiveram participação ativa nos movimentos de renovação educacional, iniciado com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova”, em 1932. Trata-se de propostas de mudança no campo educacional, originárias do clima de discussões gerado pelo “entusiasmo pela educação” que superestimaram o papel da educação no processo de renovação social do Brasil. (Palma Filho, 2010, p. 80)

- Período do Estado Novo (1937 - 1945)

Conhecida como Constituição Fascista, no texto de 1937 o ensino primário continuou a ser obrigatório e gratuito, mas a orientação educacional foi fortemente voltada para a formação profissional, em detrimento da arte e das ciências, numa manifestação expressa de preocupação de se formar um contingente de trabalhadores que pudessem sustentar as bases de uma política econômica capitalista.

Art. 129 - O ensino pré vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumprido esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1937)

Segundo Romanelli (1991), “a finalidade desse artigo era manter o dualismo educacional, concedendo à elite o direito de utilizar o sistema público ou o particular de ensino e relegando aos pobres à educação profissional”, distanciando o trabalho intelectual do manual, neste cenário é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

- Período da República Nova (1946 - 1963)

Apesar dos avanços significativos dos últimos 20 anos, pode-se dizer que em matéria de educação, o período da República Nova é o mais fértil da história brasileira. Uma nova Constituição foi promulgada em 1946 e, seu texto mais democrático, serviu de terreno para profundas contribuições de renomados educadores como Anísio Teixeira e Paulo Freire, este último com seu método revolucionário para alfabetizar adultos em 40 horas, utilizado pelo Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização. O governo destina um ministério próprio para a área, o Ministério da Educação e Cultura e cria, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Essas mudanças desencadeiam discussões e movimentos que se alastraram por vários ramos da sociedade, do político e econômico ao social. No campo da educação, retomando os ideais de mudança do Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, surge o “Manifesto dos Educadores Mais Uma Vez Convocados”, de autoria de um conjunto de educadores que defendiam fortemente a escola pública como sendo o melhor caminho para uma educação liberal e democrática e de preparação para o trabalho e o desenvolvimento.

Neste cenário, vê-se a necessidade de “criar uma legislação nacional com diretrizes para todos os graus ou áreas de ensino, discussão que envolveu vários setores da sociedade e acabou por desembocar na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação” (Andreotti, 2006, p. 103). A primeira LDB foi promulgada em 1961 e manteve o direito de liberdade de ensino às iniciativas públicas e particulares, contrariando os anseios de diversos educadores, mas

sua importância principal reside no fato de reconhecer a educação como um instrumento primordial de integração social.

- Período do Regime Militar (1964 - 1985)

Assim como o estado democrático e a liberdade de expressão, a educação também sofreu um golpe com a implantação do regime militar. Consideradas como comunistas, as propostas de modernização foram proibidas e houve um novo retrocesso na área educacional.

A ditadura militar no Brasil foi um período marcado por mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais, e principalmente, por lutas e repressão. No bojo deste regime autoritário, a educação precisou se ajustar às precárias condições de financiamento, espaço físico, recursos materiais, qualificação profissional, dentre outras. (Assis, 2012, p. 337)

Aqueles que ousavam questionar a censura e as imposições do governo, fossem professores ou estudantes, eram presos e feridos. Muitos profissionais da área foram demitidos e até mesmo degredados e houve muitas perseguições, confrontos e mortes. A União Nacional dos Estudantes – UNE, organização política estudantil, foi proibida de funcionar.

Contraditoriamente, houve grandes investimentos na fundação de novas universidades e uma ampla reforma do ensino superior, delegando às mesmas autonomia administrativa, financeira e pedagógica, com intuito de dinamizá-las para melhor atender à demanda crescente de re-poicursos humanos qualificados para o mercado de trabalho.

Foi editada uma nova LDB em 1971, onde o ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos, aumentando de 4 para 8 anos a permanência na escola, mas, fora isso, “no que respeita ao ensino de 1º e 2º graus, a política ainda não se definiu completamente” (Romanelli, 1991, p. 254) e era evidente que os índices de analfabetismo e de evasão continuavam muito altos.

- Período da Nova República (1986 - 2003)

Com o fim do Regime Militar, percebeu-se a urgência de uma nova Constituição Federal voltada para a realidade de abertura política pela qual o país estava passando. Em 1988, o texto foi aprovado e buscava, essencialmente, romper com os pressupostos da ditadura, assegurando assim o exercício pleno de direitos sociais e individuais a todos os cidadãos.

Nesta Carta Magna, a educação recebe o *status* de direito social e estipula que é dever do Estado e da família garanti-lo a todos e, conforme o art. 208, “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Em 1996 foi sancionada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, visto que a de 1971 já estava obsoleta. Com a nova lei, houve mudanças importantes, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica e o aumento de 180 para 200 dias letivos ao ano.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2001, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, com a finalidade de avaliar o desempenho dos estudantes ao término da educação básica e também o programa de Crédito Educativo do Governo Militar foi remodelado, recebendo a denominação de Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, passando a financiar até 70% do valor da mensalidade de estudantes de nível superior matriculados em instituições privadas que comprovassem necessidade de ajuda financeira e que apresentasse um fiador.

Já no governo de Luís Inácio Lula da Silva, o FIES é ampliado, atendendo maior número de estudantes e concedendo créditos no valor integral das mensalidades. Inspirado por iniciativas estaduais, como da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, o governo federal começa a investir em sistemas de cotas a partir de 2004 como medida paliativa para tentar amenizar dois problemas históricos do Brasil: a má qualidade do ensino público de base que não prepara os estudantes para competirem de forma igualitária no ingresso ao ensino superior público e gratuito e a predominância

dos filhos das classes mais abastadas nas universidades, o que “vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e miséria de milhões” (Freire, 1996, p. 144).

O sistema foi crescendo e atualmente há dois grupos distintos: as cotas sociais, que beneficiam os alunos de baixa renda e egressos de escolas públicas; e as raciais, que reservam parte das vagas para negros, pardos e indígenas. Ambas são muito avaliadas, pois se acredita que contribuem para que não haja uma reformulação do ensino básico, que ainda sofre com problemas de baixa qualidade, no entanto, as críticas mais severas são em relação às raciais, por alguns julgarem que acirra o problema do preconceito e que fere o artigo constitucional, que afirma que todos são iguais perante a lei.

Em um esforço para a melhoria do ensino básico, em 2006 a LDB foi alterada e os anos de ensino fundamental foi aumentado para 9, “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão” (Lei 11.274, 2006)

A partir de 2009 o ENEM começou a ser utilizado como forma de seleção para o ingresso no ensino superior e, para manter alguma autonomia nas mãos das instituições, o governo deixou que as mesmas optassem pelo exame como fase única ou como parte do processo de admissão, combinado com seus próprios processos seletivos.

Há dois anos foi traçado um novo Plano Nacional de Educação – PNE que determina 20 metas para a política educacional do decênio 2014-2024, as principais estão relacionadas com a melhoria de indicadores de alfabetização e inclusão, investimento na formação continuada de docentes, expansão do ensino técnico e profissionalizante para jovens e adultos e o investimento de 10% do PIB na área, mas um Projeto de Emenda Constitucional, a PEC 241 que ainda está tramitando no Congresso Nacional, limita as despesas primárias totais do governo federal no prazo de 20 anos, propondo que a partir de 2018 todas as despesas vinculadas, como saúde e educação, tenham seus limites determinados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Ampla - IPCA. Com isso, o valor destinado anualmente à educação deixaria de ser de 18% da receita líquida do governo e passaria a ser o valor do ano anterior acrescido da inflação do mesmo período. Em longo prazo, e conforme o país consiga reduzir a inflação, o valor repassado será menor do que o determinado atualmente pelo PNE. Apesar da efervescência social que o projeto de lei vem desencadeando pelo país, com invasão de universidades por estudantes e greves de professores, estudiosos da área afirmam que ela é necessária, visto que a imposição de um teto para todos os gastos do governo, não só da educação, vai ajudar a equilibrar as contas públicas. Outras propostas contidas na PEC 241 é a definição da Base Nacional Comum Curricular, um documento que definirá o que se deve aprender em cada etapa da vida escolar e ainda reformula o ensino médio, aumentando a carga horária para incentivar a escola em tempo integral e retira do currículo a obrigatoriedade de algumas disciplinas, como educação física e filosofia.

O que se percebe é que a partir de 1988 a educação passou a ter maior destaque no cenário político e social e diversos dispositivos legais foram elaborados para tentar solucionar problemas que se arrastam desde a chegada dos portugueses. Ainda há muito a ser feito especialmente nas questões estruturais e de qualidade do ensino, mas os esforços dos entes públicos representam, sim, um avanço histórico. Diante de tantos períodos que a educação brasileira já viveu e estando às margens de uma possível nova ruptura, é um anseio que a próxima seja no sentido de se desenvolver um modelo único, integrado e que contemple a realidade do nosso país, pois, como já dizia Anísio Teixeira, “há, antes de tudo, uma transformação radical com a criação da nova escola comum para todos, em que a criança de todas as posições sociais iria formar a sua inteligência, a sua vontade e o seu caráter, os hábitos de pensar, de agir e de conviver socialmente” (1957, p. 11).

5.1.3.A Educação como um direito fundamental

Direitos fundamentais são aqueles básicos, conquistados pelas sociedades em um processo gradual, histórico e sociológico, “nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes” (Bobbio, 1992, p. 5). Surgiram da necessidade de proteger o homem de possíveis abusos por parte do Estado e, ao mesmo tempo, para criar garantias de que esse mesmo Estado cumpra certas medidas que resultem em melhores condições de vida para a população. Os direitos humanos, que tem abrangência internacional, são comuns a todos os povos civilizados. Os direitos fundamentais, que reafirmam e consagram os direitos humanos, têm caráter nacional e são resguardados pelas Constituições. Comumente são classificados em 03 gerações:

- Primeira Geração: também conhecidos como direitos individuais ou negativos, são os mais fundamentais e dizem respeito aos direitos civis e políticos que são inerentes a cada cidadão e não podem ser negados por nenhuma autoridade. São requisitos essenciais na Constituição de qualquer nação que se diz democrática e representa o respeito à liberdade, mantida pelo afastamento do Estado das relações individuais e sociais. São exemplos o direito à vida, à propriedade, igualdade perante a lei, inviolabilidade de domicílio, liberdade de expressão e religiosa, etc..
- Segunda Geração: representa o Estado Social de Direito, aquele em que o governo tem por obrigação desenvolver políticas públicas que proporcionem condições mínimas para uma vida digna e o mais igualitária possível a seu povo. São os direitos sociais, culturais e econômicos que visam o bem estar coletivo e a diminuição das desigualdades. Referem-se, entre outros, à educação, saúde e lazer. São chamados de positivos, pois, para serem cumpridos, precisam da intervenção estatal direta, como nos lembra Oliveira (2007) não basta

apenas estar nos textos internacionais e constituições dos países ocidentais, sendo fundamental a ação do Estado para realizá-los.

- Terceira Geração: ligados ao conceito de fraternidade, diz respeito aos direitos dos povos, de interesse comum a toda humanidade, como o direito à paz, a um meio ambiente ecologicamente sadio e ao desenvolvimento. São “os direitos transindividuais, também chamados direitos coletivos e difusos, e que basicamente compreendem os direitos do consumidor e os relacionados à questão ecológica” (Oliveira S. A., 2007, p. 364).

Quadro 2 - Gerações de Direitos (Dimensões)

1ª GERAÇÃO	2ª GERAÇÃO	3ª GERAÇÃO
LIBERDADE	IGUALDADE	FRATERNIDADE
Direitos negativos (não agir)	Direitos a prestações	
Direitos civis e políticos: liberdade política, de expressão, religiosa, comercial	Direitos sociais, econômicos e culturais	Direito ao desenvolvimento, ao meio ambiente sadio, direito à paz
Direitos individuais	Direitos de uma coletividade	Direitos de toda a Humanidade
Estado liberal	Estado social e Estado democrático e social	

Fonte: Marmelstein, 2008, p. 53

As três gerações que compõem os direitos fundamentais representam os ideais de liberdade - direitos civis e políticos; igualdade - direitos sociais, econômicos e culturais; e fraternidade - direitos coletivos, e possuem como principais características:

- Historicidade: nascem do contexto histórico, geralmente resultado de longas lutas até se firmarem no ordenamento jurídico do Estado;
- Universalidade: devem ser assegurados a todos, sem restrições de raça, religião, cor ou convicção política;

- Irrenunciabilidade: não se pode abrir mão de direitos que são inerentes à condição existencial, portanto não podem ser renunciados;
- Inviolabilidade: não podem ser desrespeitados por nenhuma autoridade, por outrem ou por alguma lei infraconstitucional, sob pena de responsabilidade daquele que os infringe;
- Imprescritibilidade: não estão sujeitos a prazo prescricional, ou seja, não se perdem com o tempo;
- Efetividade: o Estado deve dispor de meios que garantam a concretização dos direitos fundamentais, fazendo com que se efetivem na realidade social;
- Complementaridade: devem ser interpretados de forma conjunta, um direito completa o outro;
- Interdependência: as normas constitucionais e não constitucionais devem se relacionar com os direitos fundamentais para atingir seus objetivos; e
- Concorrência: devem ser exercidos conjuntamente, sem que um anule o outro.

Dentro dos direitos fundamentais estipulados no Brasil, temos a educação que, segundo Santos, Paludo e Oliveira, (citado em Silva P. T., 2013, p. 2) “é fundamental em qualquer sociedade, porque é por meio dela que as pessoas se apropriam dos conhecimentos produzidos por outras gerações, dos valores, das formas de se organizar, de pensar e de agir no mundo”. É por essa importância que a educação está elencada na Constituição Brasileira de 1988 dentre os chamados direitos sociais, tendo por finalidade proporcionar o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para a vida, para o pleno exercício da cidadania e para o conhecimento científico e o trabalho.

Apesar de a história do conhecimento e de seu compartilhamento estar atrelada à própria história da evolução da humanidade, a escola estruturada da forma como a conhecemos foi estimulada somente a partir do desenvolvimento do comércio, do capitalismo e da ascensão da burguesia, mas naquela época o acesso ao ensino era um privilégio de poucos: homens

brancos, livres e das classes mais ricas. Somente após a Revolução Industrial, e a decorrente urgência por mão de obra qualificada, é que se abrem as portas das escolas para os trabalhadores e seus filhos e, posteriormente, para as mulheres.

A partir das mudanças nas relações de trabalho é que as ideias de uma educação para todos começam a se acentuar em todo o mundo, corroborando para acordos internacionais, diretrizes para a educação e leis que normatizem a implantação, a organização, o financiamento, o acesso e a permanência e a universalização do ensino. (Peixoto, Oliveira, & Maio, 2013)

Com o progresso das sociedades e o desenvolvimento de novas tecnologias, os governos se viram pressionados a investirem mais no grau de instrução de sua população, dando lugar de destaque à educação em suas Leis Maiores. No Brasil, na Carta de 1988, a educação ganha uma abordagem mais ampla e o *status* de direito social fundamental:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

Ainda na Constituição vigente temos, os objetivos e responsabilidades que concerne à educação, onde se estipula que a mesma é um direito de todos, sem preconceitos de raça, cor, sexo, idade ou qualquer outra forma de discriminação, e é um dever do Estado e da família, tendo por princípios:

- Gratuidade do ensino público;
- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar os saberes;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas,
- Valorização dos profissionais da área;
- Gestão democrática; e
- Garantia de qualidade.

No Brasil, União, governos estaduais e municipais e o Distrito Federal, por força de lei, devem agir em regime de colaboração de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório e, para isso, a redação constitucional designa o âmbito de atuação de cada ente e determina os percentuais mínimos das receitas advindas de impostos que compete a cada um destinar para a manutenção e para o desenvolvimento da rede pública de educação.

Além da CF, outros dispositivos legais foram criados com a finalidade de se fazer cumprir a fundamentalidade do direito à educação. Atendo-nos à esfera federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9.394/96, que regulamenta todo o sistema educacional do Brasil, da educação básica ao ensino superior, seja ele público ou privado, reafirma o direito à educação, garantido pela CF/88. Já o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, que tem por função estipular as diretrizes e estratégias para a política educacional do país por um período de 10 anos, tem metas estruturantes que visam garantir o direito de acesso e à universalização do ensino obrigatório.

De uma forma geral, as legislações educacionais no país possuem uma convergência para metas como:

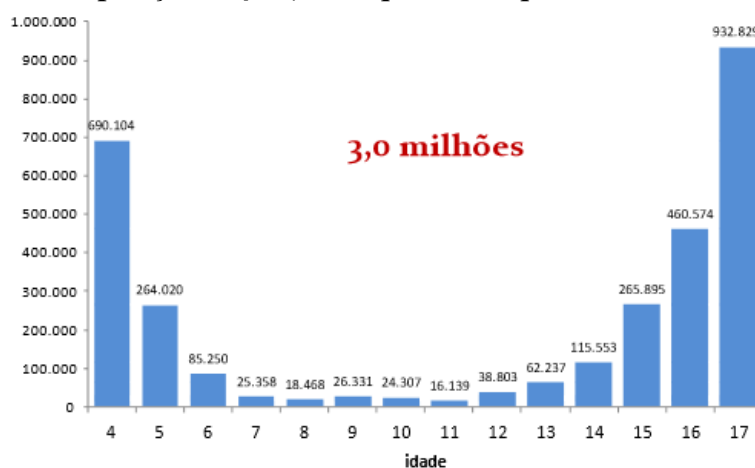
- Erradicar o analfabetismo;
- Universalizar o atendimento escolar;
- Melhorar a qualidade do ensino;
- Formar profissionais para o trabalho; e
- Promover o desenvolvimento humanístico, científico e tecnológico.

Mas, apesar dos esforços e de ter apresentado algum avanço nos últimos anos, o Brasil ainda encontra dificuldade em ofertar educação igualitária e de qualidade.

Com relação à igualdade, para reduzir os índices de crianças e adolescentes fora de sala de aula, seja por falta de acesso ou de evasão, é preciso ir além do óbvio. Medidas como construção de novas escolas e aumento do número de vagas, modernização da infraestrutura das já existentes, combate à discriminação e respeito às diversidades, melhoria da segurança, oferta de

uma refeição mais saudável, disponibilização de uniforme e material didático para todos, assistência estudantil para os mais necessitados, implantação de um sistema de transporte escolar eficiente, contratação de mais profissionais para a área são pontos de fundamental importância e, mesmo que ainda não tenha obtido o êxito necessário, já vêm sendo foco das ações afirmativas do governo.

Gráfico 2 – População de 4 a 17 anos que não frequenta escola - Brasil - 2014



Fonte: Pnad, 2014

De acordo com o gráfico da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar - Pnad sobre a população de 4 a 17 anos que não estava frequentando a escola em 2014, percebemos que os pontos mais críticos se concentram nos extremos. É sabido que a educação infantil, de 4 a 6 anos, é extremamente importante, pois há “informações disponíveis a respeito do impacto positivo da frequência a creches e pré-escolas sobre o desempenho na escola” (Kappel, Carvalho, & Kramer, 2001, p. 38). Essa etapa contribui no desenvolvimento social, na coordenação motora fina, nas percepções sensoriais e de orientação espacial, além de influenciar diretamente na capacidade de concentração, no desenvolvimento da memória e do raciocínio lógico e abstrato. Mas, mesmo com tantos benefícios, ainda há uma forte tendência dos pais de postergarem o ingresso dos filhos no ambiente escolar

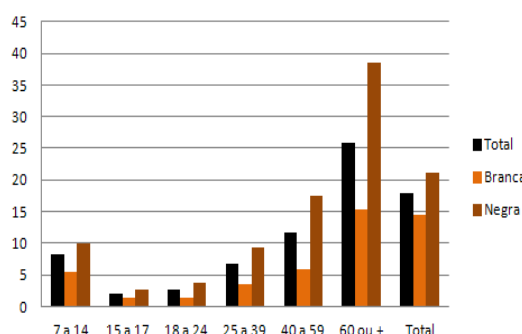
e tomarem exclusivamente para si a responsabilidade da instrução nos primeiros anos de vida, por acharem melhor para a criança ficar mais tempo no seio familiar. Outro fator é a escassez de vagas nas creches e pré-escolas de alguns municípios. Neste caso, precisa haver é uma campanha em âmbito nacional divulgando a importância da educação infantil para conscientizar os pais e responsáveis, bem como uma maior destinação de recursos para construção de novas creches para aumentar o número de vagas. Já no outro extremo, diferente da educação infantil, onde a decisão de não matricular os filhos muitas vezes recai sobre os pais; nos anos finais de escolarização o alto índice de jovens fora da escola é responsabilidade, em grande parte, de escolhas feitas por eles mesmos.

Em um levantamento realizado pelo Movimento Todos Pela Educação, com base na Pnad de 2013, constatou-se que mais de 40% dos alunos que abandonaram os estudos o fez por falta de interesse. As críticas mais comuns foram o excesso de conteúdo, a falta de contextualização e de integração entre as disciplinas, aulas sem foco e com pouca participação dos educandos. Esse quadro nos mostra a importância da reformulação do ensino no país, o que vem sendo discutido atualmente com exaustão em decorrência da PEC 241, mas, além da inovação curricular, ações complementares também podem e devem ser introduzidas, como é o caso da melhoria da acessibilidade e do uso mais efetivo das tecnologias e ferramentas digitais para se adequar à realidade dos jovens da atualidade.

A inserção da tecnologia na educação não se limita a deixar o conteúdo mais atrativo: para combater a evasão escolar é essencial que os educadores tenham atenção redobrada com os estudantes que estão com dificuldade nas disciplinas e aparentam desmotivação – um sintoma claro disso é deixar de realizar os deveres de casa ou de estudar para provas. Por outro lado, há situações em que crianças e adolescentes com bom potencial não se sentem desafiados e deixam de se interessar pelos estudos. Nos dois casos a tecnologia pode ajudar! (Info Geekie, 2015)

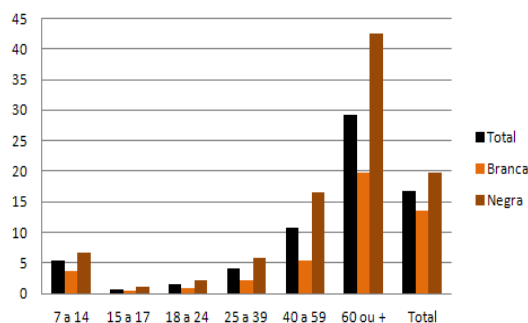
Para a universalização do ensino, existem também discrepâncias históricas relacionadas a determinados grupos da sociedade que precisam de uma atenção maior, como podemos observar nos gráficos abaixo:

Gráfico 3 - Analfabetismo entre homens, por grupo de idade e raça



Fonte: IBGE, Pnad, 2009

Gráfico 4 - Analfabetismo entre mulheres, por grupo de idade e raça



Fonte: IBGE, Pnad, 2009

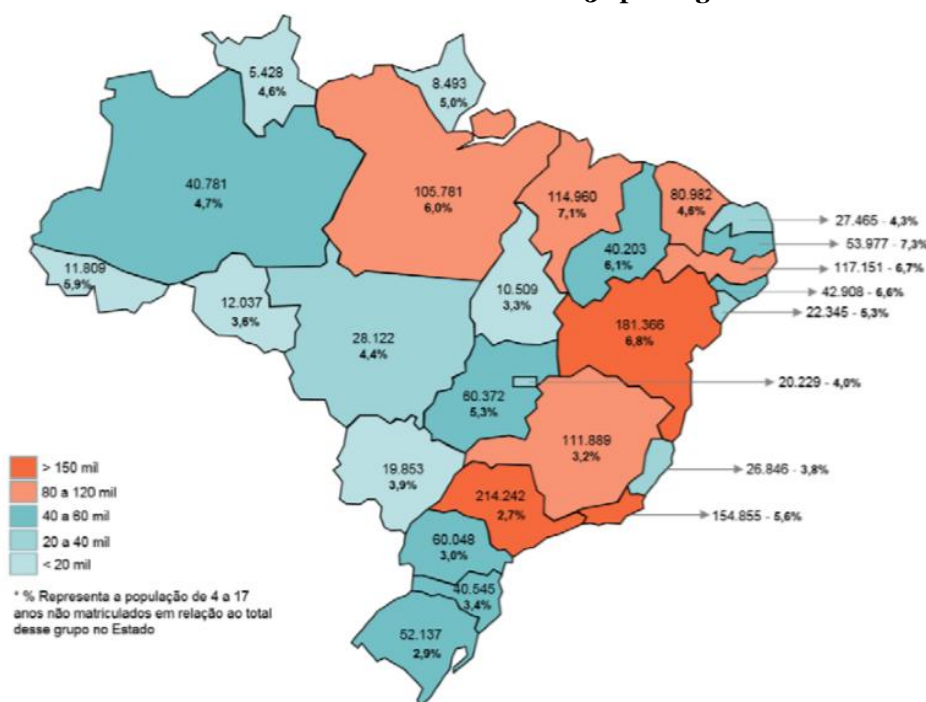
Além dos afrodescendentes, podemos citar aqui os indígenas, a população do campo e os que se encontram privados de liberdade, foco desta pesquisa. Algumas medidas e legislações foram criadas para fomentar a oferta pelos estabelecimentos educativos e a demanda dentro desses públicos como, por exemplo, as cotas raciais para negros, pardos e indígenas em universidades públicas e a criação do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional – PEESP, o que demonstra uma atenção por parte dos políticos em tornar a educação mais justa e democrática.

O grande desafio com relação ao cumprimento deste princípio de igualdade é que muitas vezes a raiz do problema se encontra em questões de cunho social ou econômico, como o trabalho infantil, a gravidez precoce e as disparidades regionais.

A figura abaixo traz informações da evasão escolar por região do Brasil em números totais e em percentuais. Em quantidade, estados com maior densidade demográfica, como é o caso de São Paulo e Minas Gerais, ambas situadas no Sudeste, região mais rica do país, apresentam números expressivos por terem uma grande população, mas mostram percentuais relativamente

baixos, 2,7% e 3,2%, respectivamente. No entanto, em termos proporcionais, as regiões Norte e Nordeste são as com os piores índices, como o Acre, Maranhão e Paraíba, todos em torno de 7%. Neste caso, as políticas públicas educacionais por si só não vão surtir o efeito necessário, é preciso que haja uma conjunção de ações que diminua a miséria e a concentração de renda no país, o que torna o cenário muito mais complexo.

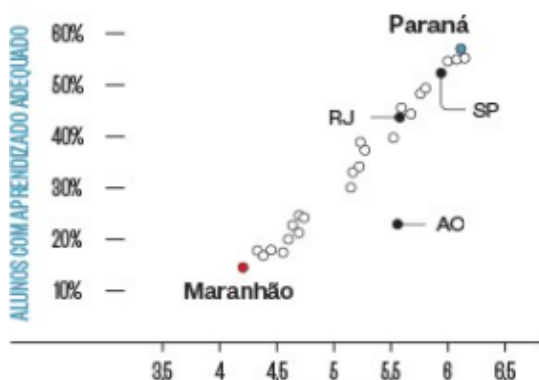
Gráfico 5 - Estudantes que estavam na escola em 2014, não localizados em 2015 - por região



Se o acesso e a permanência são desafios que requer investimentos em infraestrutura e capital humano, a qualidade se apresenta como um obstáculo ainda mais difícil de ser vencido. O objetivo de “melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida” (Declaração de Dakar, 2000) está longe de ser alcançado no Brasil. O país apresenta, ano após ano, números preocupantes em relação ao sucesso escolar.

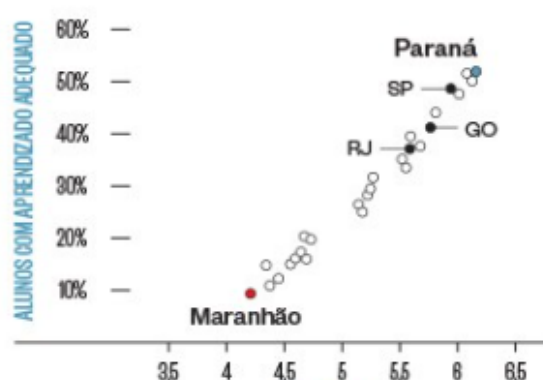
A Prova Brasil é um exame por amostragem que faz parte do Sistema de Avaliação da Educação Básica e é um dos indicadores que compõem o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, atualmente o principal indicador de qualidade da educação no Brasil. Pelos gráficos abaixo, constata-se uma maior dificuldade em matemática e um queda no rendimento escolar nos anos mais avançados. Além disso, as diferenças regionais ficam nítidas, pois os melhores índices concentram-se nas regiões Sul e Sudeste e os piores na região do Nordeste. Por fim, os resultados estão muito abaixo de um padrão mínimo de qualidade aceitável.

Gráfico 6 - Alunos do 5º Ano com Aprendizagem Adequada - Português



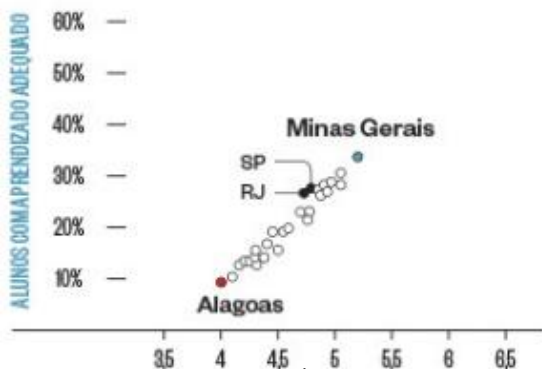
Fonte: Ideb, em Revista Época, 2015

Gráfico 7 - Alunos do 5º Ano com Aprendizagem Adequada - Matemática



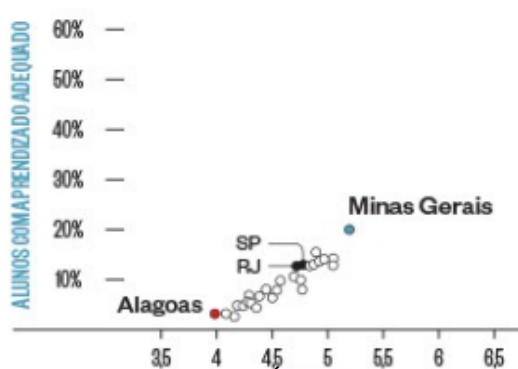
Fonte: Ideb, em Revista Época, 2015

Gráfico 8 - Alunos do 9º Ano com Aprendizagem Adequada - Português



Fonte: Ideb, em Revista Época, 2015

Gráfico 9 - Alunos do 9º Ano com Aprendizagem Adequada - Matemática



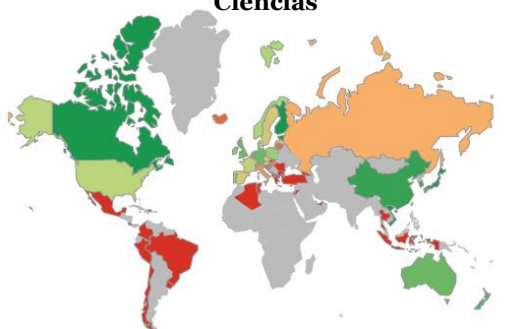
Fonte: Ideb, em Revista Época, 2015

Segundo a reportagem O ensino público no Brasil: ruim, desigual e estagnado, da Revista Época:

Mais de 65% dos alunos brasileiros no 5º ano da escola pública não sabem reconhecer um quadrado, um triângulo ou um círculo. Cerca de 60% não conseguem localizar informações explícitas numa história de conto de fadas ou em reportagens. Entre os maiores, no 9º ano, cerca de 90% não aprenderam a converter uma medida dada em metros para centímetros, e 88% não conseguem apontar a ideia principal de uma crônica ou de um poema. Essas são algumas das habilidades mínimas esperadas nessas etapas da escola, que nossos estudantes não exibem. (Guimarães, 2015)

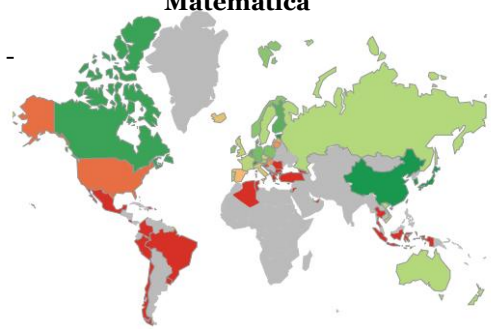
Foi divulgado, no dia 06/12/2016, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA, programa desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, realizado a cada 3 anos, que tem como propósito medir a qualidade do ensino em diversos países. Apesar de muito criticado, principalmente pela forma de ranqueamento dos resultados, o que acirra a competição, justamente num ambiente em que deveria imperar a cooperação e a solidariedade, os sistemas de avaliação em larga escala com foco fundamentalmente no rendimento escolar servem como parâmetro para que os governos locais possam avaliar a efetividade de suas políticas educacionais e rever periodicamente os métodos e práticas utilizados.

**Gráfico 10 - Resultados por País:
Ciências**



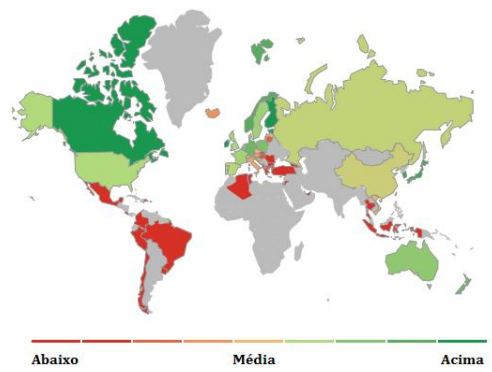
Abaixo Média Acima
Fonte: OECD, PISA 2015

**Gráfico 11 - Resultados por País:
Matemática**



Abaixo Média Acima
Fonte: OECD, PISA 2015

Gráfico 12 - Resultados por País: Leitura



Fonte: OECD, PISA 2015

Pelo resultado anunciado, onde 23 mil estudantes brasileiros entre 15 e 16 anos participaram, percebe-se que muito pouco foi feito na última década, visto que o desempenho estagnou. Tendo ficado entre os últimos colocados nas 3 disciplinas que foram avaliadas, leitura, matemática e ciências, é nítida a urgência de reformulação do ensino no país.

Para aumentar a qualidade do ensino no país é imprescindível aplicar mais recursos na formação continuada dos professores e do corpo pedagógico, além de rever o piso salarial para atrair profissionais com maior grau de instrução, revisar e modernizar o material didático e de apoio, implantar mais bibliotecas e laboratórios, criar uma base nacional curricular, mas que permita se adequar à realidade local, aumentar o tempo de permanência na escola e incentivar atividades extracurriculares, implantar sistemas de avaliação mais flexíveis e abrangentes, buscar motivar os alunos através do uso de mais tecnologias e também incentivar a pesquisa e o conhecimento científico.

A educação é o alicerce da formação do ser humano. Elevá-la a direito fundamental e garanti-la na Lei Maior do nosso país foi, sem dúvida, um grande passo, mas infelizmente muita coisa ainda está só no papel. É necessária uma intervenção mais eficaz por parte do Estado, através de um planejamento onde se defina prioridades e implemente medidas legais, administrativas e financeiras para alcançar os resultados desejados. Mas, mais do que isso, é fundamental que todos tenham conhecimento dos seus direitos

e que os cobre das autoridades para que a educação, igualitária e de qualidade, se transforme em uma realidade e cumpra o seu papel social de formar cidadãos.

5.1.4. Educação de Jovens e Adultos: concepções e perspectivas

Conforme destacado anteriormente, durante os períodos colonial e imperial e nos primórdios da república, a educação era um privilégio de poucos, ofertada quase que exclusivamente às elites. Grande parcela da população não tinha acesso ao ensino formal, o que ocasionou a formação de uma imensa massa de iletrados. Pelo censo de 1890 constatou-se que mais de 80% das pessoas eram analfabetas (UNESCO, 2008, p. 24). Buscando reverter esse quadro, entre o final do século XIX e meados da Primeira Guerra Mundial acirraram-se as discussões sobre o grau de escolaridade da população o que desencadeou um período com grandes movimentos educativos em favor do ensino popular, conhecido como entusiasmo pela educação:

O entusiasmo pela educação, caracterizado por preocupações eminentemente quantitativas em relação à difusão do ensino, visava a imediata eliminação do analfabetismo através da expansão dos sistemas educacionais existentes ou da criação de para-sistemas, de programas paralelos – de iniciativa oficial ou privada, abstraindo os problemas relativos à qualidade do ensino ministrado. (Paiva, 2003, p. 37)

Surgem assim duas ligas nacionais: a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo – LBCA, fundada em 1915 em uma parceria do exército e da marinha, e a Liga de Defesa Nacional – LDN, associação civil fundada em 1916 pelo poeta Olavo Bilac. Esses são os alicerces para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA no Brasil. EJA é a

modalidade de educação concebida para atender aqueles que, por não tê-la realizado na época regular, busca uma escolaridade tardia, seja na adolescência ou na idade adulta, e é caracterizada por intervenções governamentais focadas quase exclusivamente na população com menor poder econômico.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (Lei nº 9.394, 1996)

Após o término da Segunda Grande Guerra, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, passou a haver no Brasil uma maior mobilização para aumentar o nível de instrução da população adulta. Entre 1947 e 1985 quatro grandes campanhas foram implementadas:

- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947 a 1963): promovida pelo Ministério da Educação e Saúde e coordenada por Lourenço Filho, educador e pedagogo de relevante participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova, foi a primeira iniciativa do governo voltada para a educação de jovens e adultos e previa a alfabetização do educando em 3 meses;
- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo - CNEA (1958 a 1963): “destinada a diversas faixas de idade, visava combater o analfabetismo em todas as suas frentes, enfocando-o como fenômeno social que tem causas socioeconômicas que devem ser conhecidas” (Paiva, 2003, p. 243);
- Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1967 a 1985): desenvolvido no período da ditadura, servia aos interesses dos

militares que detinham o controle de tudo que era ensinado. Tinha como foco acabar com o analfabetismo em 10 anos e ganhou destaque a partir de 1970, quando suas ações passaram a ser realizadas em grande escala; e

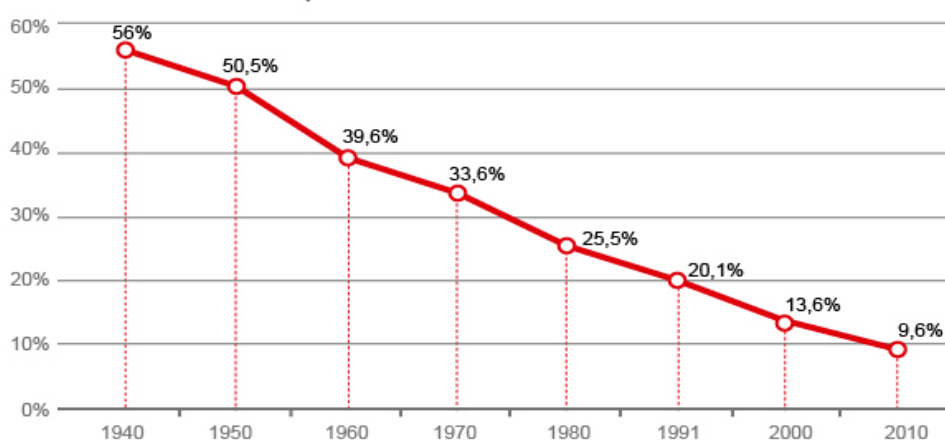
- Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR (1986 a 1990): após a ditadura militar o MOBRAL foi extinto e transformado na Fundação EDUCAR deixando de ser responsável pela execução direta das ações educativas e passando a ser um órgão de fomento e apoio subordinado ao MEC.

Posteriormente, com a redemocratização do país surgiram novos programas:

- Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990 a 1993): tinha como meta reduzir em até 70% o analfabetismo no prazo de 4 anos, no entanto, após o *impeachment*, Itamar Franco, sucessor de Collor na presidência, abandonou o programa e o substituiu pelo Plano Decenal, que em razão do curto mandato, também não vigorou por muito tempo;
- Programa de Alfabetização Solidária – PAS (1994 a 2002): esse programa de alfabetização era destinado principalmente aos jovens entre 12 e 18 anos moradores de municípios e periferias urbanas que detinham os maiores índices de analfabetismo do país. Foi idealizado no governo Fernando Henrique Cardoso e buscou despertar um movimento de solidariedade nacional para reduzir as desigualdades regionais e educacionais; e
- Programa Brasil Alfabetizado – PBA (2003 até os dias atuais): criado no primeiro mandato do Presidente Lula através do MEC e tem como público alvo todo cidadão analfabeto que possua 15 anos ou mais. Apesar de ainda está em vigor, atualmente o programa está praticamente parado em decorrência de cortes feitos pouco antes do *impeachment* de Dilma Rousseff, sucessora de Lula na presidência.

Todos esses esforços contribuíram para que houvesse uma redução expressiva nos índices de analfabetismo no país. Em 1940 mais da metade da população não sabia ler e escrever; já em 2010 esse número reduziu para 9,6% da população, como aponta o gráfico do Censo Demográfico realizado pelo IBGE:

Gráfico 13 - Analfabetismo no Brasil (pessoas com 15 ou mais) – 1940/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2010

No entanto, apesar dos avanços conquistados, o Brasil ainda aparece como a oitava maior taxa de analfabetismo do mundo entre pessoas com 15 anos ou mais, segundo dados do 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (2014), sendo ao todo quase 13 milhões de iletrados. A história da educação brasileira tem demonstrado que um dos grandes entraves, que comprometeu a qualidade do ensino e a quantidade de pessoas atendidas, é que a EJA sempre foi sinônimo de programa e que nunca houve continuidade nas ações, pois mudava o governo, mudava o programa.

Ainda que a educação de jovens e adultos continue a ocupar um lugar secundário no sistema educacional brasileiro, revisitando sua história é possível afirmar que essa modalidade já reúne um conjunto significativo de experiências que merecem ser conhecidas, debatidas, avaliadas e analisadas, de forma a romper com a ideia recorrente de estarmos sempre começando do

zero. (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, 2008, p. 17)

Atualmente muito se discute sobre as políticas públicas voltadas para a EJA e é consenso que as ações que foram desenvolvidas anteriormente devem servir de base, mas que é urgente a criação de novas iniciativas, mais efetivas, unificadas e de abrangência nacional, que consiga não apenas para atrair esse aluno para a sala de aula, mas sim retê-lo. Nessa nova perspectiva é preciso, antes de tudo, se atentar para os atores do processo ensino-aprendizagem, ou seja, alunos e professores.

O sujeito da educação de jovens e adultos, diferente da criança, traz consigo conhecimentos e experiências que o possibilita ser mais crítico e reflexivo sobre os processos de aprendizagem, por isso a EJA não pode ser um modelo engessado que busca apenas compensar o que não foi aprendido na idade regular, é necessário organizar o currículo e desenvolver processos pedagógicos diversificados e flexíveis que possam atender as diversidades sociais e culturais dos alunos. Nessa modalidade de educação é importante que os vários campos do saber conversem entre si e que haja destaque para temas vinculados à vida em sociedade, ao mundo do trabalho, da cultura, da saúde e do meio ambiente.

Na outra ponta, temos os professores. A educação de jovens e adultos tem suas peculiaridades que exigem do docente sensibilidade para lidar com questões como o cansaço de alunos que vão para a escola após um dia inteiro de trabalho, a falta de tempo dos educandos para realizar atividades extraclasse, a diferença entre gerações, e diversas outras questões que são comuns na EJA. Ainda hoje, nas licenciaturas e em outros cursos voltados para a formação de professores as teorias do desenvolvimento e da aprendizagem são voltadas para as crianças e os adolescentes, “por essa razão, é compreensível que os docentes tenham dificuldades de enfrentar os desafios do público da EJA” (Viana & Amado, 2014, p. 123). Os profissionais que trabalham com adultos precisam estar preparados para ministrar aulas mais

atrativas, dinâmicas e menos subjetivas, precisam conseguir trabalhar de forma interdisciplinar e contextualizada trazendo os saberes para o dia a dia do aluno. Além disso, o professor precisa ter, acima de tudo, a capacidade de reconhecer e valorizar as vivências e conhecimentos dos estudantes e respeitá-lo como sujeito ativo do seu próprio processo de aprendizagem.

É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (Freire, 1996, p. 12)

5.2.A PRISÃO

A cela, esta técnica do monaquismo cristão e que só subsistia em países católicos, torna-se nessa sociedade protestante o instrumento através do qual se podem reconstituir ao mesmo tempo o homo economicus e a consciência religiosa. Entre o crime e a volta ao direito e à virtude, a prisão constituirá um “espaço entre dois mundos”, um lugar para as transformações individuais que devolverão ao Estado os indivíduos que este perdera. (Foucault, 1987, p. 142)

5.2.1.Breve Histórico

Na Antiguidade (4000 a.C. até 476 d.C.), já havia a preocupação por parte dos governantes em manter a ordem social através de códigos de conduta “que regulavam a vida civil, a ordem penal e as normas administrativas, discriminando procedimentos e penalidades” (Neves, 2008, p. 111). O mais conhecido é o Código de Hamurabi, conjunto de leis escritas, oriundo da

Mesopotâmia e descoberto em 1901 em uma expedição francesa. Seu conteúdo revela como a justiça era comumente praticada naquela época: "olho por olho, dente por dente".

Figura 3 - Código de Hamurabi



Fonte: <http://luciagarciaayuste.tumblr.com/page/5>

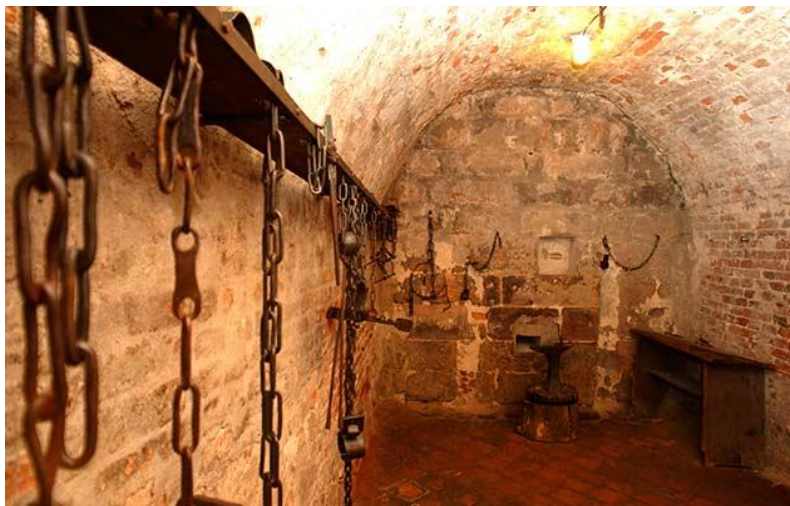
Nas civilizações antigas do Egito, Grécia, Babilônia, Roma e Pérsia aprisionavam-se aqueles que cometiam algum delito e os devedores que não quitavam suas dívidas, mas não como punição, e sim provisoriamente até que se definisse qual seria a pena imposta. O ato de aprisionar tinha, portanto, a finalidade principal de evitar a fuga. De acordo com Silva (2012), a repreensão dos crimes privados ficava à cargo do ofendido, cabendo ao Estado a dos crimes públicos.

Como a restrição de liberdade não era uma forma de penalidade, não existia um local próprio para tal prática. Assim, antes de ser uma espécie de sanção, a prisão foi destinada a reter o condenado até a efetiva execução de sua punição, a qual era sempre corporal. Nesse caso, quando havia a necessidade de manter alguém detido era utilizado qualquer local que pudesse servir como cativoiro.

Durante a Idade Média (476 até 1453) as prisões continuaram a ser essencialmente o local para se aguardar o julgamento e, de acordo com Nascimento (citado por Oliveira, 2009), os criminosos eram recolhidos em castelos, fortalezas, conventos e mosteiros. Não bastasse o tempo de prisão

nesses lugares fétidos, escuros e imundos, posteriormente eram aplicadas penas desumanas, onde muitas vezes a morte do criminoso era feita em locais públicos e de forma cruel como fogueira, afogamento, soterramento e enforcamento, configurando em um espetáculo degradante. Além disso, as sanções eram desiguais, variando de acordo com sexo e condição social e política.

Figura 4 - Câmara de Tortura da Masmorra de Lochgefängnisse - Nuremberg



Fonte: <https://museen.nuernberg.de/lochgefaengnisse/besucherinformation/visitor-information/>

Também a Igreja empregou muito a prática de encarceramento com os condenados da Inquisição, que aguardavam ali a morte, e com os considerados infiéis, mas, nesse último caso, utilizava-se o isolamento como forma de reflexão e redenção espiritual, era a chamada Prisão Eclesiástica, que tinha por intuito não a punição em si, mas a correção do indivíduo.

No direito eclesiástico, a penitência era a melhor forma de punição, nesse sentido, conforme já salientado, a custódia do acusado antecede até mesmo a pena privativa de liberdade. Diante disso, foram então construídas prisões denominadas “penitenciários”, onde os acusados cumpriam penitência e esperariam o momento em que seriam guiados para a fogueira. A denominação penitenciária é utilizada por nós até os dias de hoje, como o local onde o acusado ou condenado irá permanecer preso. (Nogueira Júnior citado por Silva, 2012)

No período de transição do Feudalismo para o Capitalismo, conhecido como Idade Moderna (1453 até 1789), em decorrência do fortalecimento das práticas comerciais, as cidades foram se desenvolvendo e a população urbana cresceu consideravelmente a par do aumento da criminalidade, mesmo com a imposição, muitas vezes pública, de castigos severos e de penas de morte. É nesse momento que se começa a questionar a eficiência das sanções que eram aplicadas e a ideia da prisão como uma forma de punição passa a ser cogitada. Alguns estudiosos afirmam que foi neste período que surgiu a primeira prisão a seguir um sistema penitenciário, a House of Correction, construída em Londres, em 1552.

Já no Brasil, distante do Velho Mundo e das mudanças que começavam a ocorrer por lá, a lei que regia a colônia inicialmente era a vontade dos senhores que detinham todo poder em suas mãos e julgava os delitos de acordo com seus interesses.

Pode-se afirmar sem exagero que se instalou tardiamente um regime jurídico despótico, sustentado em um neofeudalismo luso-brasileiro, com pequenos senhores, independentes entre si, e que, distantes do poder da Coroa, possuíam um ilimitado poder de julgar e administrar seus interesses. De certa forma, essa fase colonial reviveu os períodos mais obscuros, violentos e cruéis da História da Humanidade, vividos em outros continentes (Bitencourt citado por Amaral, 2013).

Figura 5 - Cadeia Velha no Rio de Janeiro (construída por volta de 1635)



Fonte: <http://www.gerivaldoneiva.com/2010/05>

Após serem publicadas, em 1603, as Ordenações Filipinas, coletânea de leis que regiam a vida social de Portugal e que foram feitas através de revisões de ordenações anteriores, é que passa a haver um código legislativo no Brasil Colônia, sendo que elas vigoraram por aqui por mais de 200 anos. No que diz respeito à parte penal, a prisão também não era tida como uma punição e sim como uma forma de manter sobre controle quem aguardava julgamento, que terminava quase sempre em penas injustas e desumanas, sendo que na maioria das vezes a morte era o desfecho final.

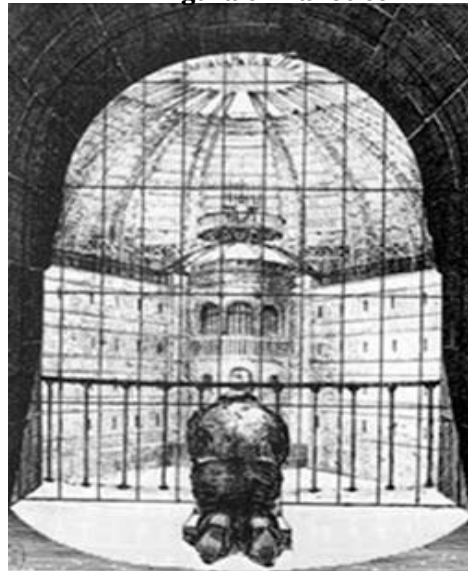
Enquanto isso na Europa, a agitação política e econômica ocorrida a partir do Iluminismo desencadeou uma série de mudanças intelectuais e comportamentais que influenciaram o modo de agir das sociedades contemporâneas e contribuíram também para a evolução do direito penal e penitenciário. Dos Delitos e das Penas, escrito em 1764 por Cesare Beccaria, “obra de grande vulto que viria a se transformar na grande referência de transformação das formas de execução das penas” (Garutti & Oliveira, 2012), critica as condições das prisões da época e insere o pensamento filosófico e humanitário na aplicação de punições. Assim, alguns estudiosos começam a propor reformulações e novos modelos de penitenciárias.

John Howard, considerado o pai da ciência penitenciária, publica, em 1777, o livro *The State of Prisons in England and Wales*, uma dura crítica à realidade das prisões da Inglaterra onde defendia um tratamento mais digno ao preso e a construção de estabelecimentos penais mais adequados (Garutti & Oliveira, 2012). Em seus apontamentos destaca questões que precisavam de melhorias, como a separação dos presos em celas individuais - modelo celular, a higiene e alimentação dos detentos, a implantação de medidas de disciplina diferenciada para os que estão aguardando julgamento e aqueles que já foram condenados, além da necessidade de ofertar oportunidades de educação e trabalho.

Posteriormente temos Jeremy Bentham, filósofo e jurista, que apresenta, em 1787, o Panóptico, seu modelo de penitenciária ideal, um projeto de arquitetura circular, celular, onde um único observador, situado numa torre

central, pudesse ver todas as celas ao mesmo tempo, que ficavam dispostas nas bordas.

Figura 6 - Panótico



Jeremy Bentham's Panopticon: A prison where the prisoner is always visible, always under the surveillance and the power of the State.

Fonte: <http://manuscritosdearquitectura.blogspot.com.br>

Por precisar de apenas um vigilante, o sistema se mostrava viável financeiramente e poderia ser utilizado em qualquer outro tipo de organização baseada na disciplina e hierarquia, como escolas e fábricas.

Chegando à Idade Contemporânea, a partir de 1789, a pena capital e as mais degradantes vão sendo gradativamente substituídas pela pena de prisão com vista a proporcionar a recuperação do criminoso e assim começam a surgir alguns modelos de sistemas penitenciários:

- Sistema Filadélfico ou Pensilvânico (1790): seguindo o modelo celular, o isolamento era total, sem nenhum contato entre os presos e destes com o mundo externo. Os trabalhos eram escassos e individuais, realizados dentro da própria cela, não havia atividades educativas, sendo permitida apenas a leitura da bíblia;

- Sistema Auburniano (1821): também conhecido como Sistema de Nova Iorque, a reclusão em celas era adotada apenas a noite, pois durante o dia havia momentos de coletividade, como nas refeições e nos trabalhos, sendo que esses eram permitidos principalmente com intuito de tornar a prisão produtiva, obtendo recursos para a sua própria manutenção. No entanto, a vigilância era rígida e constante, sendo proibidas visitas, lazer, exercícios físicos e qualquer tipo de comunicação entre as pessoas.
- Sistema Progressivo Inglês (1840): tempo da pena é distribuído em períodos, aonde os privilégios vão aumentando, e a pena pode ser diminuída de acordo com a boa conduta do preso. Sua vantagem reside no fato de proporcionar uma adaptação gradual ao retorno à vida livre. Era dividido em 03 fases progressivas:
 - Isolamento celular absoluto;
 - Reclusão a noite e trabalhos coletivos ao dia, em silêncio; e
 - Liberdade condicional.
- Sistema Progressivo Irlandês (1835): quase que paralelamente ao Sistema Inglês, temos o Irlandês que acrescenta um estágio antes da liberdade condicional:
 - Isolamento celular absoluto;
 - Reclusão a noite e trabalhos coletivos ao dia, mas em silêncio;
 - Período intermediário, com trabalho ao ar livre em colônias agrícolas; e
 - Liberdade condicional.

Enquanto isso, no Brasil Imperial, com a vinda da Família Real e com a promulgação da Constituição de 1824, os castigos desproporcionais passam a ser proibidos, apesar de a pena de morte continuar em vigência, e a prisão passa a ser vista como forma de penalidade, como podemos observar no artigo 179:

- XVIII. Organizar-se-ha quanto antes um Codigo Civil, e Criminal, fundado nas solidas bases da Justiça, e Equidade.
- XIX. Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas crueis.
- XX. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Por tanto não haverá em caso algum confiscação de bens, nem a infamia do Réo se transmittirá aos parentes em qualquer gráo, que seja.
- XXI. As Cadêas serão seguras, limpas, o bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos Réos, conforme suas circumstancias, e natureza dos seus crimes. (Constituição politica do Imperio do Brazil, 1824)

O Código Criminal, conforme ordenado em 1824, foi aprovado em 1830 e, influenciado por Jeremy Bentham, se preocupava muito com a arquitetura dos estabelecimentos prisionais e pouco com o sistema de penas. Já o Código de Processo Criminal de 1832 buscava organizar a justiça no Brasil, estipular normas e procedimentos e garantir os direitos dos acusados. Quase 60 anos depois, já na República, temos a publicação do Código Penal, em 1890, extinguindo a pena de morte e os trabalhos forçados, galés, impondo a limitação da prisão perpétua a 30 anos, computando a prisão preventiva no tempo da punição, estipulando as bases do regime de progressão e estabelecendo as modalidades de penas: prisão celular, banimento, reclusão, prisão com trabalho obrigatório, prisão disciplinar, interdição, suspensão e perda do emprego público e multa.

Apesar de a Constituição fascista de 1937 ter sido um retrocesso em todos os aspectos, inclusive penal, prevendo novamente a volta da pena de morte no país, o Código Penal 1940, descarta essa possibilidade e mantém o sistema progressivo.

Art. 32 - As penas são:

I - privativas de liberdade;

II - restritivas de direitos;

III - de multa.

Art. 33 [...] § 2º - As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado [...] (Decreto-Lei nº 2.848, 1940)

Pelo mundo afora, principalmente nos países mais desenvolvidas, o século XX foi marcado por uma busca de alternativas para a prevenção de crimes e modernização dos sistemas penitenciários. Muito se questionou sobre a finalidade da pena privativa de liberdade, se essa era apenas uma forma de exilar o preso do convívio com a sociedade ou se deveria ser uma alternativa para reeducá-lo e prepará-lo para se reintegrar. Cria-se então, no âmbito jurídico brasileiro, a Lei de Execução Penal – LEP em 1984, o que representa um avanço democrático e humanitário, principalmente por reconhecer o detento como um sujeito de direito.

5.2.2.O Preso como Sujeito de Direito

No século XX, especialmente no pós 2ª Guerra, a tradicional expressão defesa social, que se limitava à proteção da sociedade pela repressão do crime, ganha conotação mais moderna e busca agora a prevenção do crime e o tratamento do criminoso, é a chamada Nova Defesa Social. Com isso, o movimento pela humanização no cárcere ganha força e o preso deixa de ser objeto do direito e passa a ser visto como sujeito de direito.

Com essas relevantes tomadas de posições, o delinquente assume a condição de sujeito de direito. Para a nova defesa social há confiança no destino do ser humano. A prisão, como pena, é vista como um ente que objetiva proteger a sociedade, através da reeducação do delinquente por meios de tratamentos penais humanizados. (Amaral, 2013)

Sujeitos de direito são todas as pessoas, físicas e jurídicas, a quem se pode atribuir direitos e cobrar obrigações através da lei. Como sujeito de direito, além das obrigações que lhe são imputadas, o condenado tem mantidos os direitos que não são atingidos pelo fato de estar sob a custódia do Estado. A pena é, portanto, a perda temporária do direito de liberdade e não de

respeito e de dignidade, e deve ter como principal objetivo preparar a pessoa para voltar à sociedade. Como obrigações, cabe aos detentos, entre outras coisas, cumprir a sentença e ser disciplinado, obedecer às regras e às ordens que lhes são dadas pelos servidores do presídio, respeitar a todos com quem convive, zelar pela conservação da edificação, bem como dos objetos de seu uso individual, fazer a higiene pessoal e da cela, manter a ordem, não participar de fugas ou de movimentos de subversão à disciplina.

No Brasil, “embora ainda exista um grande abismo entre o reconhecimento de direitos e sua prática, há que se valorizar a consagração de direitos arduamente conseguidos” (Silva L. G., 2012). A C.F/88, por exemplo, assegura aos presos o respeito à integridade física e moral através do tratamento humano e sem violência. Já a Lei de Execuções Penais diz que:

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política. (1984)

O Estado brasileiro tem, por força da Lei de Execuções Penais, responsabilidade de fornecer aos presos, condenados e provisórios, assistência:

- Material: alimentação, vestuário, instalações higiênicas e celas individuais de pelo menos 6 m², contendo dormitório, aparelho sanitário e lavatório;
- Saúde: atendimento médico, farmacêutico e odontológico, assegurando acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido;
- Jurídica: integral e gratuita para os que não possuem recursos para contratar um advogado, além de permitir ao preso entrevista pessoal e reservada com seu advogado e entregar anualmente, através da autoridade judiciária competente, atestado de pena a cumprir;

- Educacional: o ensino do 1º grau é obrigatório, deve ainda ofertar cursos supletivos para jovens e adultos, cursos na modalidade à distância e ensino profissionalizante, além de disponibilizar bibliotecas nas unidades prisionais com livros instrutivos, recreativos e didáticos;
- Social: amparar o preso e sua família, acompanhar e auxiliar em seus problemas, promover sua recreação e preparar o preso para o retorno à liberdade; e
- Religiosa: liberdade de culto e manifestações religiosas.

Apesar de não ser alcançado pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que garante alguns benefícios como férias remuneradas e 13º salário, o encarcerado tem direito ao trabalho remunerado de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ do salário mínimo vigente e o dinheiro resultado da atividade laboral fica depositado em poupança, sendo resgatado quando do fim da pena. Deve ser observada a proporcionalidade no tempo de trabalho, descanso e recreação.

São ainda direitos dos presos no Brasil: receber visita da família e amigos em dias pré-determinados, enviar e receber correspondência escrita, ter acesso a meios de informações através da leitura e de outros meios que não comprometam a moral e os bons costumes e ser chamado pelo nome, no caso de preso LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, se preferir, deve ser chamado pelo nome social.

O mais controverso direito do presidiário brasileiro é o da visita íntima. Muito genérica, em seu artigo 41, inciso X, a Lei nº 7210/1984 se restringe apenas em dizer que se constitui como direito do preso receber visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados, não fazendo nenhuma menção a visitas de finalidade sexual. Para regulamentar o disposto na LEP, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP expediu em 30 de Março de 1999 a Resolução nº 1 onde recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais e órgãos congêneres que seja assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos.

Art. 1º - A visita íntima é entendida como a recepção pelo preso, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam asseguradas.

Art. 2º - O direito de visita íntima é, também, assegurado aos presos casados entre si ou em união estável.

Art. 3º - A direção do estabelecimento prisional deve assegurar ao preso visita íntima de, pelo menos, uma vez por mês. (1999)

Com o passar do tempo tal direito foi estendido e abrange atualmente os homossexuais e os menores infratores. A polêmica em torno de tal benefício, que é uma prática comum em outros países como Austrália e França, está no fato de muitos entenderem que tal direito se configura em uma regalia que não deveria ser concedida a quem cometeu delitos. Já os principais argumentos dos que são favoráveis é de que a visita íntima fortalece os vínculos familiares e evita relações promíscuas entre os encarcerados.

A garantia de todos esses direitos, sendo eles controversos ou não, tem como principal finalidade a humanização da pena na busca da reeducação e posterior reintegração do condenado à vida em sociedade.

Figura 7 - Penitenciária Halden na Noruega



Fonte: Trond A. Isaksen – Reuters, 2010

Há países que conseguem cumprir sua legislação penal e se tornaram referência mundial, como é o caso da Noruega que, com suas penitenciárias muitas vezes comparadas a hotéis de luxo, “consegue reabilitar 80% de seus

criminosos” (Melo, 2012). Já no Brasil, através de uma visita pela legislação penal brasileira, percebe-se que, em matéria de direito penitenciário, tem uma das leis mais avançadas e abrangentes do mundo. No entanto, infelizmente, não é preciso visitar muitos estabelecimentos penais para perceber que de avançado mesmo temos apenas o discurso, pois pouca coisa sai do papel. Em meio a cadeias superlotadas e de facções criminosas que tomam para si o controle desses estabelecimentos, o que vemos é um total abandono pelo poder estatal, onde quase nenhum direito do preso é realmente garantido. Essa é a triste realidade do sistema penitenciário brasileiro.

5.2.3.O sistema penitenciário brasileiro

O sistema penitenciário brasileiro está falido. Falta de estrutura física, celas superlotadas, um sistema de segurança frágil que permite a entrada de drogas, armas e aparelhos celulares são alguns dos problemas que atinge nossas cadeias e facilita o fortalecimento de facções criminosas dentro dessas instituições que, ironicamente, deveriam combater o crime. Comparadas muitas vezes com as masmorras medievais, as prisões brasileiras estão sucateadas e não conseguem cumprir sua função social de reabilitação dos detentos. Como bem apontam Garutti & Oliveira (2012) a atual conjuntura torna-se, cada vez mais, um caos, não só pela total ineficiência e inoperância das políticas públicas, mas também pela indiferença da sociedade, que prefere ignorar a gravidade da situação.

O panorama do cárcere no Brasil, retratado pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - InfoPen (2016), mostra que o país conta com 1424 unidades prisionais, onde apenas 4 são federais, destinadas principalmente à custódia de líderes do crime organizado considerados de alta periculosidade, sendo as demais de responsabilidade dos estados. Apesar da

complexidade estrutural inerente a um estabelecimento penal, cerca de 1/3 deles não foram concebidos originalmente com essa finalidade e sim adaptados, o que contribui para os problemas de segurança que a maioria enfrenta, como fugas, rebeliões e violência.

Figura 8 - Presídio Brasileiro



Fonte: <http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=421833>

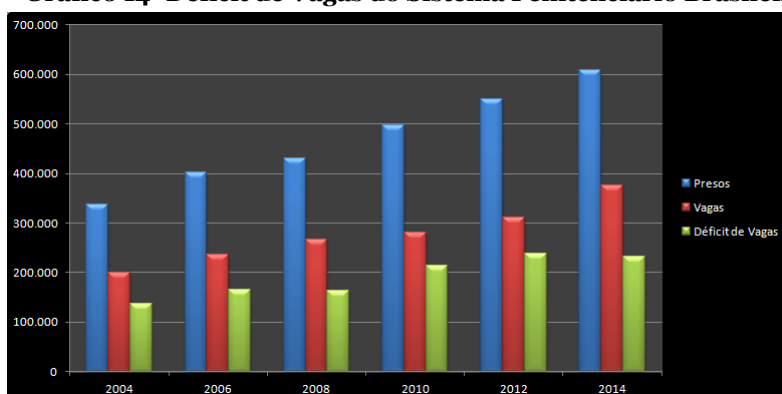
75% das penitenciárias são para o público masculino, 7% para o feminino e 18% são mistas. Apesar do pequeno número de presídios exclusivamente femininos, “a superlotação nas unidades masculinas e mistas é mais pronunciada do que entre as unidades femininas” (Moura & Ribeiro, 2016). Com relação aos chamados grupos sociais de minoria, do total das unidades:

- Apenas 9% têm celas específicas para estrangeiros e indígenas;
- Apenas 15% têm celas específicas para idosos e para o público LGBT; e
- Apenas 6% atende às exigências de acessibilidade para pessoas com deficiência.

O levantamento, além de trazer o número alarmante de 607.731 presos, quarta maior população de encarcerados do mundo, revela um dado ainda mais preocupante: o número de vagas não acompanhou o aumento do número de detentos e hoje o Brasil tem um déficit de mais de 230 mil vagas. Um dos principais fatores que contribuem para essa discrepância na relação vagas/presos é a morosidade da justiça, visto que quase 250 mil detidos são

presos provisórios, ou seja, cerca de 40% das pessoas que estão privados de sua liberdade ainda não foram julgadas. Além disso, oportunidades de trabalho e educação, que são atividades utilizadas para remição da pena, são escassas, atualmente apenas 16% trabalham e apenas 10% estudam.

Gráfico 14- Déficit de Vagas do Sistema Penitenciário Brasileiro



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do InfoPen 2014

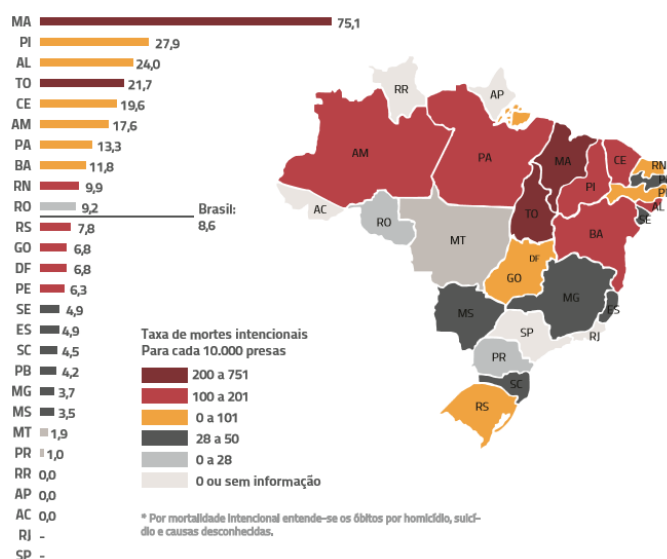
Tudo isso agrava o problema de superlotação em um sistema que tem uma taxa de ocupação de 161%, ou seja, em um espaço que seria para abrigar 10 pessoas, temos, em média, 16 pessoas detidas. Em Pernambuco a situação é ainda mais grave, com uma taxa de ocupação prisional de 265%.

Outro aspecto de relevância diz respeito ao número de funcionários a serviço do sistema penal. A recomendação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP é de que haja, no máximo, 5 presos para cada agente de custódia. No entanto, a média no Brasil é de 8 para cada agente. Em alguns estados a determinação é cumprida, no entanto, em outros, como é o caso de Pernambuco, que novamente se destaca por apresentar os piores índices, são 31,2 presos para cada funcionário.

Todos esses problemas apresentados, superlotação, número insuficiente de agentes penitenciários, acesso a drogas e armamento e falta de estrutura carcerária servem de estopim para a realidade violenta vivida dentro dos presídios. Somente no primeiro semestre de 2014 foram registradas 565

mortes violentas intencionais, entre homicídios, suicídios e mortes por causa desconhecida, o que corresponde a 167,5 mortes para cada 100 mil presos em um ano, índice mais do que 6 vezes maior do que a taxa nacional de 2013.

Gráfico 15 - Taxa mortalidade intencional para cada 10 mil presos - 1º sem./2014



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - InfoPen, 2014

Com relação ao perfil dos aprisionados, a maioria é homem, 94%; jovens, onde mais da metade tem até 29 anos; negros ou pardos, representando 61,67%; com baixa ou nenhuma escolaridade; oriundos das classes sociais mais desfavorecidas e, na grande maioria, condenados por envolvimento com o tráfico de drogas, 27%. Essas características apontam para problemas sociais sérios, como a grande desigualdade social, a falta de oportunidades para os mais carentes e para os jovens, a questão racial onde o negro ainda é muito discriminado, a ineficiência das políticas de segurança nacional que não conseguem proteger as fronteiras e combater o tráfico e, por fim, mas não menos importante, tem a questão da educação, onde cerca de 80% dos condenados são analfabetos ou possuem apenas o ensino fundamental.

Diante da ineficácia do Estado, começaram a ser implantadas no Brasil em 2013 as parcerias público-privadas no âmbito dos estabelecimentos penais -

PPPs. Tendo por prazo de concessão o mínimo de 5 e o máximo de 35 anos, conforme determina a Lei 11079 (2004), que institui as normas para licitação e contratação de parceria público-privada, fica o parceiro privado obrigado a fazer os investimentos necessários para a construção da penitenciária, além de operacionalizar e manter o sistema pelo período da concessão. Quanto ao poder público, este se responsabiliza por nomear diretores e chefes de funções essenciais, fazer a segurança interna e externa da instituição, executar as penas e proporcionar o ensino fundamental para os detentos. Com essa iniciativa, visa-se aumentar as vagas e cumprir o determinado em lei quanto aos direitos sociais dos presos de terem tratamento e condições dignas.

Nas PPPs existe a previsão de retorno positivo para todos os envolvidos. No setor público, o retorno positivo diz respeito aos objetivos sociais, econômicos e políticos. No lado do parceiro privado, o retorno, geralmente, relaciona-se ao capital financeiro, entretanto, há casos de parcerias em que ambos os envolvidos não visam o retorno financeiro, que são os casos em que o Estado faz parceria com fundações/instituições sem fins lucrativos. (Muraro, 2012)

Figura 9 - Primeiro Presídio Privado do Brasil



Fonte: <http://www.bonde.com.br/blog/primeiro-presidio-privado-do-brasil-sera-inaugurado-em-mg-255902.html>

Essas parcerias mostram a grande preocupação estatal em aumentar o número de instituições penais e, conseqüentemente, de vagas, no entanto, o fato de se prender muito não é garantia de proteção para a sociedade, tanto que o crime no Brasil vem crescendo de forma assustadora.

Dados mostram que a cada 75 pessoas que saem do sistema prisional, 100 pessoas entram. Além disso, o índice de reincidência criminal é altíssimo, conforme comprovado por pesquisa inédita realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA a pedido do Conselho Nacional de Justiça - CNJ que demonstra que $\frac{1}{4}$ dos ex-detentos volta a ser condenado por algum crime no prazo de 5 anos.

Esse grave problema tem levado o poder público e a sociedade a refletirem sobre a atual política de execução penal, fazendo emergir o reconhecimento da necessidade de repensar essa política, que, na prática, privilegia o encarceramento maciço, a construção de novos presídios e a criação de mais vagas em detrimento de outras políticas. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015)

Além da prevenção do crime, que demanda uma profunda reestruturação política, social e econômica para amenizar os fatores que contribuem para o aumento da criminalidade, é urgente que o governo volte suas ações dentro dos estabelecimentos penais para o cumprimento dos direitos fundamentais garantidos pela CF e LEP, pois a “humanização das condições carcerárias depende da promoção de um modelo intersetorial de políticas públicas de saúde, de educação, de trabalho, de cultura, de esporte, de assistência social e de acesso à justiça” (Moura & Ribeiro, 2016, p. 7). Nesse quadro, a assistência educacional é um dos pilares para haver reais mudanças no sistema penitenciário brasileiro.

5.2.4. A Penitenciária de Uberaba

Inaugurada em 08 de março de 2006, a Penitenciária Professor Aluízio Ignácio de Oliveira - PPAIO, recebeu esse nome em homenagem a um ilustre uberabense falecido em 1993 que exerceu as atividades de professor, escritor, membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro, político e advogado criminalista.

Figura 10 - Penitenciária de Uberaba



Fonte: <http://www.farolcomunitario.com.br>

Localizada no bairro Amoroso Costa, na cidade de Uberaba/MG, ocupa uma área de cerca de 60.000 m². Inicialmente, possuía 144 celas com capacidade para alojar 396 presos, mas após a inauguração em 2010 de um novo complexo com um local para visitas, 2 pátios para o banho de sol e mais 50 celas, a capacidade aumentou para 698 detentos. A unidade prisional atende a Uberaba e região, custodiando presos de Frutal, Araxá, Conceição das Alagoas, Perdizes, Itapagipe, Sacramento e Iturama e conta com dois pavilhões para os presos do regime fechado, dois anexos, um para os presos do regime semiaberto e outro para aqueles que são isolados dos demais por questões de segurança, e ainda um pavilhão exclusivamente feminino.

Todo preso recebe um kit que contém uniforme - camiseta, shorts, calça, chinelo e agasalho; itens para higiene pessoal – escova de dente, pasta de dente, sabão em barra, toalha e papel higiênico; e utensílios de uso diário como copo e colher, ambos fabricados com material plástico resistente.

Figura 11 - Cella da Penitenciária de Uberaba



Fonte: <http://www.farolcomunitario.com.br>

As celas são compostas por camas individuais de alvenaria com colchão, lençol e cobertor, vaso sanitário e lavatório, só não possuem chuveiro, pois o banho é realizado em galerias coletivas com ducha fria. Apesar de não ser fornecido pela instituição, é permitido ao preso levar para cela um aparelho de televisão e um de rádio.

Apesar dos problemas de superlotação e de falta de pessoal, a unidade de Uberaba parece estar na contramão da realidade carcerária do país. Limpo e organizado, o estabelecimento tem uma excelente estrutura de apoio. A área de saúde é composta por um consultório médico, uma sala de enfermagem, dois consultórios odontológicos e oferece ainda atendimento psicológico e de assistência social.

Nas visitas sociais, que acontecem aos finais de semana, é comum as famílias chegarem cedo, às vezes até na noite anterior e para evitar que essas pessoas fiquem expostas ao tempo está sendo construída uma marquise para protegê-los da chuva e do sol. Já as visitas íntimas, permitidas pelo regulamento da penitenciária, ocorrem mensalmente e, com a finalidade de

contracepção e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, são distribuídos preservativos a todos. Para as detentas, ainda são disponibilizados anticoncepcionais injetáveis. A estrutura possui também um refeitório industrial onde são fabricadas diariamente cerca de 5000 refeições, que são balanceadas e definidas pelas nutricionistas que trabalham no local, e para aqueles que têm alguma indicação médica ou algum tipo de restrição alimentar, o cardápio é diferenciado. Outro setor importante é a lavanderia que é composta por lavadora, secadora e passadeira, todas industriais, o que possibilita que os uniformes sejam lavados diariamente; já na oficina de costura são realizados os reparos necessários tanto nos uniformes como nas roupas de cama, a fim de mantê-los sempre em bom estado de uso.

Dentro da unidade funciona ainda uma escola, chamada Escola Estadual Professor Minervino Cesarino, que oferece regularmente o ensino fundamental e o médio. Atualmente 119 presos estão estudando. Além disso, há uma pequena biblioteca, no entanto a lei de remição de pena pela leitura ainda não está sendo aplicada dentro da PPAIO.

Figura 12 - Horta Comunitária da Penitenciária de Uberaba



Fonte: <http://g1.globo.com>

Com relação à trabalho, 70 detentos estão empregados, sendo a maioria na própria estrutura do presídio, como por exemplo na parte de conservação,

limpeza e jardinagem e ainda na lavanderia e na oficina de costura. A fábrica de tijolos ecológicos que foi inaugurada em 2012 empregou inicialmente 11 presidiários, no entanto, com a crise nacional que afetou principalmente a área de construção civil, hoje apenas 03 custodiados estão em atividade. Por fim, 05 presos cuidam da horta, um projeto social que busca a ressocialização através do trabalho e da solidariedade. São plantadas mandioca, couve, alface, mamão, acerola, batata doce, cenoura, beterraba e salsa. As mudas e ferramentas utilizadas são recebidas de empresas e toda colheita é doada para instituições de caridade da cidade, principalmente asilos e creches.

5.3. EDUCAÇÃO PRISIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

Políticas públicas são decisões, planos, metas e ações governamentais, materializadas por meio de instrumentos como leis, programas e campanhas, com intuito de resolver problemas, atender necessidades e assegurar os direitos da população. Segundo a ótica de Azevedo (2004), elas são definidas, implementadas, reformuladas ou desarticuladas de acordo com o universo cultural e simbólico de uma determinada sociedade.

O desenvolvimento tecnológico industrial do século XX desencadeou uma nova realidade em termos globais, onde os padrões de produtividade e competitividade começaram a exigir uma mão de obra cada vez mais qualificada fazendo com que a educação passasse a integrar as agendas dos governos, tornando-se uma política pública de cunho social.

A política educacional definida como policy – programa de ação – é um fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas nas politics – política no sentido da dominação - e, portanto, no contexto das relações sociais que plasma as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto. (Azevedo, 2004, p. 9)

É justamente nas assimetrias que as políticas educacionais se fazem mais necessárias, na busca por estratégias que possibilitem a inclusão, a transformação, a diminuição das desigualdades e a possibilidade de oportunizar a todos o acesso a esse direito fundamental.

Ainda que por si só a educação não assegure a justiça social, nem se possa esperar só dela a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, o fim das discriminações sociais, e outros objetivos humanistas que se colocam hoje para as sociedades, ela é, sem dúvida, parte indispensável do esforço para tornar essas sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas. (Mello, 1991, p. 13)

Buscando garantir educação aos que estão excluídos da sociedade por cumprirem pena, órgãos internacionais como a ONU e a UNESCO começaram a desenvolver medidas para fomentar a oferta de ensino regular dentro de estabelecimentos penais. Em 1955, em Genebra, aconteceu o Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes onde foram determinadas as Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos que, dentre outras coisas, diz que:

Devem ser tomadas medidas no sentido de melhorar a educação de todos os reclusos que daí tirem proveito, incluindo instrução religiosa nos países em que tal for possível. A educação de analfabetos e jovens reclusos será obrigatória, prestando-lhe a administração especial atenção. (Organização das Nações Unidas, 1955)

No cenário brasileiro, o Código Penal, estipulou que “o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade” (1940), texto ratificado em 1984 pelo artigo 3º da Lei de Execuções Penais - LEP; já a Constituição Federal Brasileira (1988) eleva a educação à condição de direito fundamental, sendo dever do Estado garanti-la a todos. Entende-se, portanto, que a educação prisional está contemplada em nossa legislação.

Após quase 40 anos de as Nações Unidas determinarem as *Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos*, o Brasil, membro do Comitê Permanente de

Prevenção ao Crime e Justiça Penal das Nações Unidas, seguindo recomendação deste órgão, aprovou as *Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil*, documento que estipula que:

Art. 38. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso.

Art. 39. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação e de aperfeiçoamento técnico.

Art. 40. A instrução primária será obrigatoriamente ofertada a todos os presos que não a possuam. (1994)

Apesar de já haver a preocupação com a escolaridade dos detentos em meados do século XX, foi a partir da década de 90 que as políticas educacionais para esse público ganharam volume com a conscientização de que o agravamento da pobreza e das desigualdades está diretamente relacionado com o aumento da violência e que a educação pode contribuir na luta contra a criminalidade. As agências internacionais passaram a emitir recomendações e normas para nortear a elaboração de políticas públicas para a educação prisional dos países que as integram, dentre as quais estão as Resoluções 1990/20 e 1990/24, que reconhecem o direito de todos os presos de ter acesso à educação, “através de programas de alfabetização, educação básica, formação profissional, atividades recreativas, religiosas e culturais, educação física e desporto, educação social, ensino superior e serviços de biblioteca” (ONU e UNESCO, citado por Julião, 2009, p. 3).

Para o Brasil, o Programa Nacional de Direitos Humanos propôs em 1996 uma série de políticas para promoção dos direitos humanos, sendo uma delas a implantação de programas de educação, profissionalização e trabalho para a recuperação dos presos. Já a Lei nº 10.172, que instituiu o Plano Nacional de Educação, determinou a obrigatoriedade de se “implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional” (2001).

Em 2005, através de uma parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO Brasil, com financiamento do governo japonês, nasceu o projeto Educando para a Liberdade, um marco das políticas de educação prisional que, com a proposta de ampliar a oferta de ensino nas instituições penitenciárias e colaborar para a ressocialização do preso, realizou diversas atividades como seminários, oficinas e propostas de alterações da LEP para haver remição da pena pelo estudo, além disso, incluiu a educação prisional no programa Brasil Alfabetizado, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e no Programa Universidade para Todos – PROUNI. Dentre as ações do programa estão as duas edições do Seminário Regional pela Educação nas Prisões, ocorridos em Brasília nos anos de 2006 e 2007, que teve o intuito principal de promover a integração nacional e a parceria com outras instituições para desenvolver políticas conjuntas com a finalidade de dar maior efetividade no combate dos graves problemas do sistema penitenciário. Ainda em 2006, foi criada a Rede Latino Americana de Educação nas Prisões – RedLece – para impulsionar a troca de experiências e fortalecer as políticas públicas de educação em espaços de privação de liberdade.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI – veio logo em seguida, em 2007, para “articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas” (Lei 11.530/2007, alterada pela Lei 11.707, 2008), ou seja, o programa buscar atingir as causas que levam à violência e ainda desenvolver ações de cidadania, como a reeducação dos presos através de projetos educativos. No mesmo ano o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária elaborou um plano, um conjunto de orientações para os responsáveis pela administração carcerária, recomendando o apoio à remição da pena pela educação, além do estímulo ao “trabalho, a instrução escolar e a formação profissional nas prisões estaduais e federais” (Novo Plano Nacional de Política Penitenciária, 2007).

O Plano Diretor do Sistema Penitenciário Brasileiro foi lançado em 2008 numa perspectiva de orientar as unidades federativas no planejamento das ações relacionadas ao sistema prisional para que as determinações da LEP e do Plano Nacional de Política Penitenciária fossem cumpridas.

O oferecimento da educação nos estabelecimentos prisionais é dever do Estado, com vistas à prevenção do crime e orientação do preso ao retorno à convivência em sociedade. A educação nas prisões tem como objetivo aumentar o índice de alfabetização e ampliar a escolarização dos presos. (p. 13)

Em 2009 e 2010, respectivamente, foram aprovadas as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais e as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade. A primeira estabelece, entre outras coisas, que deve haver nas prisões espaços físicos adequados às atividades de ensino, e a segunda, que as atividades educativas devem ser associadas à cultura, esporte, profissionalização e inclusão digital.

Finalmente em 2011 foi aprovada a Lei nº 12.433 que passou a assegurar a remição da pena pelo estudo, garantindo 1 dia de redução a cada 12 horas de frequência escolar. Já o Decreto nº 7.626, instituiu o Plano Estratégico de Educação no Âmbito do Sistema Prisional - PEESP, definindo as atribuições dos Ministérios da Educação e da Justiça para a oferta educacional no cárcere:

Art. 6º Compete ao Ministério da Educação, na execução do PEESP:

I - equipar e aparelhar os espaços destinados às atividades educacionais nos estabelecimentos penais;

II - promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais;

III - fomentar a oferta de programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos nos estabelecimentos penais; e

IV - promover a capacitação de professores e profissionais da educação que atuam na educação em estabelecimentos penais.

Art. 7º Compete ao Ministério da Justiça, na execução do PEESP:

I - conceder apoio financeiro para construção, ampliação e reforma dos espaços destinados à educação nos estabelecimentos penais;

- II - orientar os gestores do sistema prisional para a importância da oferta de educação nos estabelecimentos penais; e
- III - realizar o acompanhamento dos indicadores estatísticos do PEESP, por meio de sistema informatizado, visando à orientação das políticas públicas voltadas para o sistema prisional. (2011)

Através de um acordo de cooperação técnica assinado em 2013, o sistema prisional foi incluído no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. Assim, pessoas que ainda cumprem penas, bem como os egressos do sistema, passaram a ter direito a cursos gratuitos de capacitação profissional. Já a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 44/2013, orienta os tribunais a considerar como atividades complementares, passíveis de remição de pena pelo estudo, as de natureza cultural, esportiva, profissionalizantes, de saúde, desde que estejam contempladas no Plano Político Pedagógico do sistema prisional local. A Recomendação ainda fala que deve ser estimulada a “remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional” (Conselho Nacional de Justiça, 2013).

É notório que o ensino de jovens e adultos em privação de liberdade vem ganhando maior destaque nas pautas de diversos países e que foram criados ao longo do tempo, nacional e internacionalmente, diferentes instrumentos legais e políticas públicas para tentar estender e garantir o acesso à educação a essas pessoas. Mas é preciso fazer mais, a intervenção estatal se faz urgente para que as leis sejam realmente aplicadas e se consiga reverter a precariedade do sistema prisional para reduzir os índices de reincidência criminal, visto que através da educação é possível facilitar a reintegração do apenado no convívio social e no mundo do trabalho. No entanto, apesar de esses serem, sem dúvida nenhuma, seus maiores objetivos, o papel da educação prisional pode e deve ser muito mais do que apenas uma preparação com o “além-cela”.

5.3.1.O papel da educação dentro da prisão

A grande preocupação das autoridades quando se fala em educação no ambiente prisional é ofertar meios de o apenado adquirir, durante o tempo de cárcere, habilidades técnicas e profissionais para se reintegrar à sociedade através do trabalho e evitar que volte a cometer delitos. No entanto, segundo Julião (2009, p. 4), existem outros objetivos que podem ser alcançados:

A educação em espaços de privação de liberdade pode ter principalmente três objetivos imediatos que refletem as distintas opiniões sobre a finalidade do sistema de justiça penal: (1) manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; (2) melhorar a qualidade de vida na prisão; e (3) conseguir um resultado útil, tais como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais.

Na prisão, via de regra, há muito tempo ocioso. Por estarem longe do convívio social, não terem as atividades e responsabilidades que são comuns às pessoas adultas que gozam plenamente de seus direitos e não terem acesso às tecnologias tão utilizadas nos dias de hoje, as pessoas que ali estão dispõem de muito tempo livre. No entanto, o que infelizmente acaba acontecendo é que a grande maioria fica quase que integralmente desocupada. A educação aparece aqui como uma espécie de Terapia Ocupacional, uma forma de preencher o dia do recluso, de torná-lo mais produtivo e interessante, de realizar atividades que ocupe a mente, que instigue e desperte o interesse para a busca do conhecimento, evitando assim a disposição para a prática de atos ilícitos.

Com relação à qualidade de vida, questões como profilaxia, higiene pessoal, prevenção de gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis, o perigo das drogas e da dependência química, noções de direito e de finanças, reciclagem, preservação ambiental, regras de etiqueta e de boa convivência, gerenciamento de conflitos, oratória, são temas que, se trabalhados em

convergência com a realidade da prisão, além de serem importantes para o futuro, também podem ser aplicados enquanto ainda estão cumprindo pena e podem cooperar para o desenvolvimento de um ambiente mais harmônico e saudável, com melhores interações e maior respeito entre os envolvidos. Destaca-se neste ponto ainda que atividades regulares e a utilização de habilidades intelectuais e criativas atuam positivamente na saúde mental e psicológica dos apenados, melhorando assim a qualidade do tempo e de vida enquanto estão sob a responsabilidade estatal.

O último objetivo destacado pelo autor diz respeito à reintegração à sociedade. Além do estigma de ex-presidiário, aqueles que conquistam a liberdade enfrentam o problema da competitividade do mercado. O perfil dos presos do Brasil mostra que muitos são oriundos das classes sociais menos favorecidas, com baixo nível de instrução e sem qualificação profissional. Enquanto a população vem investindo na melhoria de sua capacitação, os presos, em sua maioria esmagadora, não tem acesso a programas de ensino e profissionalização. Nesse aspecto, a educação visa à formação intelectual e para o trabalho como condição de melhoria para o futuro.

[...] no que concerne a reintegração social, a educação assume papel importante, pois, além do benefício da instrução escolar, oferece também ao interno a possibilidade de participar de um processo de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação de um senso crítico que auxilie no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária. (Onofre, Educação escolar entre as grades, 2007, p. 48)

Além dos principais objetivos levantados por Julião (2009), a escola pode desempenhar outros papéis importantes dentro das cadeias. Em um sistema marcado pelo castigo, pela repressão e humilhação, a escola é um dos poucos locais onde há a produção e a divulgação de conhecimentos. Muitas vezes é na penitenciária que o sujeito tem a oportunidade de, pela primeira vez, ter acesso a atividades como música, informática e artesanato. E é nesse descobrimento do novo, na ampliação do horizonte, na troca de experiências,

no acesso a cultura e a arte que a escola vai se constituindo como um espaço primordial para o resgate da cidadania e da autoestima, o que faz com “que a situação em que estão não lhes apareça como algo fatal e intransponível, mas como uma situação desafiadora, que apenas os limita” (Freire, 1987, p. 42).

Além disso, quando se abandona o pensamento minimalista de que educação é sinônimo de ler e escrever e dá a essa palavra seu real significado, percebe-se que o conhecimento traz consigo uma infinidade de possibilidades, inclusive de criação de novos valores e mudança de atitudes que podem colaborar para o enriquecimento pessoal. As ações educativas podem atuar nas competências cognitivas, criando condições de o detento se compreender e se aceitar, conseguindo analisar o passado de forma racional, entender seu presente e projetar seus objetivos e metas para o futuro.

Há que se tomar a educação como um processo que cria condições para que o indivíduo se torne protagonista de sua história, que tenha voz própria, que adquira visão crítica da realidade onde está inserido e procure transformar sua realidade – a passada, a presente e a futura. (Onofre & Julião, 2013, p. 57)

Na atual política do cárcere em massa, caracterizado essencialmente pela sua natureza punitiva, a educação aparece também como uma ação preventiva. Trabalhando temas como ética, cidadania, respeito, limites, castigo, responsabilidade, criminalidade e suas consequências é possível contribuir para a formação moral de jovens e adultos que, em situações futuras, precisarão tomar decisões positivas para conseguirem se manter afastados do crime e da violência. Tão importante como absorver e colocar em prática esses aprendizados é fazer dos apenados multiplicadores, incentivando-os a levar esses debates para o seio familiar e para seu círculo de relacionamento, transmitindo suas vivências e conhecimentos para, quem sabe assim, evitar que outras pessoas passem pela mesma experiência. Com isso, além de agir junto aos presos na tentativa de prevenir a reincidência, seria possível alcançar outras pessoas na tarefa de prevenir o surgimento de

novos delinquentes, o que é extremamente importante, visto que em nosso país os números de reincidência e de novos delitos por ano são assustadores.

Da ação preventiva à paliativa, o ensino formal nos estabelecimentos carcerários pode ajudar na resolução do grave problema de superlotação, isto porque desde 2011 o condenado pode remir a pena pelo estudo, ou seja, reduzir o tempo de reclusão.

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias [...] (Lei nº 12.433, 2011)

Para a remição, o estudo pode ser presencial ou a distância e, no caso de se concluir o ensino fundamental, médio ou superior durante a pena, com certificação pelo órgão competente, o tempo de remição é acrescido de 1/3.

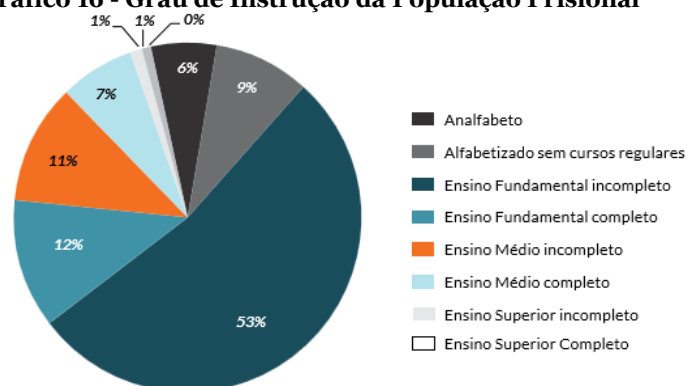
Por fim, destacamos a ação libertadora da educação. Apesar de parecer uma contradição, por estarmos falando daqueles que estão privados de sua liberdade, a educação pode sim libertar. As prisões foram concebidas para que tudo seja programado e monitorado e o tempo e as atividades são planejados de forma rígida para que haja o cumprimento de normas e a manutenção da disciplina; a obediência é imposta e há pouco, ou nenhum, espaço para questionamentos. Com isso o indivíduo é calado, é tirado o direito de falar o que pensa, o que vê e o que sente e, para se adequar à nova realidade, se despe de sua individualidade e passa a viver sob as regras coletivas. O ambiente escolar surge como um contraponto, desde que tenha uma “pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação” (Freire, 1987, p. 107). É possível, através do ensino, oferecer um local onde essas pessoas possam ser ouvidas e compreendidas, onde tenham

condições de se expressarem e de serem elas mesmas para libertarem-se das amarras da submissão, pois, como afirma Gandhi, “a prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência”.

5.3.2. Panorama da educação prisional no contexto brasileiro

Os índices educacionais no Brasil estão longe de serem satisfatórios, mas quando analisamos a realidade dos encarcerados, percebemos que a situação é desesperadora.

Gráfico 16 - Grau de Instrução da População Prisional



Fonte: InfoPen, 2014

Mesmo que de forma modesta, a média nacional vem melhorando gradativamente e atualmente temos 42,5% da população com o ensino médio concluído. Já o grau de escolaridade dos presos é extremamente baixo, sendo que apenas 7% tem esse mesmo nível de instrução e a maioria esmagadora, 70%, não chegou nem a iniciar essa etapa da escolarização.

Diante dessa imensa demanda, e com as políticas públicas que foram criadas para fomentar a oferta de educação, seria normal que vários

estivessem envolvidos com atividades educativas, porém não é o que acontece na prática. Conforme os dados do InfoPen, em 2014 somente 10,7% da massa carcerária realizava alguma atividade educacional.

Quadro 3 - Quantidade de Presos Envolvidos em Atividades Educacionais

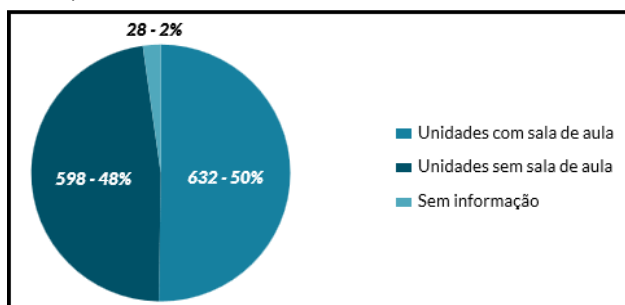
UF	Pessoas em atividades educacionais	% de pessoas presas no estado em atividades educacionais
AC	319	9,1%
AL	14	0,3%
AM	786	10,7%
AP	46	1,7%
BA	1646	13,9%
CE	4018	19,7%
DF	1824	13,7%
ES	2834	17,5%
GO	420	3,2%
MA	330	7,3%
MG	5403	9,6%
MS	973	6,9%
MT	1406	13,6%
PA	1054	8,4%
PB	1061	11,1%
PE	6426	20,4%
PI	161	5,0%
PR	4315	22,1%
RJ	207	0,5%
RN	344	4,9%
RO	881	11,5%
RR	28	1,7%
RS	1570	5,6%
SC	2010	11,2%
SE	391	9,6%
SP	NI	NI
TO	364	11,3%
Total	38831	10,7%

Fonte: InfoPen (2014)

No gráfico abaixo vemos que Paraná e Pernambuco se destacam positivamente com os maiores percentuais de pessoas estudando, 22,1% e 20,4%, respectivamente. Na outra ponta aparecem Alagoas, 0,3%, e Rio de Janeiro, 0,5%. São Paulo, estado com maior número de presos do Brasil, não informou seus dados.

Diversos são os motivos que contribuem de forma negativa para que esses números estejam tão abaixo do ideal. O de mais fácil percepção é, sem dúvida, a precariedade da infraestrutura das unidades.

Gráfico 17 - Unidades Prisionais Brasileiras com Sala de Aula



Fonte: InfoPen, 2014

O gráfico acima evidencia um grave problema dos presídios brasileiros, metade das 1.424 unidades (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias InfoPen - Junho 2014, 2016), não possuem espaços próprios para que sejam ministradas aulas, ou seja, estão descumprindo a Lei 12.245/2010, que estipula que todas as unidades penais têm que ofertar educação básica e profissionalizante a seus internos. Como já falado anteriormente, muitos prédios não foram concebidos com a finalidade de custodiar detentos e foram adaptados conforme foi surgindo a necessidade, além disso, quase que a totalidade das cadeias sofrem com problemas de superlotação e com o sucateamento das edificações, o que impossibilita destinar um local específico para as ações educativas.

Outro dado relevante investigado pela pesquisa do InfoPen buscou avaliar se as salas de aula estão realmente servindo para sua finalidade e ainda se estão operando com sua capacidade máxima. De modo geral percebe-se que há mais alunos do que as salas de aula podem comportar, uma média de 70% acima da capacidade. Neste caso o que ocorre é que salas estão sendo improvisadas em locais que não foram projetados para esse fim e ainda que muitas estão sofrendo com o mesmo problema que as celas, excedente de lotação.

Quadro 4 - Capacidade das Salas X N° de Pessoas em Atividades Educacionais

UF	Unidades com sala de aula	Quantidade de salas de aula	Capacidade de alunos nas salas de aula	Pessoas em ativid. educacionais
AC	10	24	360	319
AL	5	23	95	14
AM	16	36	591	786
AP	2	9	110	46
BA	19	73	816	1.646
CE	61	88	1.125	4.018
DF	6	48	610	1.824
ES	30	110	1.330	2.834
GO	42	61	810	420
MA	16	30	464	330
MG	102	383	4.156	5.403
MS	23	48	825	973
MT	36	66	898	1.406
PA	23	59	760	1.054
PB	24	36	708	1.061
PE	31	121	3.118	6.426
PI	10	18	290	161
PR	31	127	2.025	4.315
RJ	1	1	0	207
RN	6	10	92	344
RO	19	38	567	881
RR	1	3	20	28
RS	64	141	1.347	1.570
SC	33	71	963	2.010
SE	8	15	196	391
SP	NI	NI	NI	NI
TO	13	22	331	364
Total	632	1.661	22.607	38.831

Fonte: InfoPen (2014)

Por outro lado, há 14 estados com mais salas de aula do que alunos, “o que indica um subaproveitamento dessa infraestrutura” (InfoPen, 2014). O caso mais drástico é o de Alagoas, que está utilizando apenas 15% de sua capacidade. Já no Ceará há 3,57 alunos efetivamente estudando para cada vaga disponível.

Existem outros entraves que dificultam ou impossibilitam a realização de atividades de ensino nas cadeias brasileiras, como por exemplo, a escassez de recursos. O Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN foi criado em 1994 com a finalidade de resolver o problema de geração de receita, investir na construção e manutenção dos presídios e financiar atividades e programas de modernização do sistema carcerário. Tendo como fontes as loterias e as verbas levantadas com custas processuais, o fundo arrecadou, de sua criação até 2011, cerca de R\$ 3 bilhões, segundo dados divulgados em 2012. No entanto, o fundo repassou às unidades somente R\$ 1,9 bilhão. Tal fato se deve por haver um controle rígido dos recursos, realizado através de Decreto

de Contingenciamento dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, para que a meta de superávit seja atingida:

Os repasses do fundo são classificados como transferências voluntárias, ou seja, não decorrem de obrigação constitucional ou legal e, dessa forma, suas dotações orçamentárias fazem parte da chamada base contingenciável que o governo federal dispõe para obtenção do superávit primário. (Brasil. Ministério da Justiça, 2012, p. 145)

Ou seja, apesar de os presídios estarem sofrendo com a falta de verba, e de haver receita no caixa do Fundo Penitenciário Nacional, o repasse não está sendo feito integralmente para poder ajudar o governo a manter suas finanças equilibradas. Dentre as várias demandas existentes no sistema, podemos destacar as que são vinculadas com o tema em questão, afinal, não é apenas a falta de salas de aula que comprometem a oferta de ações educacionais no interior dos presídios, mas também de outras estruturas que compõem o módulo de educação, como laboratórios de informática e biblioteca.

Menos de 1/3 das instituições possuem biblioteca e a discrepância entre os estados da federação chama a atenção. Enquanto o Distrito Federal tem bibliotecas em todas as suas unidades, no Rio de Janeiro, por exemplo, apenas 2% dos estabelecimentos as têm. Essa é uma situação alarmante, pois, assim como o material didático, o acervo bibliográfico é imprescindível para subsidiar os trabalhos. Com relação à informática, ferramenta indispensável nos dias de hoje, o problema é ainda mais grave. Menos de 10% contam com essa estrutura, sendo que em alguns estados como Amapá, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins nem existe esse tipo de sala e nos estados com melhores percentuais apenas uma em cada três unidades possuem esses laboratórios.

Quadro 5 - Unidades com outras salas que compõem o módulo de educação

UF	Unidades com sala de Informática		Unidades com sala de reuniões/ encontros com a sociedade		Unidades com biblioteca		Unidades com sala de professores	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
AC	4	33%	2	17%	9	75%	2	17%
AL	1	11%	1	11%	3	33%	2	22%
AM	2	10%		0%	10	50%	4	20%
AP		0%	1	13%	2	25%		0%
BA	4	18%	8	36%	12	55%	11	50%
CE	3	2%	3	2%	7	4%	9	6%
DF	2	33%		0%	6	100%	4	67%
ES	1	3%	15	43%	25	71%	16	46%
GO	5	5%	3	3%	12	13%	4	4%
MA	1	3%	12	38%	3	9%	6	19%
MG	31	17%	48	26%	93	51%	64	35%
MS	11	25%	7	16%	23	52%	6	14%
MT	2	3%	7	12%	18	31%	5	8%
PA	3	7%	6	15%	13	32%	10	24%
PB	1	1%	8	10%	8	10%	2	3%
PE	3	4%	6	8%	14	18%	11	14%
PI		0%	3	23%	4	31%		0%
PR	12	34%	14	40%	31	89%	21	60%
RJ		0%	1	2%	1	2%		0%
RN		0%		0%	4	13%	1	3%
RO	5	10%	3	6%	10	20%	5	10%
RR	1	20%		0%	2	40%		0%
RS	20	21%	22	23%	60	63%	25	26%
SC	4	9%	5	11%	23	50%	9	20%
SE		0%	1	13%	4	50%	3	38%
SP	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI
TO		0%	3	7%	4	9%	4	9%
Total	116	9%	179	14%	401	32%	224	18%

Fonte: InfoPen, 2014

Outro fator que influencia no ensino ofertado dentro do cárcere é o número reduzido de professores e a falta de capacitação específica para atuarem nesses locais. Não são raras as notícias de rebeliões, reféns e mortes dentro dos presídios, a frágil segurança faz com que muitos desistam de lecionar nestes ambientes, somado a isso temos as péssimas condições de trabalho, infraestrutura deficiente, falta de material e baixa remuneração, “nenhuma prisão do Brasil é uma prisão-escola, o que existem são salas de aulas improvisadas. A questão de segurança dificulta o trabalho – a maioria dos gestores entende que educação é um ganho, mas não conseguem

viabilizar” (Roberto da Silva citado por Jacira Cabral, Escola no cárcere, Jornal Extra Classe, 2012).

Dentre as modalidades de atividades formais de ensino temos alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e cursos profissionalizantes, que se subdividem em técnico, com carga horária acima de 800 horas, e os de formação inicial e continuada, acima de 160 horas-aula, que podem ser ofertados de forma presencial ou à distância.

Quadro 6 - Modalidades do Ensino Formal Ofertados nas Unidades Prisionais

UF	Alfabetização	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Curso técnico (acima de 800 horas de aula)	Curso de formação inicial e continuada (capacitação profissional, acima de 160 horas de aula)
AC	18%	49%	2%	0%	0%	31%
AL	18%	56%	4%	0%	0%	22%
AM	17%	65%	18%	0%	0%	0%
AP	4%	17%	35%	0%	0%	43%
BA	19%	59%	16%	0%	1%	6%
CE	13%	50%	12%	0%	0%	25%
DF	10%	40%	19%	2%	2%	27%
ES	15%	47%	19%	0%	3%	15%
GO	15%	71%	11%	3%	0%	0%
MA	40%	40%	15%	4%	1%	0%
MG	15%	59%	18%	2%	0%	6%
MS	15%	66%	14%	2%	2%	2%
MT	17%	53%	21%	0%	1%	8%
PA	8%	80%	9%	0%	2%	1%
PB	35%	42%	15%	0%	3%	5%
PE	28%	59%	12%	0%	1%	0%
PI	76%	24%	0%	0%	0%	0%
PR	10%	56%	19%	0%	3%	12%
RJ	17%	75%	7%	0%	0%	1%
RN	46%	36%	13%	0%	0%	5%
RO	25%	44%	17%	1%	8%	5%
RR	5%	70%	22%	2%	1%	1%
RS	17%	45%	37%	0%	0%	1%
SC	15%	51%	19%	1%	6%	10%
SE	42%	27%	24%	7%	0%	0%
SP	15%	37%	26%	0%	0%	21%
TO	16%	57%	16%	0%	5%	7%
Brasil	17%	51%	19%	0%	1%	12%

Fonte: InfoPen, 2014

51% são turmas do ensino fundamental. Ensino Médio e Alfabetização representam, respectivamente, 19% e 17% e o ensino superior não chega a

atingir 1% na média nacional entre as pessoas que cumprem pena. Tendo em vista que estamos tratando de uma população em idade produtiva, a importância do ensino voltado para a capacitação profissional é inegável, pois, além de contribuir para o enriquecimento pessoal e educacional do educando, ainda o prepara para o mercado de trabalho, no entanto, somando-se as duas modalidades de cursos profissionalizantes, apenas 13% dos cursos ofertados possuem essa finalidade.

Através dessa análise constatamos que existe um imenso abismo entre o que está garantido no papel e à realidade que está posta. Infelizmente, esse grupo de pessoas ainda está à margem do direito à educação.

5.3.3. Pronatec Prisional

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec foi criado em 26 de outubro de 2011 pela Lei nº 12.513/2011 e tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a educação profissional e tecnológica através da oferta de cursos de:

- Formação inicial e continuada ou de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas; e
- Educação profissional técnica de nível médio com duração mínima de 800 horas.

O programa tem como público alvo os estudantes do ensino médio da rede pública, os trabalhadores em geral, os beneficiários dos programas federais de transferência de renda e os estudantes que tenha cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

Apesar de a oferta de cursos profissionalizantes para a população de baixa renda não ser uma novidade no país, ela acontecia de forma isolada, desconexa e com pouco investimento e controle por parte do governo. A

importância do PRONATEC reside justamente por ele se firmar como um centralizador de todas as iniciativas voltadas para a qualificação da mão de obra brasileira, tais como:

- Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Repasse de recursos do governo federal para os governos estaduais através do Programa Brasil Profissionalizado para investimento e desenvolvimento das escolas técnicas estaduais;
- Oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional na modalidade à distância por meio da Rede E-Tec Brasil;
- Acordo de Gratuidade com o Sistema “S”, onde o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Social do Comércio - SESC e Serviço Social da Indústria - SESI passaram a aplicar os recursos recebidos em cursos gratuitos para estudantes de baixa renda e trabalhadores; e
- Bolsa-Formação, por meio da qual o governo federal oferta cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos, em instituições que atuam na educação profissional e tecnológica.

A partir de então a gestão ficou a cargo do Ministério da Educação e foram introduzidos os conceitos de parceiros ofertantes e demandantes. Demandantes são as instituições que, dentre outras coisas, mapeiam e caracterizam a demanda existente determinando assim os cursos a serem ofertados, a localização geográfica de oferta, a quantidade de vagas e os critérios e mecanismos para processo de seleção. Já às instituições ofertantes compete realizar a oferta das vagas homologadas pelo MEC e assegurar condições necessárias para o desenvolvimento dos cursos.

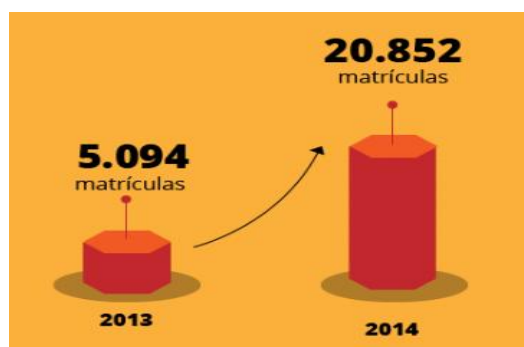
Os principais demandantes dos cursos do PRONATEC são os Ministérios Brasileiros, dentre os quais está o da Justiça. Em 2013, após celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre os Ministérios da Justiça e da Educação, o sistema prisional foi inserido no programa para ofertar vagas aos presos do

regime fechado, semiaberto e aberto, aos egressos e cumpridores de penas alternativas. Nascia o PRONATEC Sistema Prisional.

O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) deve oferecer 90 mil vagas de curso técnico para presos e egressos do sistema penitenciário até 2014. O acordo entre Ministério da Justiça e Ministério da Educação foi assinado na manhã desta quinta-feira (7). O gasto estimado é de R\$ 180 milhões para pagamento de professores, coordenadores, auxílio-transporte e auxílio-alimentação, além de material didático. Já em 2013, o acordo prevê a abertura de 35 mil vagas. (Gantois, 2013)

Na primeira etapa os cursos seriam ministrados fora das unidades e ofertados apenas para os egressos e para os presos dos regimes aberto e semiaberto; já em um segundo momento, os cursos passariam a ser oferecidos nas salas de aula das penitenciárias, incluindo assim os presos do regime fechado e também os presos provisórios. No entanto, de acordo com informações disponíveis no sítio do Ministério da Justiça, em 2013 foram matriculados no programa apenas 5 mil detentos e em 2014, cerca de 21 mil.

Gráfico 18 - Número de Matrículas PRONATEC Prisional – 2013 E 2014



Fonte: Portal Brasil, 2015

Apesar do crescimento vertiginoso de matrículas de um ano para outro, a estimativa inicial ficou longe de ser alcançada. Não há dados disponíveis sobre os anos de 2015 e 2016.

Desde sua implementação foram ofertados diversos cursos, dentre eles garçom, auxiliar de cozinha, operador de computador, padeiro, confeitoiro, armador de ferragem, pintor de imóveis, aplicador de revestimento cerâmico, costureiro, montador, entre outros, sendo que os mais buscados entre o público masculino estão relacionados à área de infraestrutura, como alvenaria, pedreiro e carpinteiro e, para as mulheres, os cursos de recepcionista e os ligados à área de estética, como cabeleireira e manicure.

Os ofertantes dos cursos para esse público são as escolas técnicas, os institutos federais, as secretarias estaduais parceiras do programa e as entidades do Sistema "S". Já o requisito para que a matrícula seja aceita é que a pena a ser cumprida seja maior do que a duração do curso.

Como já destacado anteriormente, são diversos os benefícios de se ofertar ensino dentro dos estabelecimentos penais. No caso do PRONATEC, mais do que possibilitar aos detentos a prática de uma atividade diferente, o programa proporciona capacitação profissional e posterior disponibilização de novos profissionais no mercado, mas para isso,

É recomendado ainda que os programas de formação sejam feitos de acordo com as necessidades da população prisional, que sejam adequados ao mercado de trabalho da área e que englobem a formação de competências sociais que permitam aos reclusos lidar melhor com o seu cotidiano e permita preparar o seu regresso à sociedade e a formação de competências individuais, de acordo com as tendências do mercado de trabalho. (Nascimento, 2009, p. 27)

Além disso, é importante destacar que o acesso ao PRONATEC possibilita a remição prevista no art. 126 da LEP, onde se é reduzido um dia de pena a cada 12 horas de estudo, com possibilidade de acréscimo de 1/3 se o presidiário concluir um ciclo completo de ensino durante sua custódia, ou seja, o programa pode contribuir para diminuir o problema de superlotação dos presídios, visto que é uma forma de diminuir o tempo de estadia do interno. Apesar de sua importância, principalmente por seu caráter profissionalizante, o acesso aos cursos ainda é restrito e apenas uma pequena parcela dos

internos participa desse processo de formação. Vários são os entraves, sendo que os principais passam pela falta de investimento governamental, precariedade da infraestrutura dos estabelecimentos e até mesmo pela falta de profissionais qualificados e/ou interessados em lecionar nestes ambientes.

5.3.4.A formação de Professores para a Educação de Presos

Segundo levantamento de 2009 da Relatoria Brasileira pelo Direito Humano à Educação, intitulado Educação nas Prisões Brasileiras, “a educação ainda é algo estranho ao sistema prisional. Muitos professores e professoras percebem a unidade prisional como um ambiente hostil ao trabalho educacional” (Carreira & Carneiro, p. 84). A crise do sistema, a falta de segurança e as constantes notícias de motins e rebeliões afastam os profissionais desses estabelecimentos, tornando a oferta de professores capacitados deficitária.

Outro fator que contribui para que haja escassez de docentes é a falta de incentivos salariais. Não é pago nenhum tipo de adicional como, por exemplo, adicional de periculosidade, que é o acréscimo devido ao trabalhador que presta serviços em condições perigosas. Com isso, os professores de carreira, concursados, acabam não enxergando vantagem em atuar nas prisões o que faz com que hoje a maioria dos professores das instituições penais seja de contratados, que, por lei, só podem ter vínculo com a instituição por, no máximo, 2 anos, gerando assim uma grande rotatividade de pessoal. Essa rotatividade interfere no andamento das atividades, prejudica a continuidade dos projetos pedagógicos e acarreta a perda de pessoal com experiência na área. As penitenciárias,

Em sua maior parte, sofrem de graves problemas de qualidade apresentando jornadas reduzidas, falta de projeto pedagógico, materiais e infraestrutura inadequados e falta de profissionais de educação capazes de responder às necessidades educacionais dos encarcerados. (Carreira & Carneiro, 2009, p. 84)

Na grande maioria dos casos, a educação prisional não é competência das Secretarias de Educação e sim da própria administração penitenciária, fazendo com que alguns estados, como é o caso de São Paulo, empregue presos de maior nível de escolaridade como professores para dar aulas aos outros encarcerados, e é evidente que esses professores-detentos não têm o conhecimento didático-pedagógico adequado para o exercício da profissão. Mesmo entre os profissionais da área existe problema de formação específica para a prática docente em um espaço diferenciado como é a prisão.

O docente precisa, todos os dias, estar preparado para lidar com pessoas com baixa autoestima, com marcas pessoais profundas, provenientes de realidades distintas e, muitas vezes, sem o contato com os familiares. A escola e os professores acabam se tornando para muitos internos a ponte entre o cárcere e o mundo exterior. É nítida a sobrecarga emocional a qual está exposto o profissional de ensino que atua no espaço da prisão. Entretanto, nem a sua formação inicial, nem os espaços de socialização que percorreu o prepararam para tal atividade, nem ao menos indícios das especificidades da prática docente no cárcere foram-lhe apresentados. (Vieira, 2008, p. 72)

O processo de formação inicial para a docência ainda é muito prescritivo e pouco considera a realidade do dia-a-dia de um professor, que pode atuar em diversos ambientes e para diversos públicos. Apesar de muito discutida e almejada, a articulação teoria e prática ainda não acontece de forma satisfatória nas licenciaturas, por isso é comum os profissionais não se sentirem preparados para lidar com situações específicas, pois não tiveram uma formação crítica-reflexiva que lhes garantisse saberes, habilidades e competências para a resolução de problemas reais. Dentro da prisão a escola desempenha vários papéis e os professores precisam estar aptos a não só

ministrar conteúdos didáticos, mas também contribuir para a formação de valores e mudanças de atitudes dos alunos-detentos, buscando que os mesmos desenvolvam uma consciência crítica sobre os atos passados e busquem alternativas e projetos para o futuro, como bem destacou Onofre & Julião (2013).

Além de ser necessária uma reformulação curricular das licenciaturas, por se tratar de uma profissão diretamente afetada pelas transformações sociais, culturais e tecnológicas, que acontecem numa velocidade surpreendente nos dias atuais, é imprescindível que os professores busquem constantemente formação continuada, como um processo de permanente aquisição de conhecimentos, mas não é qualquer aprendizado que irá tornar mais fácil o exercício da docência dentro do cárcere. Fórmulas prontas não existem, mas cursos que privilegiem o ambiente prisional, levando em consideração o ambiente e a rotina dessas instituições, onde possa haver o intercâmbio de iniciativas e a troca de experiência entre professores que atuam ou que já atuaram nesses locais, integrando à formação saberes de outras áreas como direito, assistência social e psicologia podem contribuir de forma mais efetiva para que os docentes desempenhe o papel mais importante que se pode ter dentro de uma escola prisional: apoiar os sujeitos privados de liberdade no caminho de sua reabilitação moral e social.

6.- METODOLOGIA

Apesar de estar ganhando cada vez mais espaço nas discussões sobre políticas públicas educacionais, ainda existem poucos estudos voltados para a educação prisional no Brasil. Diante disso, o presente trabalho busca contribuir para o tema ao investigar quais foram os principais desafios enfrentados no desenvolvimento e na implantação dos cursos do PRONATEC de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de qualificação profissional ofertados pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro dentro da Penitenciária de Uberaba/MG e as perspectivas para manutenção e ampliação da educação de jovens e adultos privados de liberdade nesta instituição.

A metodologia utilizada na presente pesquisa é o estudo de caso, um método útil “quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre” (Bonoma, 1985, p. 207). É apropriado para pesquisadores individuais, que buscam analisar um problema que envolve grande variedade de fatores e que dispõe de um período de tempo limitado. Segundo Martins e Lintz, estudo de caso:

Trata-se de uma técnica cujo objetivo é o estudo de uma unidade que se analisa profunda e intensamente. Considera a unidade social estudada em sua totalidade, seja um indivíduo, uma família, uma instituição, uma empresa, ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. (Martins & Lintz, 2000, p. 36)

Tal escolha fundamenta-se no fato de se tratar de uma pesquisa que envolve situações contemporâneas, onde os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas que é possível fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas (Yin, 1989). Além disso, o estudo de caso é indicado

para investigações empíricas, abrangentes e com abordagens quantitativas e qualitativas.

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. (Yin, 1989, p. 23)

Os objetivos específicos desta investigação consistiu em examinar, junto ao IFTM e seus educadores, à unidade prisional e aos detentos, como ocorreu o processo de desenvolvimento do projeto pedagógico dos cursos que foram ofertados; quais foram os principais desafios enfrentados para ministrar aulas dentro de uma unidade prisional; se houve necessidade de realizar adequações físicas e estruturais para a implantação das práticas educativas; quais são as principais demandas de cursos profissionalizantes e se há perspectivas de manutenção e ampliação da oferta de cursos dentro desta instituição prisional.

Baseando-se nesses objetivos e por se tratar de uma investigação educacional, a pesquisa tem natureza qualitativa descritiva. As pesquisas qualitativas não recolhem “dados ou provas com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos vão se agrupando” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 50). Segundo estes autores, as pesquisas qualitativas apresentam as seguintes características:

- O pesquisador recolhe os dados no local onde os atores vivenciam o problema, pois o contexto é de fundamental importância;
- É descritiva com o intuito de respeitar cada informação e extrair toda sua riqueza e os dados não são quantificáveis;
- Tem maior interesse pelo processo do que pelos resultados;
- A análise é indutiva, pois a pesquisa vai se construindo à medida que o pesquisador recolhe as informações; e

- Existe a preocupação em considerar o significado que os participantes atribuem ao problema de pesquisa.

Os dados censitários e os fornecidos em sites oficiais, como os dos Ministérios da Educação e da Justiça, foram utilizados para a análise da realidade da educação prisional no Brasil. O levantamento bibliográfico, a revisão da literatura e a análise da legislação vigente serviram de embasamento para verificar a consonância da gestão das instituições de ensino e das unidades carcerárias com as políticas públicas voltadas para a educação prisional.

A revisão da literatura é uma parte vital do processo de investigação. Aquela envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, actas de congressos, resumos, etc.) relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema. A revisão da literatura é indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado actual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento. (Bento, 2012, p. 1)

Para coletar informações junto à Direção Geral do Campus, aos educadores e à administração da Penitenciária de Uberaba, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, Apêndices I, II e III, que, segundo Manzini (1991), consiste basicamente em focalizar em um assunto, confeccionar um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões momentâneas. Sua principal vantagem é permitir que surjam informações de forma livre, visto que as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Após análise dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) e das cargas horárias de cada disciplina ministrada nos cursos ofertados pelo IFTM junto à Penitenciária de Uberaba, foram recrutados para participar da pesquisa os 05 professores com maior carga horária (maior número de horas-aula) e o

profissional da área pedagógica com maior participação e carga horária na condução do trabalho destes cursos.

Em todas as entrevistas as instruções de Alves-Manzzotti e Gewandsznajder (1998) sobre como desenvolver uma entrevista qualitativa de modo a não intimidar o entrevistado foram levadas em consideração:

O entrevistador eventualmente insere alguns tópicos de interesse no fluxo da conversa. Este tipo de entrevista é geralmente usado no início da coleta de dados, quando o entrevistador tem pouca clareza sobre aspectos mais específicos a serem focalizados, e é frequentemente complementado, no decorrer da pesquisa, por entrevistas semiestruturadas. Nestas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos. É também possível optar por um tipo misto com algumas partes mais estruturadas e outras menos. (p. 168)

Devido à restrição imposta pela privação de liberdade, o que inviabiliza a realização de entrevistas, foi aplicado um questionário estruturado, Apêndice IV, composto principalmente de perguntas objetivas, junto a uma amostra de 50 detentos. Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. O autor ressalta ainda suas principais vantagens, que são:

- Possibilitar atingir um grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas, já que pode ser enviado pelo correio;
- Implica menores gastos, visto que não exige o treinamento dos pesquisadores;
- Garante o anonimato das respostas;
- Permite que as pessoas o respondam quando acharem conveniente; e
- Não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Os 50 detentos voluntários foram recrutados junto aos presos definitivos, ou seja, aqueles que já foram processados criminalmente, julgados e condenados, que estão cumprindo pena em Regime Fechado e que estão em Regime Disciplinar Normal, portanto foram excluídos da amostragem os presos provisórios, os que cumprem pena em Regime Semi-Aberto ou Aberto e os que estão em Regime Disciplinar Diferenciado (com maior grau de isolamento e restrições de contato com o mundo exterior, aplicado como sanção disciplinar ou medida de cautelar).

Quadro 7 - Quantidade de Entrevistas/Questionários Realizados

ID Grupo	Intervenções realizadas	Nº de Indivíduos
Administração Penitenciária de Uberaba	Entrevista	1
Docentes/Apoio Pedagógico	Entrevista	6
Direção do IFTM Campus Uberaba	Entrevista	1
Alunos Detentos da Penitenciária de Uberaba	Questionário	50
Coordenação do PRONATEC	Entrevista	2
TOTAL		60

Fonte: elaborado pela autora

Para evitar a perda de confidencialidade, os dados coletados foram divulgados de forma a não possibilitar a identificação dos participantes, ou seja, qualquer dado que permitia identificar o participante foi omitido e/ou codificado para preservar o anonimato e a privacidade. A garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa está garantida no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, anexo a esta pesquisa.

O tratamento das informações levantadas nas entrevistas foi feito através de análise de conteúdo, que consiste em:

Empreender um estudo minucioso de seu conteúdo, das palavras e frases que o compõem, procurar-lhes o sentido, captar-lhes as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais. É este o princípio da análise de conteúdo: consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse

conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação. (Laville & Dionne, 1999, p. 214)

Já os dados levantados nos questionário foram tabulados, ou seja, organizados em tabelas, para serem tratados por processo de técnica de análise estatística.

Tais características metodológicas se adequam à pesquisa, pois a mesma tem como intuito analisar, através de um caso específico, as questões vivenciadas pelos atores envolvidos e os principais entraves à expansão da oferta de ensino dentro de um estabelecimento penal, contribuindo assim com a discussão sobre a efetividade das políticas públicas educacionais voltadas para os jovens e adultos privados de liberdade.

7.- ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados obtidos com as entrevistas realizadas e com o questionário aplicado aos detentos foram analisados e serão, para maior clareza, apresentados separadamente, por grupos respondentes.

7.1.1.Quanto à Administração Escolar

Para colher informações sobre como surgiu a parceria do IFTM com a Penitenciária de Uberaba e entender o papel de cada órgão, governo, escola e presídio, dentro do Pronatec Prisional, foi realizada uma entrevista semiestruturada, em grupo, onde participaram, o Diretor Geral do Campus Uberaba e os dois Coordenadores do Pronatec.

O Diretor, no cargo a mais de 06 anos, participou ativamente do processo de implantação do programa e, por estar mais inteirado com a parte burocrática, respondeu as perguntas de cunho legal e administrativo. Ele informou que, antes mesmo da celebração do acordo de cooperação técnica entre os Ministérios da Justiça e da Educação, o Instituto, atento às necessidades da comunidade, já desenvolvia cursos na PPAIO:

A partir da criação do PRONATEC em 2011 surgiram novas possibilidades de ofertas de cursos. O IFTM abraçou a proposta logo no início. Foi realizado um intenso trabalho de aproximação com os setores da sociedade, designados como demandantes, através de contatos telefônicos e pessoais, culminando em reuniões com seus representantes. Dentre as demandas estava a da Penitenciária Professor Aluizio Ignácio de Oliveira, localizada em Uberaba. Importante destacar que a ação do IFTM Reitoria e do Campus Uberaba foi fundamental para que fossem efetivados tais cursos. A proposta da penitenciária foi muito bem vista pela Direção do Campus, pois ia ao encontro das propostas da gestão.

Ou seja, mesmo o Pronatec Prisional tendo sido formalizado apenas em 2013, desde 2011 havia negociações entre o IFTM e a PPAIO e já em 2012 foi iniciada a primeira turma.

Questionado sobre quais os deveres e responsabilidades de cada parte envolvida, explicou que, para viabilizar a oferta dos cursos, é de suma importância o engajamento de todos, pois as ações são interdependentes.

- Governo: define a legislação e traça as diretrizes para o programa, repassa verba para as instituições ofertantes, disponibiliza recursos financeiros para o custeio das bolsas dos alunos, professores e do pessoal de apoio e adquire e disponibiliza o material escolar e o uniforme;
- Escola: elabora o Projeto Pedagógico do Curso tendo como referência o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, seleciona professores e pessoal de apoio, realiza o processo de aquisição de insumos, faz a execução orçamentária e financeira da compra dos materiais e dos repasses das bolsas e presta contas dos gastos e investimentos;
- Presídio: faz o levantamento das demandas, providencia o espaço físico e a estrutura para a realização dos curso, seleciona os alunos e garante a segurança dos professores e do pessoal de apoio;
- Detentos: participa ativamente das aulas, zela pela estrutura e pelos materiais recebidos.

Todas as ações devem ser bem planejadas e executadas, pois elas influenciam diretamente na qualidade dos cursos e, conseqüentemente, no desempenho dos alunos, e é justamente esse desempenho, somado-se a taxas reduzidas de evasão e a uma eficiente aplicação de recursos, que possibilita que a escola consiga captar mais verbas junto ao governo.

A parte pedagógica e operacional do programa foi gerenciada pela coordenação. Em decorrência do grande número de cursos e da variedade de áreas que contemplavam, dois professores foram selecionados para ficar a frente do Pronatec dentro do Campus Uberaba do IFTM. Na divisão da área de competência de cada um deles, os cursos da Penitenciária de Uberaba ficou a cargo de um único coordenador, motivo pelo qual, todas as perguntas relacionadas com a coordenação foram respondidas exclusivamente por ele. O outro coordenador, por não ter trabalhado diretamente na PPAIO, apenas participou da entrevista, mas não contribuiu com as respostas.

Sobre a definição dos cursos a serem ofertados, informou que foram consideradas não apenas as demandas da instituição penal, mas também a viabilidade econômica, o espaço físico, a existência de professores com formação na área e aptos a ministrarem as disciplinas e ainda a escolaridade média dos potenciais alunos. Os cursos foram:

- Jardineiro: turma única em 2012. Buscando aumentar as oportunidades de emprego para os presos e contando com uma área externa ampla, era um anseio do Diretor do Presídio que houvesse um curso de jardinagem para que os próprios detentos fizessem a criação e a manutenção dos jardins. Por ser um curso que não exige grau de escolaridade específico, por haver local adequado e após garantido que o esquema de segurança seria reforçado, por se tratar de aulas ao ar livre e com uso de ferramentas perfurocortantes, foi possível a realização das aulas;
- Operador de computador: ao todo foram abertas 03 turmas, 02 em 2013 e 01 em 2014. Desde o início das negociações, foi levantada a demanda por um curso na área de informática. No entanto, antes de sua implantação foi necessária a criação de um laboratório de

informática, que ficou a cargo da instituição prisional. Principalmente por ser um curso que atrai muitos interessados, e por ter obtido bons resultados, esse curso estava sendo disponibilizado semestralmente.

Segundo o coordenador, o fato de haver uma escola municipal dentro da PPAIO facilitou a implantação dos cursos, porque já havia uma estrutura, mesmo que simples, para as aulas teóricas com carteiras, quadro e data show, sendo necessário apenas que os professores e a equipe de apoio e orientação do IFTM levasse notebook, mídias e outros materiais didáticos. Além disso, como a escola já estava em funcionamento, com a oferta de ensinos fundamental e médio, possibilitou a troca de conhecimentos com outros profissionais da educação que já trabalhavam no local que, além de experientes, estavam familiarizados com a rotina da unidade. No caso específico do curso de jardineiro, para que fosse possível sua realização, foi necessário que o IFTM fornecesse todos os insumos agrícolas, como adubo orgânico e inorgânico, mudas, entre outros.

Para a formação de cada turma foi necessário o trabalho conjunto de vários profissionais, dentre eles supervisores, orientadores pedagógicos, apoio administrativo e docentes. Em média, para cada turma 10 profissionais se envolveram diretamente nas atividades, sendo que do total, 05 eram professores. Com relação às matrículas, cada turma teve, em média 30 alunos.

Infelizmente, impactada principalmente pela natureza transitória do vínculo dos internos com a instituição, a taxa de evasão foi elevada em todos os cursos:

- Curso de Jardineiro: 45%
- Curso de Operador de Computador (1ª turma): 20%
- Curso de operador de Computador (2ª turma): 48%
- Curso de operador de Computador (3ª turma): 25%

Além da evasão durante o período de execução do curso, como a certificação ocorre depois de um tempo que o curso já finalizou, por causa de

trâmites legais que precisam ser cumpridos, alguns detentos ganharam a liberdade nesse interstício e não compareceram para pegar o certificado.

A pergunta sobre as principais dificuldades encontradas para a realização de cursos dentro de um estabelecimento penal foi direcionado tanto à direção como à coordenação. O diretor ressaltou que, como os institutos federais tem por finalidade atender as necessidades educativas locais, as particularidades do ambiente não foram consideradas como um entrave, e sim como uma oportunidade de expandir sua área de atuação e contribuir para levar conhecimentos a um público carente de educação. Já o coordenador destacou que foi preciso realizar um trabalho específico com alguns membros da equipe:

Num primeiro momento, alguns poucos servidores, especialmente dentro da coordenação, mantiveram-se um pouco reticentes, até mesmo relutantes, em relação a ofertar cursos dentro do presídio. Por isto defendi a proposta com mais intensidade para que o grupo se convencesse da importância daquela ação.

Levantou ainda a questão da dificuldade de acesso ao ambiente do curso. Ele estando à frente da equipe, sentiu que o acessosamento que costuma dispensar a cada turma ficou comprometido, em decorrência da burocracia, do esquema de segurança, da rigidez dos horários e da impossibilidade de atendimento individual dos alunos para tratar de questões como rendimento, frequência e participação. Essas ações acabaram sendo preteridas e, quando urgentes, precisavam ser discutidas dentro da própria sala de aula, o que impactava nas atividades que estavam programadas.

O último curso do IFTM dentro da Penitenciária de Uberaba foi em 2014, então os entrevistados foram indagados de o porquê de não ter sido dada

continuidade na parceria e se há perspectivas de ampliação do Pronatec Prisional, o Diretor do Campus, explicou que:

Desde 2015 houve uma retração no ritmo de oferta devido adequações orçamentárias por parte do governo federal. Está mais difícil pactuar cursos pois, nos últimos três anos, a confirmação de recursos e a possibilidade de ofertar nos chegou em outubro, o que inviabiliza a execução dentro do ano fiscal. Acredito que teremos uma oferta tímida por algum tempo, não somente dentro do Pronatec Prisional, pelas suas peculiaridades, mas em todas as áreas, por questões políticas e econômicas, principalmente em consequência da redação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que limita o aumento dos gastos públicos referentes, principalmente, à educação e à saúde.

Por fim, foi solicitado que elencassem 03 aspectos positivos e 03 aspectos que poderiam ter tido melhores resultados dentro da experiência de ofertar cursos dentro de uma organização carcerária:

- Positivos:
 - Contribuir com a reinserção dos detentos à sociedade ao capacitá-los profissionalmente;
 - Envolver pessoas que desconhecem a realidade prisional brasileira, numa perspectiva de mobilizar mais pessoas em prol da melhoria do sistema;
 - Adquirir experiência ao trabalhar com outro perfil de estudante.
- Negativos:
 - Falta de capacitação dos profissionais para lidar com os detentos e as especificidades do cárcere;
 - Estrutura do presídio parcialmente inadequada para oferta dos cursos;
 - Dificuldade de acesso aos alunos-detentos.

Diante do que foi exposto pelos entrevistados, conclui-se que a escola sabe de sua responsabilidade social e que buscou cumpri-la da melhor maneira possível, mesmo encontrando algumas dificuldades, principalmente no que diz respeito à burocracia imposta pelas regras de segurança do local. No entanto, para os administradores do IFTM, a maior dificuldade está na conjuntura político-econômica brasileira pois, apesar de o Estado garantir no papel o direito à educação aos presos, não está conseguindo cumprir com suas obrigações da forma esperada.

7.1.2.Quanto aos Professores e Profissionais da Área

Assim que a parceria foi firmada, o foco passou a ser o desenvolvimento dos projetos pedagógicos. Para cada curso foi formada uma equipe, composta de professores e profissionais da área pedagógica – Pedagogos ou Técnicos em Assuntos Educacionais, para a elaboração desse projeto que, além de conter a concepção do curso, contempla ainda sua estrutura, a matriz curricular, os objetivos gerais, a carga horária das atividades didáticas, os procedimentos de avaliação, entre outras coisas.

Em entrevista, a Técnica em Assuntos Educacionais informou que para a confecção de cada projeto as equipes se reuniram diversas vezes com intuito de analisar o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, instrumento formulado pelo MEC que relaciona os cursos FIC, a carga horária mínima e a escolaridade exigida, e ainda para discutir sobre as particularidades do ambiente prisional. Após as análises, todos os PPCs tiveram, basicamente, a mesma estrutura pedagógica com relação à:

- Modalidade: todos os cursos foram presenciais;
- Carga Horária: cada curso teve 160 horas de carga total;
- Pré-requisitos de acesso: idade mínima de 18 anos e ensino fundamental incompleto;

- Conteúdo Programático: os cursos foram compostos por quatro módulos de disciplinas. O primeiro módulo continha conteúdos básicos comuns a todos os cursos, o que permitiu dar integridade aos programas, que foram: Noções de Direito (Direito do Consumidor; Ética e Cidadania; Redação e Comunicação) e Noções de Gestão (Atendimento ao Cliente; Empreendedorismo; Operações Matemáticas Básicas). Os demais módulos contemplavam as disciplinas específicas de cada curso;
- Métodos Avaliativos: as disciplinas deveriam ter, ao menos, duas atividades avaliativas. A escolha ficou a cargo de cada professor, que pode optar entre os seguintes métodos: relatórios descritivos das tarefas realizadas, provas orais e /ou escritas, trabalhos, relatos de experiências e de saberes anteriores ao curso, oficinas, portfólios e seminários.
- Requisitos para Aprovação: o resultado final quanto ao alcance de objetivos e construção de competências foi expresso em conceitos com sua respectiva correspondência percentual, de acordo com a tabela a seguir:

Quadro 8 - Avaliação do Processo Ensino/Aprendizagem

CONCEITO	DESCRIÇÃO DO DESEMPENHO	PERCENTUAL (%)
A	O aluno atingiu seu desempenho com excelência.	De 90 a 100
B	O aluno atingiu o desempenho com eficiência.	De 70 a 89
C	O aluno atingiu o desempenho mínimo necessário.	De 60 a 69
R	O aluno não atingiu o desempenho mínimo necessário.	De 0 a 59

Fonte: IFTM - PPC Curso de Jardineiro, 2012

Além do desempenho, a frequência também foi um requisito para aprovação, considerado reprovado o aluno que não obteve, pelo menos, 75% de presença da carga horária total.

Sobre a necessidade de alterações nos PPCs para se adequar à realidade prisional, foi informado que os cursos FIC de informática já eram ofertados pelo IFTM para outras turmas do Pronatec, e que, em termos teóricos, não

precisou de nenhuma modificação, ou seja, que no papel o projeto seguiu as mesmas linhas dos cursos das demais turmas. Com relação ao curso de jardineiro, destacou que este foi concebido especialmente a partir da demanda da Penitenciária de Uberaba, mas que o projeto não continha nenhuma restrição ou particularidade, podendo ser utilizado como base pedagógica para outras turmas fora do ambiente carcerário.

Após averiguar como ocorreu a concepção do formato e estruturação dos cursos, buscamos analisar como transcorreu a atividade docente, para isso, contamos com a colaboração de 05 professores, que iremos, para preservar o anonimato dos participantes, usar letras, de A a E, para identificar as falas. Questionados sobre a relação aluno-professor, todos a descreveram como amistosa, com grande interesse e participação por parte dos alunos. O entrevistado B, revelou que:

O objetivo principal era a possibilidade de redução de pena; contudo, nossa relação foi satisfatória. Ministrei aulas em uma turma exclusivamente feminina e as discentes se dirigiam a mim sempre que havia dúvidas sobre o curso, em relação à sua empregabilidade, ao mercado de trabalho e sobre como poderiam aproveitar o conteúdo ministrado quando saíssem da penitenciária. Manifestavam interesse em outras áreas de informática, principalmente a de manutenção de computadores.

Sobre se a estrutura física atendeu às necessidades básicas para o bom andamento do curso, foi ressaltado o fato de a infraestrutura da cadeia ser simples e sem conforto, como destacaram os professores A e E, respectivamente:

A estrutura, embora simples, atendeu às necessidades das aulas do curso de Jardineiro, onde foi usado datashow e notebook nas aulas teóricas e a estrutura da própria penitenciária, para as práticas.

A estrutura física da penitenciária não era tão favorável, mas foi possível minimizar esse problema com a participação massiva do grupo.

Conforme relatos, a estrutura era composta basicamente por uma sala de aula pequena, com porta e janelas circundadas por grades de ferro e vigiadas pelo efetivo policial durante todo período das aulas. A iluminação e a ventilação não eram muito adequadas, principalmente por se tratar de uma cidade tão quente como é o caso de Uberaba. O datashow é da PPAIO, mas os notebooks eram levados pelos professores, onde alguns levavam os disponibilizados pelo IFTM e outros levavam equipamentos pessoais. Já as aulas de informática foram realizadas em um mini laboratório de informática que foi improvisado em uma pequena sala que estava disponível. Os 06 computadores que compunham o laboratório foram doados por outra instituição federal de ensino da cidade, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM. O pesquisado B levantou um problema recorrente:

Durante o desenvolvimento dos cursos, foi percebido que os micros sofriam depredação, percebida pela ausência de peças nos gabinetes e ausência da fiação interna à placa mãe. Tal fato despertou-me a atenção e foi comunicado à Diretora da Escola da Penitenciária. Ela afirmou que os detentos subtraíam peças de computadores para improvisar dispositivos que permitissem o aquecimento das refeições e da água para terem banho quente.

O relato demonstra que problemas internos do presídio, alheio aos cursos, causaram alguns transtornos para os docentes.

Já com relação ao material didático e à metodologia, informaram que o desenvolvimento foi de responsabilidade de cada professor, onde exercícios, apostilas, textos e outros materiais foram feitos seguindo as orientações dos Projetos Pedagógicos e que levaram em conta as características dos alunos e as restrições impostas pelo cárcere, o que contribuiu para que atendesse de forma adequada às suas finalidades. Como relata C:

Baseado nos resultados obtidos, devo dizer que sim, a metodologia e o material atendeu às necessidades da instituição demandante. Alguns alunos abandonaram o curso, mas foi por problemas externos, não associados a metodologia utilizada.

No entanto, apesar do resultado satisfatório, algumas limitações impostas pelo local influenciaram o trabalho dos professores. Com relação às aulas práticas do curso de jardineiro, algumas ferramentas tinham o uso restrito e/ou totalmente monitorado, para evitar problemas de segurança, como brigas e rebeliões. No caso das aulas de informática, por uma questão de segurança, o uso da internet era proibido, por ser um meio de comunicação com o mundo exterior, e ainda havia o fato de não haver licenciamento para softwares pagos, portanto foi necessário utilizar programas livres, que são bem menos utilizados no mundo corporativo. B pontua algumas dessas limitações:

A ausência de um laboratório de informática totalmente funcional, o não licenciamento da suíte Microsoft Office e a inexistência de conexão com a Internet impactaram, direta e negativamente, na qualidade do curso. Parte dos conteúdos presentes na certificação em operação de computadores, como instalação e configuração de aplicativos, compactação e descompactação de arquivos, utilização de sites de pesquisas, envio de correio eletrônico e edição de textos e planilhas, não foi contemplada ou ocorreu de modo parcial.

Quando indagados sobre os principais desafios encontrados para ministrar aulas dentro de um presídio, responderam que o medo de enfrentar um ambiente desconhecido e perigoso foi a maior barreira a ser vencida inicialmente, mas que, com o passar do tempo e com uma maior familiaridade com os alunos, esse receio acabou, como bem descreveram alguns professores:

Inicialmente houve receio dos professores, principalmente das mulheres, em ministrar seus conteúdos para este público (talvez por medo). Mas, após a primeira aula este paradigma foi quebrado. (C)

Inicialmente a sensação era de medo que pudesse ocorrer uma rebelião ou coisa parecida, mas a segurança era reforçada e os presos que frequentavam as aulas não tinham histórico de crimes hediondos, portanto foi tudo tranquilo e o medo com o tempo acabou. (A)

Outros pontos foram levantados, principalmente com relação ao esquema de segurança:

Barreiras impostas pelos agentes de segurança, essas superavam as barreiras normais. Havia momentos em que adentrávamos as principais áreas, mas no momento da entrada nos pavilhões esperávamos por um longo tempo, chegando até 1 hora de espera. (E)

Aspectos ambientais como a identificação inicial e as revistas para ingresso nas dependências da Penitenciária, o impedimento dado a certos tipos e cores de roupas, a permanência em local gradeado e vigiado por policiais, a impossibilidade de portar objetos metálicos ou pontiagudos, como lápis, canetas, cliques de papel e grampos eram bem complicados no início, mas tivemos que assimilar com o decorrer do curso e acho que não atrapalharam o desenvolvimento das atividades. (B)

Os motivos que levam esses profissionais a atuarem em um ambiente tão diverso dos que estão acostumados, que apresenta tantas peculiaridades, perigos e desafios, é a conscientização do impacto que a educação pode ter na vida dos internos. Ao refletirem sobre a questão da importância da oferta de atividades educativas dentro de um estabelecimento penal, disseram que:

Eles dispõem de tempo para aprenderem e se não tiver ninguém que ensine algo que realmente vá contribuir para sua inserção social posterior a pena, não justifica. Acredito que ficar fechado em uma cela e com pensamentos negativos não vai contribuir em nada para seu progresso. O ser humano precisa ser útil e encontrar maneiras de ser feliz com o seu trabalho. (C)

Considero muito importante todas as ações que facilitem a reinserção social dos indivíduos apenados, dentre elas a oportunidade de aprendizagem por meio dos cursos de Formação Inicial e Continuada. Os cursos FIC possuem foco na prática profissional, proporcionam alternativas de inserção social e de remuneração, prevenindo a reincidência ao crime. (D)

Foi pedido que refletissem ainda se, no decorrer do curso, houve alguma mudança comportamental ou motivacional nos alunos. Todos responderam que sim. Salientaram que a remição da pena sempre figurava com um dos motivos principais para a frequência nas aulas, mas que, com o passar do

tempo, o interesse e a participação do grupo ia aumentando e eles acabavam percebendo que o benefício que o conhecimento poderia trazer para suas vidas após o cumprimento da sentença era muito mais relevante que apenas diminuir seu tempo de permanência na prisão. Disseram ainda que manifestações de carinho e gratidão por parte dos alunos-detentos eram frequentes e que quando havia as certificações que eles faziam questão de homenageá-los. O professor C lembrou um caso que retrata bem essa mudança de perspectiva de vida, onde “um apenado, após o cumprimento da pena, procurou nossa Instituição para cursar a graduação”.

Ao final da entrevista, foi solicitado que apontassem 3 pontos positivos e 3 pontos de melhoria dentro da experiência que vivenciaram. Os principais foram:

- Positivos:
 - Levar conhecimento para um público carente de educação;
 - Contribuir para a reinserção dessas pessoas na sociedade;
 - Conhecer outras realidades e ter uma maior aceitação do ser humano e de suas diferenças.
- Negativos:
 - Infraestrutura precária, principalmente com relação ao tamanho reduzido da sala de aula, à disponibilização de poucos computadores no laboratório de informática e ao acervo quase inexistente da biblioteca;
 - Burocracia no acesso às dependências da cadeia, onde os professores, além de terem que se submeter aos procedimentos padrões de revista, muitas vezes tinham que encarar o despreparo, a falta de trato e a má vontade por parte dos agentes penitenciários;
 - Grande evasão, ocasionada principalmente por critérios inadequados de seleção dos alunos por parte da instituição carcerária, que não levava em consideração o tempo do curso e

o tempo restante de pena, o que fez com que muitos não conseguissem concluir os cursos e obter as certificações.

Pode-se concluir que, apesar da falta de formação específica e do receio inicial de trabalhar em um ambiente considerado insalubre e inóspito, há o interesse por parte desses profissionais em lecionar no ambiente prisional. O fato de enriquecer suas experiências profissionais e o sentimento de contribuir para uma sociedade mais justa são as maiores recompensas para esses professores. No entanto, problemas estruturais como as instalações precárias e o despreparo dos profissionais que trabalham na penitenciária são apontados como as maiores barreiras para o desenvolvimento de um bom trabalho. Nesse caso, a responsabilidade está novamente nas mãos do governo, pois cabe a ele repassar verbas para a construção, ampliação e manutenção predial, assim como também é dele a prerrogativa de contratação dos funcionários, pois são todos servidores públicos. É necessário portanto que haja instrumentos para uma melhor seleção desse pessoal, além de investimentos constantes em treinamento e em desenvolvimento profissional.

7.1.3.Quanto à Administração Prisional

Além dos trâmites normais para a realização de uma pesquisa acadêmica, foi preciso submeter o projeto à apreciação do Comitê de Ética da Penitenciária de Uberaba. Após a aprovação, ocorreram várias visitas e reuniões com os Diretores dessa instituição: Diretor Geral, de Segurança e de Administração, que, para manter o sigilo e confidencialidade, serão identificados por números, de 01 a 03.

Quando questionados sobre o quantitativo de internos, falaram que não podiam informar, por uma questão de segurança. No entanto, segundo dados de novembro de 2016 do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de

Minas Gerais - Sindasp-MG, o estabelecimento estava naquele momento com 1507 infratores, número 115% maior que sua capacidade real, um dado preocupante, principalmente se considerarmos que o número de agentes penitenciários se mostra insuficiente, pois o quadro é de apenas 260 servidores.

Sobre o perfil, relataram que a grande maioria são homens, pardos, jovens, de origem humilde e com baixa escolaridade, ou seja, seguem o padrão de perfil de presos do país. Com relação à periculosidade, levando-se em consideração o crime pelo qual estão cumprindo pena, o tráfico de entorpecentes é o mais comum e a minoria está envolvida com crimes graves como estupro, pedofilia, latrocínio e homicídio.

Após as informações sobre os internos, o Diretor Geral esclareceu que, na busca de alternativas para o baixo grau de instrução dos presos e para o alto índice de reincidência criminal, sempre buscou firmar acordos de cooperação com as instituições de ensino da cidade e que, dentre seus parceiros, está o IFTM.

A penitenciária tem uma grande área externa e vi ali uma possibilidade de desenvolver um jardim que pudesse ser implantado e mantido pelos nossos presos. Como sabia que um dos cursos mais reconhecidos do Instituto Federal do Triângulo Mineiro é o de Agronomia, e que o paisagismo é uma das inúmeras disciplinas dessa graduação, não tive dúvidas a quem recorrer para nos auxiliar nessa empreitada.

Como a proposta foi logo aceita pelo Diretor do IFTM, cumpridas as formalidades, o curso de Jardineiro foi implantado em 2012. Com o primeiro curso ficou mais fácil apresentar novas demandas, e o que veio a seguir foi o curso de Operador de Computador que teve, ao todo, 03 turmas.

A pessoa responsável pela Diretoria de Administração falou sobre as adaptações que precisaram ser feitas na estrutura física do presídio para a realização destes cursos, dentre elas a descocupação e adaptação de uma sala para transformá-la em laboratório de informática, onde foi preciso também fazer mudanças nas instalações elétricas para comportar os 06 computadores

que receberam da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e ainda reparos na iluminação,.

Em relação à segurança, o entrevistado 03, afirmou que sempre que são ofertados cursos dentro do presídio que o esquema de segurança é reforçado. Uma guarnição é deslocada para fazer o traslado dos presos das celas para os locais das aulas e, pelo menos, 02 guardas ficam do lado de fora da sala durante todo o tempo para garantir a ordem e a segurança.

Para aulas ao ar livre o esquema requer ainda mais atenção, por isso, além de policiais junto à turma, no quantitativo que for necessário, pois depende do número de alunos, as torres da muralha também são guarnecidas e o armamento é reforçado.

Após discorrerem sobre as questões de infraestrutura e segurança, foi solicitado que citassem os maiores obstáculos que a administração carcerária encontra para ofertar atividades educativas aos seus detentos. A estrutura deficitária foi mencionada pelos entrevistados, eles contaram que, apesar de já haver uma escola dentro da penitenciária, seria necessário um espaço maior e mais adequado para realizar atividades didáticas, visto que muitas vezes precisam adaptar locais que não foram projetados com tal finalidade, como foi o caso do laboratório de informática e da biblioteca e que a estrutura que contam hoje é insuficiente para atender a todos. Aparentaram também problemas na parte elétrica, onde muitas vezes precisam fazer reparos porque a fiação não suporta o aumento da corrente elétrica, principalmente quando equipamentos pesados precisam ser utilizados. Ainda internamente, destacaram a desmotivação por parte dos internos, que muitas vezes preferem o trabalho ao estudo, visto que na primeira opção, além da remição da pena, há o recebimento de salário. E por fim, levantaram uma questão externa à penitenciária, e provavelmente a mais impactante, que é a dificuldade de fechar parcerias para novos cursos. O entrevistado 01 destacou que esse é o caso do curso de Panificação, um projeto que ainda não conseguiram concretizar pois não encontram instituições que tenham

interesse e disponibilidade para ofertá-lo na PPAIO, e tal curso poderia ser realizado pelo IFTM, visto que nessa instituição tem o curso de Alimentos em nível de graduação, pós-graduação e mestrado e por isso eles dispõem de Know-how e de profissionais capacitados.

O pesquisado 02 ressaltou que as carências do ambiente foram até hoje entraves, mas não impedimentos, para a realização de atividades didáticas dentro da Penitenciária de Uberaba, e que estas são encaradas como prioridades pela sua gestão, pois sabe da importância que o ensino tem para o preso e citou aquelas que considera como mais relevantes: ocupar de forma produtiva o tempo do presidiário, possibilitar a remição da pena pelo estudo, contribuir para a reinserção desses indivíduos na vida em sociedade e no mercado de trabalho, evitar o cometimento de novos crimes por parte dessas pessoas e também ajudar a desinchar o sistema.

Sobre a atual conjuntura político-econômica brasileira, e se isso está afetando o PRONATEC prisional dentro da Penitenciária de Uberaba, reafirmaram que, por causa da crise que se arrasta a mais de 02 anos, as instituições não estão conseguindo atender às novas demandas, e que por isso a oferta de cursos está cada vez mais escassa. O Diretor A, complementou:

A dificuldade em conseguir novos parceiros e novos cursos está cada vez maior. Temos várias ideias engavetadas porque não conseguimos instituições em condições financeiras de desenvolver esses projetos para nós. Enquanto não houver uma melhora do quadro econômico do país, não temos perspectivas de mudanças.

Para verificar a influência que a educação tem sobre os internos, foi perguntado aos entrevistados se eles notam alguma mudança comportamental ou motivacional nos alunos-detentos e ainda se a possibilidade de estudar durante o tempo de cárcere reflete no índice de reincidência. O Diretor de Segurança, respondeu que:

Com relação ao comportamento, não há grandes mudanças, pois todos que são beneficiados com essas ações já possuem histórico de bom comportamento, senão não seriam selecionados, e os que eventualmente apresentam algum problema no decorrer do curso são logo cortados dos programas, mas em termos motivacionais, há mudanças sim. É possível perceber que os encarcerados que realizam alguma atividade, seja ela laboral, educativa ou cultural, começam a mudar sua forma de pensar. A perspectiva de futuro passa a ganhar novos contornos, a esperança de sair da cadeia e poder arrumar um emprego na área em que fizeram o curso passa a ser o novo foco desses internos. (03)

Já com relação ao estudo impactar no índice de reincidência criminal, não foi possível fazerem nenhum tipo de afirmação, pois não há dados ou estatísticas sobre o tema dentro da penitenciária.

Para finalizar a entrevista, assim como foi feito com a administração escolar e com os docentes, foi pedido que elencassem 3 aspectos positivos e 3 negativos dentro da experiência vivenciada:

- Positivos:
 - Cumprir, mesmo que de forma parcial, a legislação que garante aos presos o direito à educação;
 - Proporcionar para alguns detentos a remição de pena pelo estudo;
 - Ter conseguido implantar o jardim, o que possibilitou posteriormente aumentar o número de vagas de trabalho ao empregar mão-de-obra dos próprios presos na parte de manutenção do mesmo e ainda a possibilidade que tiveram de absorver algumas técnicas que foram também utilizadas na horta comunitária.

Os entrevistados afirmaram que, na visão da instituição carcerária, não houve pontos negativos na parceria com o IFTM, e que o único lamento é o fato de não ter havido continuidade na oferta dos cursos, mas que entendem que as circunstâncias que ocasionaram tal interrupção são alheios à vontade das partes.

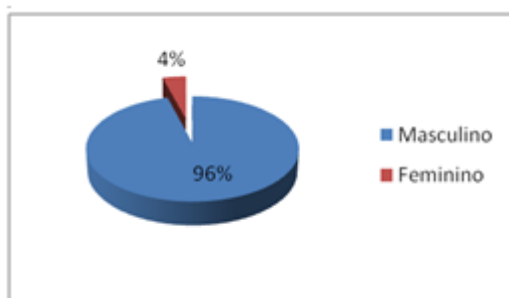
Pela entrevista realizada com a administração prisional, foi possível confirmar alguns pontos como, por exemplo, a necessidade de melhorias na estrutura física, a importância de aumentar o efetivo, visto que toda ação educacional que ocorre dentro de suas dependências exige reforço policial e hoje o quadro é bem reduzido, e principalmente a questão da dificuldade de dar continuidade aos projetos educacionais por não encontrar instituições de ensino em condições financeiras de assumir esses compromissos em decorrência da falta de apoio e de repasse de verba governamental.

7.1.4.Quanto aos Detentos

Em decorrência da restrição de acesso aos custodiados, a seleção dos participantes e a aplicação dos questionários foram feitas por funcionários da Penitenciária de Uberaba. A Diretora de Administração, após verificar os requisitos e o interesse em contribuir com o estudo, escolheu aleatoriamente 50 detentos do sistema fechado. Motivado pelo interesse em investigar porque a educação prisional ainda é tão deficiente no país, o presente estudo não tem como objetivo comprovar junto aos presos a qualidade e/ou a relevância dos cursos ofertados pelo IFTM, e sim levantar suas necessidades e expectativas com relação às atividades educativas, por isso a escolha foi aleatória e não direcionada a antigos alunos.

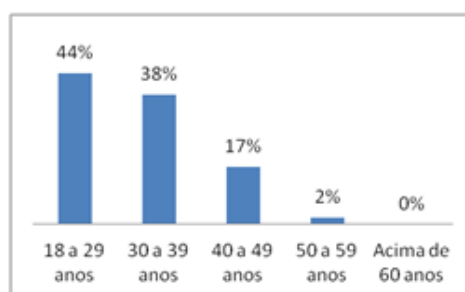
O questionário, composto de 20 perguntas, 17 fechadas e 03 abertas, foi aplicado na sala de aula da própria instituição. Como a estrutura não comporta esse número de pessoas, os participantes foram divididos em 03 grupos, um grupo de 20 e os outros dois grupos de 15. As primeiras questões buscaram traçar o perfil dos entrevistados para compará-lo com o apontado nos relatórios e pesquisas oficiais do governo, que têm amplitude nacional. Isso porque a amostra deve ser representativa da população estudada, ou seja, deve ter características similares a ela.

Gráfico 19 - Presos Inquiridos por Sexo



Fonte: elaborado pela autora

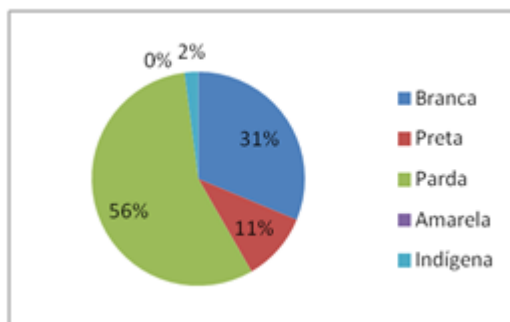
Gráfico 20 - Presos Inquiridos por Faixa Etária



Fonte: elaborado pela autora

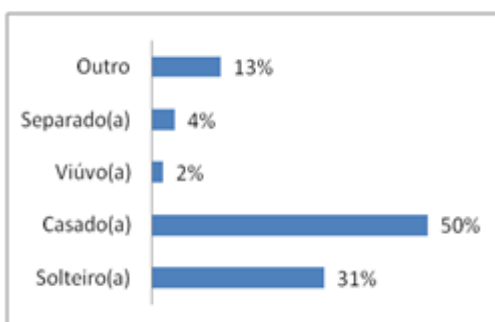
Dentre os entrevistados, 48 são do sexo masculino e apenas 02 são do sexo feminino, refletindo a realidade do sistema carcerário nacional, onde a maioria esmagadora é de homens. As faixas etárias de 18 a 29 anos e de 30 a 39 anos, juntas, representam mais de 80%, ou seja, há predominância dos jovens que estão em idade produtiva.

Gráfico 21 - Presos Inquiridos por Raça



Fonte: elaborado pela autora

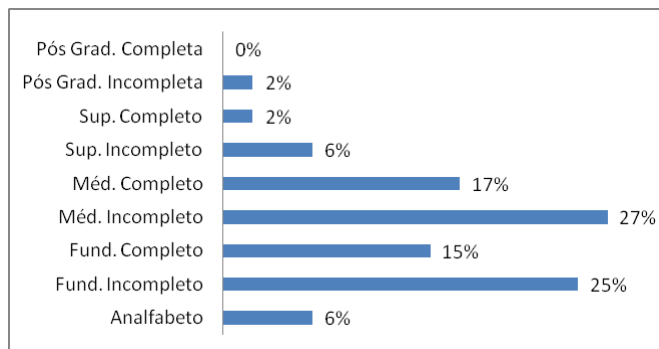
Gráfico 22 - Presos Inquiridos por Estado Civil



Fonte: elaborado pela autora

Quanto à cor ou raça, pardos e negros somam 67% dos aprisionados, média um pouco acima da nacional que é de 61,67%. Do total apenas 31% são solteiros, 63% são casados ou vivem em união estável, o que reforça a importância de investimentos para que haja a profissionalização dessas pessoas, pois a maioria quando ganhar a liberdade já tem uma família para ajudar a prover.

Gráfico 23 - Presos Inquiridos por Grau de Escolaridade



Fonte: elaborado pela autora

O grau de escolaridade, como no restante das cadeias do país, é baixíssimo. 73% não chegaram a concluir o ensino médio, sendo que deste total 6% são analfabetos e 25% não terminaram nem mesmo o ensino fundamental. Essas informações demonstram que a Penitenciária de Uberaba segue o mesmo padrão dos presídios do Brasil, onde a maioria da população é de homens, negros ou pardos, jovens, de pouca ou nenhuma escolaridade. Tendo o mesmo perfil aumenta-se a probabilidade de ser mais assertivo ao se fazer afirmações sobre a população de presos em geral usando como base a amostragem pesquisada.

Cabe aqui uma crítica sobre a distribuição dos investimentos na educação dos presos. O índice de analfabetismo apresentado na PPAIO é exatamente o mesmo levantado pelos dados oficiais e, conforme o Quadro 6 do *Panorama da educação prisional no contexto brasileiro*, 17% das turmas existentes dentro de estabelecimentos penais são para alfabetização. Podemos detectar aqui uma discrepância entre esses números, pois não há motivos para alocar quase 20% dos investimentos para um público que representa apenas 6% do total. Por outro lado, aqueles que estão aptos a cursarem o ensino superior, por já terem finalizado o médio, estão totalmente desamparados, visto que menos de 1% das turmas visam esse público.

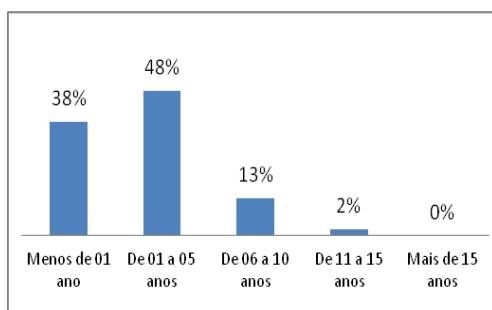
Já com relação ao tempo de pena, foram feitas 02 perguntas, quanto tempo está cumprindo pena e quanto tempo ainda falta para cumprir.

Segundo o Infopen, o crime que mais leva pessoas para cadeia é o tráfico de drogas. 28% dos brasileiros estão no cárcere em razão da lei de drogas, seguido de acusados ou condenados por roubo (25%) e furto (13%). O estudo deixa claro que o maior motivo do inchaço do sistema carcerário se deve ao hiperencarceramento ligado aos crimes não violentos. (Rosário, 2016)

Como a maior parte dos crimes praticados são classificados como não violentos, isso influencia diretamente no tempo de pena que, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional – Depen, para mais da metade dos prisioneiros não ultrapassa 08 anos de reclusão. Tal análise é importante para verificar se as ações educativas que estão sendo trabalhadas no sistema prisional vão ao encontro da necessidade de sua população.

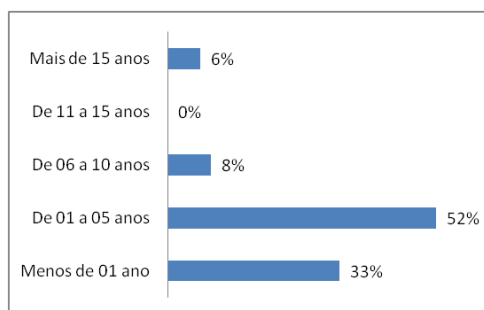
Na PPAIO, quase 40% está preso a menos de 01 ano e 48% está preso a mais de 01 e menos de 05 anos. 33% falta menos de 01 ano para sair da cadeia e 52% ficará preso, no máximo, mais 05 anos.

Gráfico 24 - Presos Inquiridos por Tempo que estão Cumprindo Pena



Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 25 - Presos Inquiridos por Tempo que Resta a Cumprir de Pena



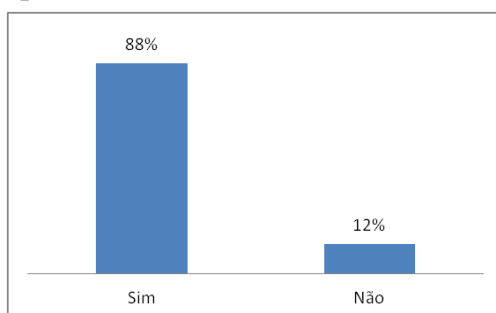
Fonte: elaborado pela autora

Analisando as duas respostas conjuntamente, foi detectado que dos 18 detentos que estão cumprindo pena a menos de 01 ano, 10 tem menos de 01 ano a cumprir, portanto, ficarão menos de 02 encarcerados, o que representa 21% dos pesquisados. Dos 08 restantes, 06 ficarão presos entre 01 e 05 anos, dando um total de, no máximo, 06 anos de pena. Já entre os que estão na cadeia a mais de 01 ano e menos de 05 anos, mas que têm menos de 01 ano para pagar pelo seu delito, temos mais 05, estes também representam uma

fatia dos que pegaram no máximo 06 anos de prisão. Somando-se os dois grupos que têm pena de até 06 anos, chegamos ao número total de 11 internos, o que representa 23% dos 48 participantes. Conclui-se com isso que quase metade do grupo passará menos de 06 atrás das grades.

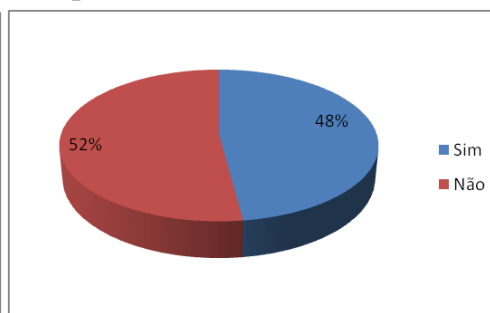
Dentre as modalidades do ensino formal ofertados nas unidades prisionais, 51% são turmas do ensino fundamental, dados extraídos do Quadro 6. Considerando-se que metade dos presos pegam penas consideradas leves, com curta duração, é incoerente que metade dos investimentos na educação prisional seja direcionado exclusivamente para o Ensino fundamental, que tem duração de nove anos, ou seja, tempo superior ao tempo médio de pena. Isso, além de elevar o índice de evasão, pois muitos saem do cárcere antes de concluir essa fase de escolarização, contribui ainda para a falta de interesse de alguns em estudar, pois já sabem que não terão tempo suficiente para concluir os estudos.

Gráfico 26 - Presos Inquiridos que Trabalhavam Antes de serem Presos



Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 27 - Presos Inquiridos que estão Trabalhando na Prisão



Fonte: elaborado pela autora

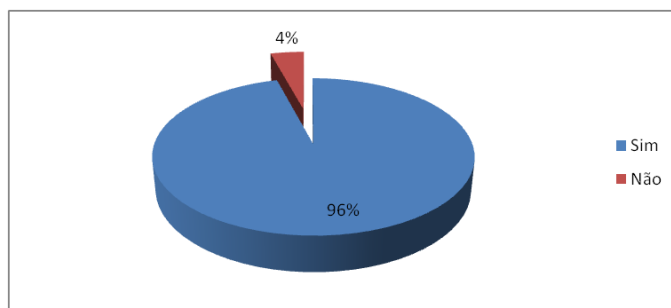
Com relação ao trabalho foram feitos três questionamentos: qual a profissão, se estava trabalhando antes de ser condenado e se está trabalhando durante a condenação. Quase 90% estava exercendo alguma atividade laboral antes de entrar na prisão e mais da metade exerce algum tipo de trabalho lá dentro. Importante por ser uma forma de ocupar corpo e mente, o trabalho, assim como o estudo, também é um meio de remição de pena.

Quanto às profissões, as mais citadas foram pedreiro, eletricista, pintor e mecânico. Apenas um exercia atividade que exige nível superior, medicina. 38% declararam não ter uma profissão, ou seja, muitos trabalhavam em serviços informais e esporádicos, os popularmente conhecidos como *bicos*.

Além do grande percentual dos que não tem uma profissão, a maioria dos que tem está ligado a uma área que está em crise a muitos anos no país, a construção civil. Esse dado revela a urgência de capacitar os detentos para que possam conseguir uma colocação no mercado de trabalho quando forem soltos.

Como o foco do estudo é a educação prisional, 09 perguntas estão diretamente relacionadas ao tema. Quando indagados se sabem que desde de 2011 foi aprovada uma lei que garante a redução de 01 dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar, apenas 01 alega desconhecer esse direito.

Gráfico 28 - Presos que Sabem que Estudo é uma Forma de Remição de Pena

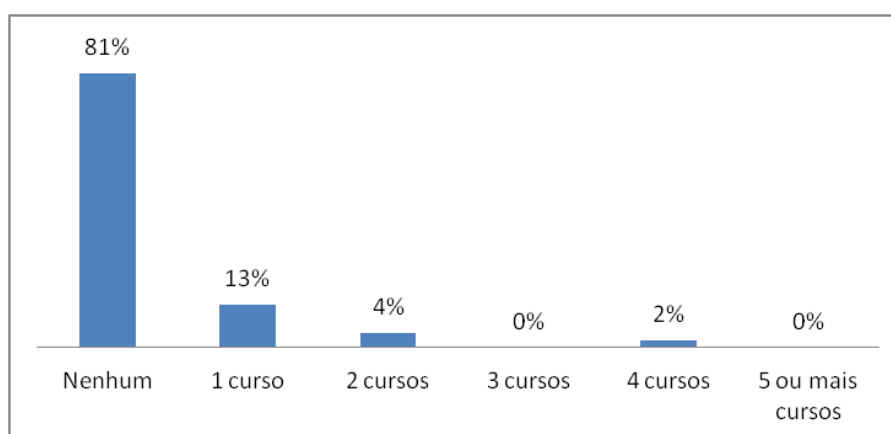


Fonte: elaborado pela autora

A falta de conhecimento não pode ser apontada, portanto, como motivo para os baixos percentuais de presos que já realizaram cursos na Penitenciária de Uberaba. 81% nunca fizeram um curso, ou seja, 39 pesquisados. Os que responderam que fizeram 02 cursos estão detidos a mais de 06 anos e o único que fez 04 cursos está sob custódia do estado a mais de 11 anos. Portanto é fácil perceber que o que deveria ser um direito de todos está sendo tratado mais como um privilégio para poucos.

Para verificar se, além da questão da remição da pena, os detentos enxergam mais algum benefício em estudar durante o período em que estão encarcerados, perguntamos se eles acreditam que o acesso a cursos profissionalizantes pode contribuir para a reinserção no mercado de trabalho e ainda acham que o estudo influencia positivamente para uma mudança de comportamento e aumenta a expectativa para o futuro. Em ambas perguntas as respostas foram unânimes, todos acreditam nesses benefícios do aprendizado. Conclui-se então, que a falta de interesse por parte dos internos também não é fator para números tão inexpressivos de alunos-detentos dentro do sistema.

Gráfico 29 - Presos Inquiridos por Número de Cursos feitos na PPAIO



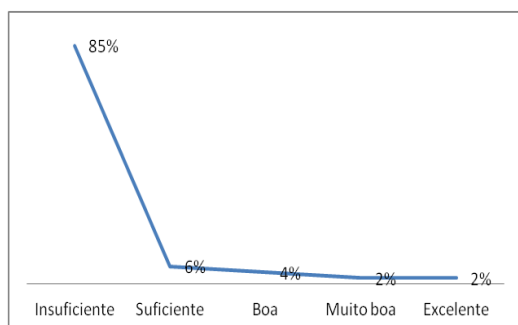
Fonte: elaborado pela autora

Posteriormente o intuito era detectar qual a percepção dos participantes sobre a quantidade e a qualidade dos cursos oferecidos na instituição. 41 dos 48 entrevistados classificou a quantidade como insuficiente, resultado esperado tendo em vista a pergunta anterior que já havia demonstrado que o benefício não está abrangendo a todos.

Com relação à qualidade, apenas 09 teriam condições de responder, porque são os únicos participantes do estudo que já realizaram algum curso na PPAIO, mesmo assim muitos que nunca cursaram nenhum também

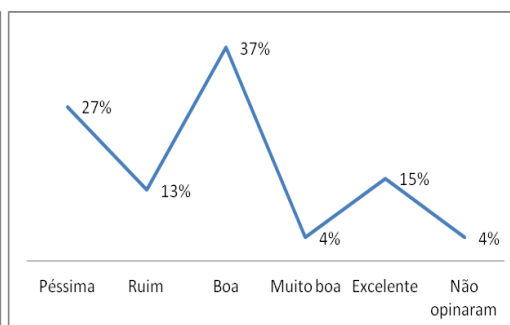
opinaram. Provavelmente por isso o índice de reprovação foi grande. Como forma de manifestarem seu descontentamento, por se sentirem excluídos, 40% acabou julgando os cursos como péssimos ou ruins. 4%, justamente por nunca terem tido acesso a estudo na prisão, preferiram não opinar. No entanto, 56%, acham que a qualidade dos cursos varia de boa a excelente.

Gráfico 30 - Percepção dos Presos sobre a Quantidade de Cursos da PPAIO



Fonte: elaborado pela autora

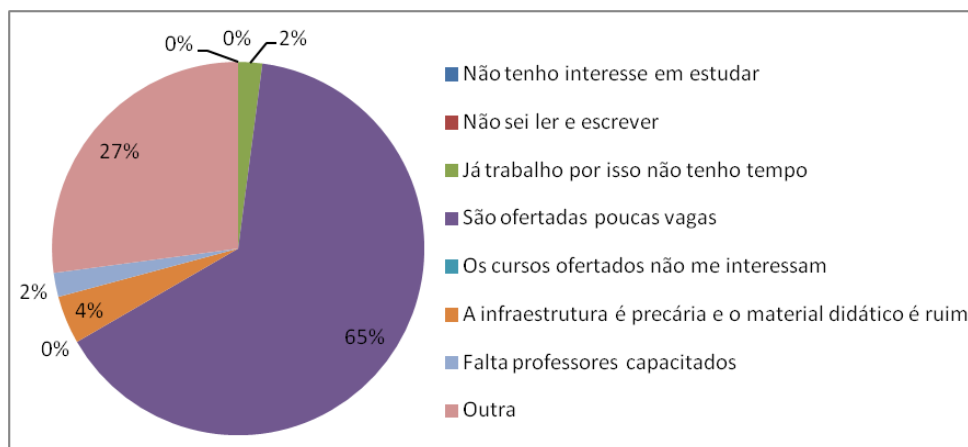
Gráfico 31 - Percepção dos Presos sobre a Qualidade dos Cursos da PPAIO



Fonte: elaborado pela autora

Uma das questões fechadas sobre educação prisional buscou elencar, sob a ótica dos presos, as principais dificuldades para fazer um curso dentro da penitenciária.

Gráfico 32 - Principais Dificuldades para fazer um Curso na PPAIO



Fonte: elaborado pela autora

65% responderam que são ofertadas poucas vagas, ou seja, que o sistema está sendo seletivo, visto que não há oportunidades para todos. 02 pessoas acham que o problema é que a infraestrutura é precária e o material didático é ruim, 01 acredita que falta professores preparados para lecionar nesses ambientes que possuem tantas peculiaridades e 01 não estuda porque o trabalho consome grande parte do seu tempo, não sobrando espaço para atividades educativas. Como nessa pergunta foi colocada a opção outros, para possibilitar que o participante indicasse algum outro problema que não estava sendo contemplado, 13 optaram por escrever seus pontos de vista, representando 27% do total.

04 disseram que não é apenas uma questão de haver poucas vagas e sim de não existir cursos, provavelmente porque desconhecem as atividades que são realizadas internamente, tendo em vista que, mesmo sendo pontuais, existem alguns cursos em andamento, como é o caso do ensino fundamental e do ensino médio que são ofertados regularmente, mas com capacidade reduzida. 02, por estarem realizando cursos, não acredita que haja dificuldades para conseguir estudar na PPAIO. Outros 02 internos apontam para um tipo diferente de problema, a falta de opção de cursos para aqueles que já terminaram o ensino médio e buscam aumentar o nível de escolaridade. A falta de divulgação é apontada como um problema por um interno e 03 afirmam que já tentaram ser chamados para cursos, mas que isso nunca aconteceu. Por fim, 01 participante disse que os presos estão esquecidos pelo governo e que eles não têm direito a nada, nem a trabalho e nem a estudo.

Questionados sobre qual curso gostariam de fazer, por achar importante para sua vida profissional, 12 responderam que, independente da área, qualquer um seria interessante. Um deles ainda destacou que a maioria dos internos não possuem uma profissão, por isso, se houvesse mais oportunidades, eles poderiam descobrir uma vocação. Dentre os que definiram as áreas de conhecimento, 09 manifestaram o interesse em fazer faculdade, sendo que desses, 04 citaram Administração de Empresas. Por ser

uma questão aberta, surgiram as mais diversas respostas, até porque alguns citaram vários cursos diferentes, os mais lembrados foram: mecânico, técnico em informática, corte e costura industrial, padeiro e confeitoiro e ainda eletricista.

Posteriormente, foram instigados a analisar se o acesso à educação pode transformar a vida de uma pessoa, em especial se pode modificar o futuro de um presidiário. Apenas 01 respondeu que não, segundo ele “a pessoa que quer mudar levanta a cabeça e cria objetivos e metas”. No entanto, os outros 47 que responderam ao questionário afirmam que sim, que a educação facilita o caminho para a reabilitação moral e social do preso e cria novas oportunidades fora das celas. Dentre as muitas respostas interessantes, destacaram-se:

Sim, porque querendo ou não, dentro do sistema vários param para refletir uma mudança para sua vida lá fora, e se a unidade investir na ressocialização pela educação o detento verá que há um caminho legal e um futuro diferente de sua atual realidade.

Sim, porque as vezes o preso cumpri 10, 20, 30 anos de regime fechado e as unidades não oferecem um programa de reabilitação, sendo assim, quando o mesmo for para a rua não terá como competir com os outros no mercado de trabalho. O preso que não teve oportunidade tem maior chance de retornar para o crime, uma vez que ele ganha sua liberdade, mas as portas se fecham para ele na rua, aí a única alternativa que ele encontra é retornar ao crime, com isso o sistema é super lotado e caótico. Uma vez que ele tenha uma oportunidade de estudo dentro do sistema prisional, ele vai aprimorar seus conhecimentos e quando for para a rua terá uma profissão para exercer, então isso é primordial na vida do preso.

Três pontos muito importantes foram abordadas nessas, e em outras, respostas. Primeiro, a questão do estudo como forma de reingressar no mercado de trabalho. Todos que concordaram com a importância da educação, atrelou o ensino à profissionalização. Vale lembrar que estamos falando de pessoas em idade produtiva, muitos com família para sustentar, com isso é natural que o foco do estudo seja para prepará-los o mais rápido

possível para o trabalho. Diante disso, fica nítida a importância de investimentos em cursos de capacitação profissional, como é o caso do Pronatec.

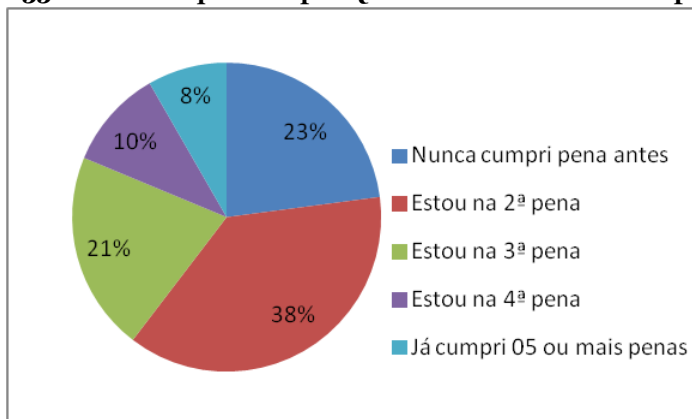
O segundo destaque é o olhar para o tempo de cárcere como um tempo de reflexão. Geralmente quem se encontra nessa situação de privação de liberdade começa a repensar seus atos, analisar suas ações. Essa é uma oportunidade valiosa para, através do estudo, levar o interno a ter consciência de suas escolhas, aceitação de seu presente e perspectiva de mudança para seu futuro. Infelizmente, como o ensino formal não consegue alcançar a todos, o que acontece é que surge paralelamente o ensino informal, voltado para a criminalidade.

Presos de maior periculosidade, geralmente com várias passagens pelo prisão, acabam recrutando jovens que estão confusos e não encontram o respaldo e o apoio necessário dentro da penitenciária e criam verdadeiras escolas do crime. Isso acaba desencadeando o terceiro ponto relevante, a reincidência. Como bem falado por um dos detentos “ele ganha sua liberdade, mas as portas se fecham para ele na rua, aí a única alternativa que ele encontra é retornar ao crime”.

O fato de sair da cadeia despreparado, desatualizado, sem ter um ofício e ainda com o estigma de ex-presidiário só dificulta sua reinserção, o que acaba influenciando muitos a voltarem para a marginalidade. Não é à toa que os números de reincidência criminal no país são gritantes, e a Penitenciária de Uberaba não foge à regra.

77% dos pesquisados são reincidentes. Esse é um percentual assustador. Por isso o sistema está tão inchado. É preciso perceber que o modelo que temos atualmente está falido. Nossos presídios não estão cumprindo sua finalidade de reabilitar as pessoas, é urgente que haja mudanças.

Gráfico 33 - Presos Inquiridos por Quantidade de Penas Cumpridas



Fonte: elaborado pela autora

Não podemos responsabilizar somente a educação ou taxá-la como a salvadora da pátria; existem inúmeros setores que devem estar envolvidos no processo de recuperação dessas pessoas, o sistema todo precisa ser revisto, no entanto, como já dizia Paulo Freire “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (2000, p. 67).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo uma pesquisa domiciliar realizada em 2011 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, na opinião dos brasileiros, o maior problema do país é a violência, e isso não é à toa. Somos a quarta maior população carcerária do mundo e lideramos o ranking internacional das cidades mais violentas onde, das 50 constantes na lista, 19 são brasileiras, segundo dados de 2016.

Com um déficit de mais de 230 mil vagas, vemos todos os dias pelos noticiários que os nossos presídios, que deveriam não apenas punir, mas reeducar seus internos, se tornaram palco de violência, de rebeliões e dos desmandos do crime organizado. É urgente que se faça algo, pois o sistema já entrou em colapso.

A educação, principalmente a profissionalizante, mostra-se como uma importante alternativa quando o assunto é recuperação de delinquentes, visto que estamos falando de uma população predominantemente pobre e de baixa escolaridade. Através do conhecimento é possível dar a essas pessoas uma perspectiva diferente de futuro, por isso, desde que se estabeleceu em Genebra as *Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos*, em 1955, vários esforços vêm sendo feitos para que atividades educativas cheguem até esses indivíduos. No entanto, no Brasil, a prática ainda está muito aquém da teoria. Temos uma legislação ampla e abrangente e, no que tange à educação prisional, existem inúmeros dispositivos que garantem, protegem, regulamentam e determinam sua oferta a todos, porém, dados estatísticos nos mostram que apenas 10% dos apenados conseguem usufruir desse direito.

Com o intuito de entender porque, mesmo havendo uma demanda imensa e leis cada vez mais rígidas para garantir a oferta, as ações educacionais dentro das cadeias ainda são tão insuficientes, esse estudo possibilitou

analisar como ocorre o desenvolvimento e a implantação de cursos de qualificação profissional em uma unidade prisional. A metodologia aplicada foi o estudo de caso e o cenário escolhido, a Penitenciária Professor Aluísio Ignácio de Oliveira, localizada em Uberaba-MG, onde foram investigados os cursos do Pronatec ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

Alguns entraves surgiram durante a produção do trabalho. A escassez de estudos voltados para a educação prisional no Brasil e a dificuldade de obter dados mais recentes sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, dificultaram o progresso da parte teórica; já a inexistência de acervo bibliográfico sobre a história da Penitenciária de Uberaba aliada à dificuldade de obter dados junto aos funcionários desta instituição e a impossibilidade de acesso aos detentos, foram impedimentos para um maior aprofundamento sobre o tema. Em contrapartida, podemos destacar dois pontos extremamente positivos conseguidos com a pesquisa: verificar que as instituições, carcerária e educacional, estão realmente empenhadas em oferecer instrução aos presos, sinalizando uma mudança de pensamento sobre qual é a verdadeira finalidade da pena de reclusão; e, principalmente, as manifestações dos internos nas respostas abertas do questionário, onde expressaram gratidão por ter pessoas que buscam melhorias para o sistema e demonstraram uma enorme vontade de mudar, de construir um futuro longe das grades. Isso foi, para mim, a maior evidência de que a educação pode fazer a diferença na vida dessas pessoas e de que é preciso continuar discutindo sobre a efetividade das políticas públicas educacionais até encontrarmos meios de levá-la a todos que estão privados de liberdade. E é por isso que, mesmo chegando próxima à conclusão deste estudo, não o considero encerrado, pelo contrário, ele abre outras possibilidades como, por exemplo, investigar se os apenados da PPAIO que fizeram os cursos do IFTM, e que já estão em liberdade, estão exercendo as profissões aprendidas, ou ainda uma pesquisa sobre o reflexo da educação prisional no índice de reincidência criminal.

Sobre o presente estudo, para fundamentar a pesquisa, a revisão da literatura percorreu os caminhos da evolução histórica da educação no Brasil, desde às primeiras escolas jesuíticas até sua elevação à categoria de direito fundamental, explorou a situação do sistema penitenciário nacional e o perfil dos nossos presos e, por fim, examinou a oferta de ensino dentro dos estabelecimentos penais, especialmente o ensino profissionalizante, comparando o que está garantido na legislação com o que efetivamente está sendo realizado.

Através de questionário e entrevistas, instrumentos utilizados para a coleta de dados e formulados com base nos objetivos geral e específicos, foi possível levantar quais são as principais dificuldades enfrentadas pela administração escolar e seu corpo docente, pela administração penitenciária e pelos apenados e ainda as perspectivas de manutenção e/ou ampliação do Pronatec Prisional, dessa forma, conforme revelado na análise dos resultados, o propósito investigativo foi atingido.

Para verificar os pontos de vista da instituição educacional e do corpo docente, que serão neste capítulo apresentados conjuntamente, por terem muitos pontos convergentes, foram realizadas entrevistas com o Diretor Geral do Campus Uberaba, com os Coordenadores do Pronatec, com docentes que ministraram aulas dentro da PPAIO e com uma Técnica em Assuntos Educacionais que esteve diretamente ligada à elaboração do Projeto Pedagógico de um dos cursos. Das respostas apresentadas, conclui-se que a instituição assume sua responsabilidade de levar educação a todos que precisam, e que a cumpre com avinco, e que seus profissionais, mesmo tendo enfrentado um temor inicial, decorrente talvez da falta de formação específica e do desconhecimento da realidade que os aguardavam, perceberam o valor social dessas ações e as consideram fundamental para auxiliar os presos a se reintegrarem na sociedade. No entanto, problemas como a infraestrutura precária, a falta de preparo dos servidores, a burocracia exagerada, os procedimentos rígidos impostos às pessoas que adentram as instalações da cadeia e critérios pouco precisos para a seleção dos alunos,

onde muitos abandonam por acabarem de cumprir suas penas no decorrer dos cursos, o que deveria ser verificado pelos administradores da PPAIO, foram apontados como fatores dificultadores.

Pelo lado da administração penitenciária, foram entrevistados o Diretor Geral, o Diretor de Segurança e a Diretora Administrativa. Em suas afirmações, pode-se perceber que eles entendem a importância da oferta de educação para o internos e que se empenham em buscar parceiros que viabilizem a realização de atividades pedagógicas. Existe uma real preocupação em aumentar o número de vagas de emprego e de estudo, e nesse caso, vêem a educação não só como um meio de recuperação do preso, mas também como uma alternativa para ajudar a desinchar o sistema por meio da remição da pena, visto que a PPAIO também sofre com a superlotação. Ressaltaram os desafios que enfrentam para possibilitar a implementação dessas ações, pois, como não dispõem de espaços vagos, muitas vezes é preciso fazer remanejamentos internos e criar locais improvisados para atender as demandas das instituições de ensino. A necessidade de mudar a rotina e de aumentar a segurança para receber os profissionais externos também é um problema, porque o efetivo está muito abaixo do ideal. Por fim, citaram a frustração de não conseguirem tirar do papel vários projetos, pela dificuldade crescente que estão tendo em firmar parcerias.

Para fechar a análise, foi aplicado um questionário a 50 detentos para investigar suas demandas e expectativas com relação à educação. Tabulados os resultados, fica nítida a necessidade de ampliar a oferta, pois a maioria esmagadora é de pessoas com pouquíssimo nível de instrução. Oriundos das camadas sociais mais baixas, muitos não possuem profissão e todos estão em idade produtiva, talvez por esse motivo, quando questionados sobre quais cursos gostariam de fazer, quase que a totalidade citou cursos profissionalizantes. Do total de pesquisados, 81% nunca teve oportunidade de realizar uma atividade educacional durante o tempo em que estão cumprindo pena e por isso, quando interrogados sobre o que achavam da quantidade de

vagas que são oferecidas na PPAIO, 85% afirmou que são insuficientes, e para a pergunta sobre qual é a principal dificuldade para se fazer um curso, 65% respondeu que é porque não há vagas para todos. Ou seja, as ações ainda são extremamente pontuais e seletivas. 77% são reincidentes, ou seja, já estiveram antes no sistema e não conseguiram refazer suas vidas em liberdade e acabaram cometendo novos delitos. Quando os presos tiveram a oportunidade de escrever se acham que a educação pode transformar suas vidas, discorreram sobre isso, sobre o fato de o conhecimento ser um meio de aprender uma profissão e de ingressar no mercado de trabalho, ajudando-os a se manterem longe da criminalidade, e se queixaram que esse é mais um direito que lhes está sendo negado. Muitos aproveitaram o espaço para falar de seus sonhos, da vontade de mudar e de ter uma nova chance, mas que isso só será possível se houver maior apoio por parte dos órgãos públicos e da população.

Conclui-se que os presos estão ávidos por educação, seja para apenas remir suas penas ou para terem um futuro melhor; a instituição prisional sabe melhor do que ninguém a importância de ofertar ensino em suas dependências e não mede esforços para se adequar e para conseguir parceiros que encarem com eles essa missão; e a instituição educacional reconhece a relevância dessas ações e está comprometida com sua função de transformador social. Então porque 90% dos nossos presos estão sem estudar? A resposta é óbvia. Porque todos dependem do governo.

O Estado brasileiro não tem conseguido cumprir seu papel social e, numa tentativa desesperada de melhorar seus indicadores, transfere suas responsabilidades. Através de leis, cria e impõe uma série de obrigações às instituições, sem dar a elas condições de cumpri-las, foi o que ocorreu com a educação prisional. No discurso, o governo a trata como direito e a garante a todos, desenvolveu programas, estipulou metas, no entanto, não deu bases.

1/3 dos nossos presídios são improvisados em prédios que não foram concebidos com essa finalidade, metade não conta com espaço próprio para aulas e apenas 10% tem laboratórios de informática, por outro lado, o Fundo

Penitenciário Nacional - FUNPEN, criado para a construção e manutenção dos presídios, não está sendo totalmente transferido para as instituições carcerárias porque está sendo contingenciado para ajudar o governo a alcançar a meta de superávit primário. Além da falta de estrutura, o número de agentes penitenciários é inferior à necessidade, o que compromete a segurança do local e inviabiliza a realização de atividades educativas, e não há investimento em treinamento para esses profissionais, que muitas vezes se mostram despreparados para contribuir com a recuperação dos internos, visto que a educação deve ser concebida como um compromisso de todos e não apenas uma obrigação dos professores. Há também poucos pedagogos em atividade dentro dos presídios, profissional fundamental para levantar as demandas, verificar as deficiências no processo de ensino/aprendizagem e propor ações de melhoria.

Ainda temos o fato de a verba destinada para essas ações não ser suficiente. A área da educação vem sofrendo cortes em seu orçamento e já não está conseguindo cumprir com seus compromissos. Muitas instituições públicas ameaçam fechar as portas por problemas financeiros. Além de escassos, os recursos destinados para a instrução de apenados ainda é mal distribuído, existem discrepâncias entre demanda e oferta, fato comprovado quando analisamos que 17% dos investimentos são destinados para alfabetização, que corresponde a um público de apenas 6% do total.

Para que a educação prisional passe de promessa para realidade é necessária uma reforma profunda do sistema. É preciso rever o código penal e a política de encarceramento em massa, é fundamental a construção de novos presídios e reforma dos existentes, a segurança deve ser reforçada, as demandas devem ser melhor analisadas para que os investimentos sejam mais efetivos e a formação dos profissionais de educação e dos agentes penitenciários para lidar com os presos e suas peculiaridades tem que se tornar uma realidade. As leis já estão criadas, basta agora que o governo também as cumpra.

BIBLIOGRAFIA

Alves-Mazzotti, A. J., & Gewandsznajder, F. (1998). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira.

Amaral, C. P. (2013). *Evolução histórica e perspectivas sobre o encarcerado no Brasil como sujeito de direitos*. Obtido em 17 de novembro de 2016: <http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/2013-02-04-13-50-03/2013-02-04-13-48-55/artigos-publicados/13-artigo-evolucao-historica-e-perspectivas-sobre-o-encarcerado-no-brasil-como-sujeito-de-direitos>

Andreotti, A. L. (2006). *A administração escolar na era vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964)*. Revista HISTEDBR On-line, 102–123.

Assis, R. M. (2012). *A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos*. Educação em Perspectiva, 3, 320-339.

Azevedo, J. M. (2004). *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados.

Bento, A. (2012). *Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas*. Revista JA, 65, ano VII, 42-44, ISSN: 1647-8975. Acesso em 18/05/2016, em <http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Revisaodaliteratura.pdf>. Revista JA, ano VII (65), 42-44.

Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.

Bogdan, R., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e métodos* (2ª ed.). Porto: Porto Editora.

Bonoma, T. V. (1985). *Case research in marketing: opportunities, problems, and process*. Journal of Marketing Research, v.22, 199-208.

Brasil. Império do Brasil. (25 de março de 1824). *Constituição política do Império do Brasil*. Constituição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Brasil. Ministério da Educação. (02 de março de 2016). *Histórico da Rede Federal*. Obtido em 20 de janeiro de 2017, de Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: <http://redefederal.mec.gov.br/historico>

Brasil. Ministério da Educação. (2014). *Relatório educação para todos no brasil 2000-2015*. Brasília.

Brasil. Ministério da Educação. (02 de outubro de 2012). *Resolução/CD/FNDE nº 48/2012 - Estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos, a partir do exercício 2012*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Ministério da Justiça. (2012). *Fundo penitenciário nacional: FUNPEN em números*. Brasília.

Brasil. Presidência da República. (5 de outubro de 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (14 de maio de 1996). *Decreto nº 1.904 - Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (14 de julho de 2006). *Decreto nº 5.840*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (30 de novembro de 2011). *Decreto nº 7.626*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (31 de dezembro de 1940). *Decreto-Lei nº 2.848 - Código Penal*. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (6 de fevereiro de 2006). *Lei 11.274*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (9 de janeiro de 2001). *Lei nº 10.172 - Aprova o Plano Nacional de Educação*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (31 de dezembro de 2004). *Lei nº 11.079 - Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (30 de dezembro de 2008). *Lei nº 11.892. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (29 de junho de 2011). *Lei nº 12.433 - Dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (11 de julho de 1984). *Lei nº 7.210 - Lei de Execução Penal*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. Presidência da República. (20 de dezembro de 1996). *Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília: Diário Oficial da União.

Brasil. República dos Estados Unidos do Brasil. (24 de fevereiro de 1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro.

Brasil. República dos Estados Unidos do Brasil. (16 de julho de 1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro.

Brasil. República dos Estados Unidos do Brasil. (10 de novembro de 1937). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro.

Bretas, V. (10 de abril de 2017). *Das 50 cidades mais violentas do mundo, 19 são brasileiras*. Obtido em 24 de Maio de 2017, Revista Exame On-line: <http://exame.abril.com.br/brasil/das-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-19-sao-brasileiras/>

Bueno, J. G. (2007). Apresentação. In E. M. Onofre, *Educação Escolar entre as grades*. São Carlos: Edufscar, 8.

Carreira, D., & Carneiro, S. (2009). *Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras*. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil.

Conselho Nacional de Justiça. (26 de novembro de 2013). *Recomendação nº 44*. Brasília.

Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP. (30 de março de 1999). *Resolução nº 1*. Brasília.

Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP. (11 de novembro de 1994). *Resolução nº 14 - Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil*. Brasília

Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. (25 de setembro de 2007). *Novo Plano Nacional de Política Penitenciária*. Brasília.

Costa, G. (2012). *CNE quer que União e estados ofereçam educação a presidiários como medida de ressocialização*. Obtido em 20 de janeiro de

2016, de Empresa Brasil de Comunicação – EBC: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-04-23/cne-quer-que-uniao-e-estados-oferecam-educacao-presidiarios-como-medida-de-ressocializacao>

Cúpula Mundial de Educação. (28 de abril de 2000). *Declaração de Dakar - Educação para Todos*. Senegal.

Davies, N. (2010). *A educação nas constituições federais e em suas emendas de 1824 a 2010*. Revista HISTEDBR On-line (n. 30), 266-288.

Departamento Penitenciário Nacional. (2008). *Plano Diretor de Melhorias para o Sistema Prisional*. Brasília.

Feitosa, P. M. (05 de outubro de 2011). *História e evolução da pena de prisão*. Obtido em 18 de novembro de 2016, de Web Artigos: <http://www.webartigos.com/artigos/historia-e-evolucao-da-pena-de-prisao/77602/>

Fernandes, F. (1976). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Flach, S. d. (2011). *Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade*. Revista HISTEDBR On-line, 285-303.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Freire, P. (1979). *Educação e mudança* (12ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (40ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp.

Freitas, C., & Totino, M. (24 de janeiro de 2014). *Crise nas penitenciárias é fruto de corrupção governamental*. Obtido em 20 de janeiro de 2016, de Portal PUC Rio Digital: <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Texto/Pais/%22Crise-nas-penitenciarias-e-fruto-de-corrupcao-governamental%22-23861.html#.WXS8PPBK2Wd>

Gantois, G. (07 de fevereiro de 2013). *Pronatec: governo vai oferecer 90 mil vagas para presos até 2014*. Obtido em 23 de janeiro de 2017, de Terra Networks Brasil S.A.: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/pronatec-governo-vai-oferecer-90-mil-vagas-para-presos-ate-2014,5f8cf587cf4bc310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>

Garutti, S., & Oliveira, R. d. (2012). *A prisão e o sistema penitenciário – uma visão histórica*. Seminário de Pesquisa do PPE da Universidade Estadual do Maringá. Maringá.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.

Gomes, L. F., & Botelho, F. M. (2015). *Perfil dos presos no Brasil em 2012*. Obtido em 20 de janeiro de 2016, de Instituto Avante Brasil: <http://institutoavantebrasil.com.br>

Gonçalves, N. G. (2011). *Constituição histórica da educação no Brasil*. Curitiba: IBPEX.

Guimarães, C. (05 de janeiro de 2015). *O ensino público no Brasil: ruim, desigual e estagnado*. Obtido em 06 de abril de 2017, Revista Época: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/01/bo-ensino-publico-no-brasilb-ruim-desigual-e-estagnado.html>

Info Geekie. (23 de abril de 2015). *Evasão escolar: as principais causas e como evitar*. Obtido em 15 de novembro de 2016, de Info Geekie: www.info.geekie.com.br/evasao-escolar-as-principais-causas-e-como-evitar/

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015). *Reincidência Criminal no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.

Julião, E. F. (02 de dezembro de 2009). *Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal*. Revista Vertentes - UFSJ, 1-18.

Kappel, M. D., Carvalho, M. C., & Kramer, S. (2001). *Perfil das crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches, pré-escolas e escolas: uma análise dos resultados da Pesquisa sobre Padrões de Vida/IBGE*. Revista Brasileira de Educação, 35-47.

Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas* (1ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

Manfredi, S. M. (2002). *Educação Profissional no Brasil* (1ª ed.). São Paulo: Cortez.

Manzini, E. J. (1991). *A entrevista na pesquisa social*. São Paulo: Didática.

Maringoni, G. (2011). *O Destino dos Negros após a Abolição*. Revista Desafios do Desenvolvimento, 34-42.

Marmelstein, G. (2008). *Curso de direitos fundamentais*. São Paulo: Atlas.

Martins, G. d., & Lintz, A. (2000). *Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso* (1ª ed.). São Paulo: Atlas.

Mayer, M. d. (2006). *Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida?* (RAAAB, Ed.) Revista de Educação de Jovens e Adultos: alfabetização e cidadania, 19, 17-37.

Mello, G. N. (setembro/dezembro de 1991). *Políticas públicas de educação*. Revista Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 5, 7-47.

Melo, J. O. (27 de junho de 2012). *Noruega consegue reabilitar 80% de seus criminosos*. Obtido em 04 de maio de 2017, Revista Consultor Jurídico: <https://www.conjur.com.br/2012-jun-27/noruega-reabilitar-80-criminosos-prisoos>

Mendonça, C. C. (2003). *Educação, trabalho e a formação do trabalhador: o significado da reforma da educação profissional dos anos 90*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

Moura, T. W., & Ribeiro, N. C. (2016). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias InfoPen - Junho 2014*. Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional. Brasília.

Muraro, C. C. (14 de julho de 2012). *As Parcerias Público-Privadas no Sistema Penitenciário Brasileiro*. Obtido em 22 de novembro de 2016, de Conteúdo Jurídico: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,as-parcerias-publico-privadas-no-sistema-penitenciario-brasileiro,37978.html>

Nascimento, A. M. (2009). *A Formação Profissional nas Prisões - estudo de caso: o curso de Jardinagem EFA B3*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Portugal.

Neves, N. M. (2008). *Códigos de conduta: abordagem histórica da sistematização do pensar ético*. Revista Bioética, v. 16, 109-115.

Oliveira, H. S. (6 de julho de 2006). *O caracter ressocializador da atividade laborativa*. Obtido em 17 de agosto de 2016, ETIC - Encontro de Iniciação Científica: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/art/view/1176/1125>

Oliveira, S. A. (2007). *Norberto Bobbio: teoria política e direitos humanos*. Revista Filos, v. 19, 361-372.

Onofre, E. M. (2007). *Educação escolar entre as grades*. São Carlos: Edufscar.

Onofre, E. M., & Julião, E. F. (2013). *A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas*. Revista Educação e Realidade, v. 38, 51-69.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. (2008). *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática*. Brasília: UNESCO.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2014). *Relatório de monitoramento global de EPT 2013/2014 - ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos*. Brasília: UNESCO.

Organização das Nações Unidas. (1955). *Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos*. Primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinqüentes. Genebra.

Paiva, V. (2003). *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos* (6 ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Palma Filho, J. C. (2010). *A educação brasileira no período 1960-2000: de JK a FHC*. Revista Caderno de formação: formação de professores educação, cultura e desenvolvimento, 103-134. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Palma Filho, J. C. (2010). *A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a era Vargas*. Revista Caderno de formação: formação de professores educação, cultura e desenvolvimento, 85-103. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Palma Filho, J. C. (2010). *A república e a educação no Brasil: primeira república (1889-1930)*. Revista Caderno de formação: formação de professores educação, cultura e desenvolvimento , 71-84. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Peixoto, R., Oliveira, M. d., & Maio, E. R. (2013). *Educação escolar: uma necessidade a partir das mudanças nas relações de trabalho*. Obtido em 26 de

setembro de 2016, Revista HISTEDBR On-line: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/3/artigo_simposio_3_856_reginaldopeixoto@bol.com.br.pdf.

Rangel, H. (2009). *Mapa Regional latino-americano sobre educación en prisiones: notas para el análisis de la situación y la problemática regional*. Francia: Centre International d'études pédagogiques - CIEP.

Rocha, M. A. (2010). *A educação pública antes da independência*. Revista Caderno de formação: Formação de Professores Educação, Cultura e Desenvolvimento, v.1, 32-47. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Romanelli, O. d. (1991). *História da educação no Brasil* (13 ed.). Petrópolis: Vozes.

Sardinha, E., & Torres, R. (30 de novembro de 2013). *País tem déficit prisional de 240 mil vagas*. Obtido em 20 de janeiro de 2016, de Congresso em foco: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/pais-tem-deficit-prisional-de-240-mil-vagas/>

Silva, L. G. (24 de novembro de 2012). *Análise histórica do sistema penitenciário: subsídios para a busca de alternativas à humanização do sistema prisional*. Obtido em 22 de novembro de 2016, de Conteúdo Jurídico: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,analise-historica-do-sistema-penitenciario-subsidios-para-a-busca-de-alternativas-a-humanizacao-do-sistema-pri,40751.html>

Silva, P. T. (setembro de 2013). *A(s) finalidade(s) da educação: uma reflexão sobre a educação destinada à juventude rural e aos povos do campo*. Recife: VIII Colóquio internacional Paulo Freire: educação como prática da liberdade: saberes, vivências e (re)leituras em Paulo Freire, 2013 .

Souza, M. A., & Costa, L. C. (2005). *Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI* (1 ed., Vol. 1). Ponta Grossa: UEPG.

Teixeira, A. (1957). *Educação não é privilégio* (1 ed.). Rio de Janeiro: José Olímpio.

Viana, S. d., & Amado, L. A. (2014). *Proeja e Pronatec: problematizando concepções de educação para EJA*. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde, v.16, 121-141.

Vieira, E. d. (2008). *Trabalho docente: de portas abertas para o cotidiano de umas escola prisional*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

Yin, R. K. (1989). *Case study research - design and methods*. USA: Sage Publications Inc.

Zacarias, A. E. (2006). *Execução Penal Comentada* (2ª Edição ed.). São Paulo: Tend Ler.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Roteiro de Entrevista - Direção IFTM/Coordenação PRONATEC



Instituto Politécnico do Porto
Escola Superior de Educação
Programa de Mestrado em Educação
Administração das Organizações Educativas



Pesquisa: Desafios e perspectivas da educação prisional: uma análise dos cursos do PRONATEC do IFTM na Penitenciária de Uberaba/MG

Objetivo: Coletar informações sobre o PRONATEC prisional ofertado pelo IFTM na Penitenciária de Uberaba/MG para subsidiar a elaboração da Dissertação de Mestrado a ser apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Entrevistados:

1. Como surgiu a parceria entre o Instituto Federal do Triângulo Mineiro e a Penitenciária de Uberaba?
2. Dentro desta parceria, quais os deveres e responsabilidades de cada parte envolvida (governo, escola, presídio e detentos)?
3. Quais cursos foram ofertados pelo IFTM dentro deste estabelecimento penal e quais foram os critérios utilizados para a escolha destes cursos?
4. Como se deu o processo de implantação destes cursos?
5. Quantos servidores estiveram envolvidos (coordenação, apoio pedagógico e corpo docente)?
6. Quantos alunos foram matriculados em cada curso?

7. Houve evasão? Se sim, qual a taxa?
8. Quais foram os principais desafios encontrados por parte da Direção Geral do IFTM e da Coordenação do PRONATEC para a realização de cursos dentro de uma penitenciária?
9. Diante da atual conjuntura político-econômica brasileira, há perspectivas de ampliação do PRONATEC prisional?
10. Indique 3 aspectos positivos e 3 aspectos que poderiam ter tido melhores resultados dentro desta experiência realizada.

Aluna Pesquisadora: Jane Célia Fernandes de Lima

Orientador: João Paulo Ferreira Delgado

APÊNDICE 2

Roteiro de Entrevista - Apoio Pedagógico/Docentes



Instituto Politécnico do Porto
Escola Superior de Educação
Programa de Mestrado em Educação
Administração das Organizações Educativas



Pesquisa: Desafios e perspectivas da educação prisional: uma análise dos cursos do PRONATEC do IFTM na Penitenciária de Uberaba/MG

Objetivo: Coletar informações sobre o PRONATEC prisional ofertado pelo IFTM na Penitenciária de Uberaba/MG para subsidiar a elaboração da Dissertação de Mestrado a ser apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Entrevistados:

1. Como se deu o desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos de cada curso?
2. Quais as principais características destes cursos (modalidade, carga horária, métodos avaliativos, requisitos para aprovação)?
3. Estes cursos já eram ofertados pelo IFTM para turmas regulares? Se sim, houve necessidade de fazer adequações nos PPC's para se adequar à realidade prisional?
4. Como se deu a relação aluno-professor?
5. A estrutura física e os recursos pedagógicos disponibilizados atenderam às necessidades básicas para o bom andamento do curso?

6. A metodologia utilizada atendeu às necessidades e às particularidades destes alunos privados de liberdade?
7. Quais os principais desafios encontrados para ministrar aulas dentro de um presídio?
8. Em sua opinião, qual a importância da oferta de atividades educativas dentro de um estabelecimento penal?
9. Foi percebida, no decorrer do curso, alguma mudança comportamental ou motivacional nos alunos?
10. Indique 3 aspectos positivos e 3 aspectos que poderiam ter tido melhores resultados dentro desta experiência realizada.

Aluna Pesquisadora: Jane Célia Fernandes de Lima

Orientador: João Paulo Ferreira Delgado

APÊNDICE 3

Roteiro de Entrevista - Administração Penitenciária



Instituto Politécnico do Porto
Escola Superior de Educação
Programa de Mestrado em Educação
Administração das Organizações Educativas



Pesquisa: Desafios e perspectivas da educação prisional: uma análise dos cursos do PRONATEC do IFTM na Penitenciária de Uberaba/MG

Objetivo: Coletar informações sobre o PRONATEC prisional ofertado pelo IFTM na Penitenciária de Uberaba/MG para subsidiar a elaboração da Dissertação de Mestrado a ser apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Entrevistado:

1. Quantos presos estão encarcerados atualmente na Penitenciária de Uberaba e qual o perfil preponderante (faixa etária, raça, grau de escolaridade, sexo, grau de periculosidade dos crimes cometidos)?
2. Como surgiu a parceria entre a Penitenciária de Uberaba e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro?
3. Quais cursos foram ofertados pelo IFTM e como se deu o processo de implantação destes cursos?
4. Houve necessidade de fazer adaptações na estrutura física do presídio para possibilitar a realização destes cursos?
5. Houve necessidade de fazer adaptações no sistema de segurança já existente na penitenciária durante o período dos cursos?

6. Quais os principais desafios encontrados por parte da administração carcerária para ofertar atividades educativas aos seus detentos?
7. Qual a importância da oferta de atividades educativas dentro de um estabelecimento penal para os detentos e para a sociedade?
8. Com a atual conjuntura político-econômica brasileira, como está sendo a oferta de cursos do PRONATEC prisional dentro da Penitenciária de Uberaba?
9. Foi percebida, no decorrer do curso, alguma mudança comportamental ou motivacional nos alunos detentos? Houve impacto no índice de reincidência?
10. Indique 3 aspectos positivos e 3 aspectos que poderiam ter tido melhores resultados dentro desta experiência realizada.

Aluna Pesquisadora: Jane Célia Fernandes de Lima

Orientador: João Paulo Ferreira Delgado

APÊNDICE 4

Questionário - Detentos



Instituto Politécnico do Porto
Escola Superior de Educação
Programa de Mestrado em Educação
Administração das Organizações Educativas



Pesquisa: Desafios e perspectivas da educação prisional: uma análise dos cursos do PRONATEC do IFTM na Penitenciária de Uberaba/MG

Objetivo: Coletar informações sobre o PRONATEC prisional ofertado pelo IFTM na Penitenciária de Uberaba/MG para subsidiar a elaboração da Dissertação de Mestrado a ser apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Entrevistado:

1. Sexo:

Masculino

Feminino

2. Faixa Etária (idade):

18 a 29 anos

30 a 39 anos

40 a 49 anos

50 a 59 anos

acima de 60 anos

3. Cor ou Raça:

Branca

Preta

Parda

Amarela

Indígena

4. Estado Civil:

- Solteiro (a) Casado (a)
 Viúvo (a) Separado (a) judicialmente
 Outro

5. Grau de Escolaridade?

- Analfabeto (a) Ensino Fundamental Incompleto
 Ensino Fundamental Completo Ensino Médio Incompleto
 Ensino Médio Completo Ensino Superior Incompleto
 Ensino Superior Completo Ensino Fundamental Incompleto
 Pós Graduação Incompleta Pós Graduação Completa

6. Profissão: _____

7. Há quanto tempo está cumprindo pena na Penitenciária de Uberaba?

- Menos de 01 ano De 01 ano a 05 anos
 De 06 anos a 10 anos De 11 anos a 15 anos
 Mais de 15 anos

8. Quanto tempo falta para cumprir sua pena?

- Menos de 01 ano De 01 ano a 05 anos
 De 06 anos a 10 anos De 11 anos a 15 anos
 Mais de 15 anos

9. Quantas vezes você cumpriu pena?

- Nunca cumpri pena antes Estou cumprindo minha 2º pena
 Estou cumprindo minha 3º pena Estou cumprindo minha 4º pena
 Já cumpri 5 ou mais penas

10. Exercia atividade remunerada antes do cumprimento da pena (estava trabalhando)?

Sim Não

11. Exerce alguma atividade laboral dentro da penitenciária (trabalho)?

Sim Não

12. Quantos cursos profissionalizantes você já realizou dentro da penitenciária?

Nenhum curso Um curso
 Dois cursos Três cursos
 Quatro cursos Cinco ou mais cursos

13. Em sua opinião, a quantidade de cursos ofertados dentro da Penitenciária de Uberaba é:

Insuficiente Suficiente
 Boa Muito boa
 Excelente

14. Em sua opinião, a qualidade dos cursos ofertados dentro da Penitenciária de Uberaba é:

Péssima Ruim
 Boa Muito boa
 Excelente

15. Você sabe que o estudo também é uma forma de remição (diminuição) de pena?

Sim Não

16. Você acredita que o acesso a cursos profissionalizantes durante o período de prisão pode contribuir para a reinserção no mercado de trabalho?

Sim Não

17. Caso você já tenha feito ou esteja fazendo algum curso, acredita que isso tenha contribuído para haver alguma mudança no seu comportamento ou expectativa para o futuro?

Sim

Não

18. Qual a principal dificuldade encontrada por você para fazer um curso dentro da penitenciária?

Não tenho interesse em estudar

Tenho dificuldades para aprender porque não sei ler/escrever direito

Já trabalho e não tenho tempo para estudar

São ofertadas poucas vagas

Os cursos ofertados não despertam meu interesse

A infraestrutura é precária e o material didático é ruim

Falta professores capacitados

Outra: _____

19. Qual curso você gostaria de fazer ou qual curso você fez e achou importante para sua vida profissional?

20. Em sua opinião, o acesso à educação pode transformar a vida de um detento? Por quê?

Aluna Pesquisadora: Jane Célia Fernandes de Lima

Orientador: João Paulo Ferreira Delgado

APÊNDICE 5

TCLE – Direção e Coordenação PRONATEC/Docentes e Apoio Pedagógico/

Administração Penitenciária



Instituto Politécnico do Porto
Escola Superior de Educação
Programa de Mestrado em Educação
Administração das Organizações Educativas



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Coordenação PRONATEC – IFTM Campus Uberaba

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar do estudo “Desafios e Perspectivas da Educação Prisional: uma análise dos cursos do PRONATEC do IFTM na Penitenciária de Uberaba/MG”, que tem como objetivo analisar os desafios enfrentados no desenvolvimento e na implantação dos cursos de qualificação profissional, ofertado pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro dentro da Penitenciária de Uberaba/MG e as perspectivas para manutenção e ampliação da educação de jovens e adultos privados de liberdade nesta instituição. Acreditamos que ela seja importante por contribuir para a discussão sobre a efetividade das políticas públicas educacionais brasileiras, principalmente no que diz respeito ao ensino profissionalizante dentro de estabelecimentos penais.

PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO

A minha participação no referido estudo será responder às perguntas pertinentes à atuação da _____ com relação ao desenvolvimento e implantação de cursos de Formação Inicial e Continuada vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ofertados dentro da Penitenciária de Uberaba.

RISCOS E BENEFÍCIOS

Fui alertado (a) de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como fomentar a discussão sobre a efetividade das políticas públicas educacionais brasileiras, principalmente no que diz respeito ao ensino técnico e profissionalizante dentro de estabelecimentos penais. Conforme fui informado (a), não há riscos que possam comprometer a minha integridade física/emocional.

SIGILO E PRIVACIDADE

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. A pesquisadora se responsabiliza pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição dos dados de pesquisa.

AUTONOMIA

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO

Caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, tais como transporte, alimentação entre outros, bem como a meu acompanhante (se for o caso), haverá ressarcimento dos valores gastos a serem depositados em minha conta corrente em até 30 dias após o fato gerador da despesa. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

CONTATO

A pesquisadora envolvida com o referido projeto é aluna Jane Célia Fernandes de Lima, regularmente matriculada no Programa de Mestrado em Educação Administração das Organizações Educativas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, orientada pelo Professor João Paulo Ferreira Delgado, e com ela poderei manter contato pelos telefones: (34) 3319-6039 e (34) 99185-1604 e pelo email jane@iftm.edu.br.

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada nos pelo pesquisador responsável do estudo. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Dados do participante da pesquisa	
Nome:	
Telefone:	
email:	

Uberaba, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o:
CEP UNIUBE - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Uberaba – UNIUBE
Av. Nenê Sabino, 1801 - Bairro Universitário - CEP: 38055-500 - Uberaba/MG
Fone: (34) 3319-8811- Fax: (34) 3314-8910 - E-mail: cep@uniube.br

APÊNDICE 6

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Declaro conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Jane Célia Fernandes de Lima do projeto de pesquisa intitulado “Desafios e perspectivas da educação prisional: uma análise dos cursos do PRONATEC do IFTM na Penitenciária de Uberaba/MG” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (e seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador